



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS

TOMADA DE CONTAS

Exercício 2009:

Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul

Unidades Orçamentárias: 12101 e 12104

Unidades Gestoras: 090015, 090017, 090029, 090035, 090047.

Coordenadoria da Ação/PPA: **Marli Marques Ferreira**

Suzana de Camargo Gomes

Coordenadores da Ação/PPA: **Francisco César Asfor Rocha**

Ari Pargendler

Renata Andrade Lotufo

Renato Toniasso

Gerente de Programa: **Francisco César Asfor Rocha**

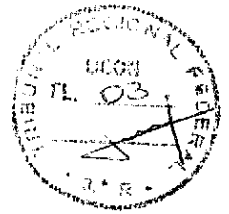
ORDENADOR DE DESPESA

ANEXO 05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TOMADA DE CONTAS
JUSTIÇA FEDERAL DA
3ª REGIÃO
- 2009 -



JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

UNIDADES JURISDICIONADAS:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

UNIDADES GESTORAS: 090029, 090035 e 090047

E

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

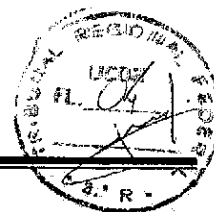
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

UNIDADE GESTORA: 090017

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

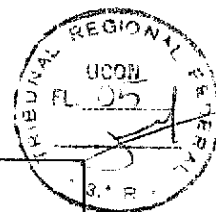
UNIDADE GESTORA: 090015

PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009



SUMÁRIO

I - Rol de Responsáveis	06
II - Relatório de Gestão	16
III - Declaração da unidade de pessoal.....	115
IV – Relatórios e pareceres de instâncias que devam pronunciar-se sobre as contas ou sobre a gestão, de acordo com previsão legal, regimental ou estatutária	120
1. Comissão de Inquérito	121
2. Auditorias planejadas e realizadas no exercício	122
3. Das atividades de auditoria planejadas e não realizadas no exercício	125
V - Relatório de Auditoria de Gestão.....	126
A – Conteúdo Geral.....	127
1. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão	127
1.1 – Programas de Trabalho/Ação Administrativa	127
1.2 – Objetivos gerais e específicos	127v
1.3 - Metas previstas e executadas (unidade).....	130v
1.4 – Resultados alcançados	139v
1.5 – Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho.....	140
2. Indicadores de Gestão.....	141
3. Avaliação sobre o funcionamento do sistema de Controle Interno	145v
4. Transferências e convênios	145v
5. Regularidade dos procedimentos de contratação	145v
5.1 – Resultados	147v
6. Avaliação da gestão de recursos humanos.....	148
7. Cumprimento das determinações e recomendações do TCU.....	158
8. Programas financiados com recursos externos.....	167
9. Ocorrência de passivos	167
10. Avaliação de restos a pagar.....	167
11. Financiamento de fundos	168
12. Falhas ou irregularidades que não resultaram em danos ou prejuízos	168v
13. Falhas ou irregularidades que resultaram em danos ou prejuízos	168v
14. Conclusão.....	168v
B – Conteúdo Específico.....	168v
1 Avaliação quanto ao cumprimento do disposto no Art. 5º da Lei nº 11.416/06.....	168v
2 Avaliação sobre controles internos dos processos de gestão associados a precatórios..	170
VI - Certificado de auditoria.....	171
VII - Parecer do dirigente do órgão de Controle Interno.....	173
VIII - Pronunciamento da Presidência	176
Anexos.....	178



ABREVIATURAS:

CJF: Conselho da Justiça Federal

CR: Constituição da República

DN: Decisão Normativa

EC: Emenda Constitucional

EFV: Execução Fiscal Virtual

IN: Instrução Normativa

MP: Medida Provisória

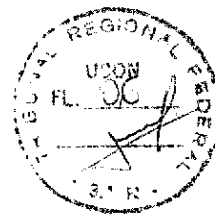
SJMS: Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

SJSP: Seção Judiciária de São Paulo

TCU: Tribunal de Contas da União

TRF3ª Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO



I - ROL DE RESPONSÁVEIS

PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

-

STAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

J.40009.AN

ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSAO: 08/01/2010

GAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL

PAGINACAO: 001

RG : 090035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO-ORCAM.

REF: 01-2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 903.696.108-49 - MARLI MARQUES FERREIRA

E-MAIL : MFERREIR@TRF3.JUS.BR

ENDEREÇO : RUA OSCAR FREIRE, 83 -AP 23

CERQUEIRA CESAR

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01426-001

Cargo : DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 371.343.969-91 - SUZANA DE CAMARGO GOMES

E-MAIL : SGOMES@TRF3.JUS.BR

ENDEREÇO : RUA CONSELHEIRO BROTERO, 1093/103HIGIENOPOLIS

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01232-010

Cargo : DESEMBARGADORA FEDERAL VICE-PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

ENCARREGADO DO SETOR

Maria Aparecida Martinez

Diretora da Secretaria de Planejamento

Orçamento e Finanças

DIRIGENTE DA UNIDADE

GILBERTO DE ALMEIDA HUNES

Diretor Geral



ROL DE RESPONSÁVEIS
ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
UG : 090035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO - ORÇAM.
GESTÃO : 00001 - TESOUREIRO NACIONAL

EMISSION: 17/05/2010

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : 103 ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 040.509.778-69 - GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
E-MAIL : GNUNES@TRF3.JUS.BR
ENDEREÇO : R. AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 350 AP. 32C - VILA CLEMENTINO
MUNICÍPIO : 7107 - SÃO PAULO UF: SP CEP: 04026-040
CARGO : DIRETOR GERAL
DESIGNAÇÃO DOCUMENTO EXONERAÇÃO DOCUMENTO PERÍODO(S) GESTÃO
03/Ago/2005 ATO 7739 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
PUBLICAÇÃO DESIGNAÇÃO PUBLICAÇÃO EXONERAÇÃO
02/Ago/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 111.286.118-13 - AMELINO RABELO CUSTODIO
E-MAIL : ACUSTODI@TRF3.JUS.BR
ENDEREÇO : RUA MUNICIPAL, 725 - VILA RE
MUNICÍPIO : 7107 - SÃO PAULO UF: SP CEP: 03661-000
CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA JUDICIARIA
DESIGNAÇÃO DOCUMENTO EXONERAÇÃO DOCUMENTO PERÍODO(S) GESTÃO
28/Jul/2008 PORT.5134/07 16/Jul/2009 PORT.5792/09 01/Jan/2009 A 15/Jul/2009
PUBLICAÇÃO DESIGNAÇÃO PUBLICAÇÃO EXONERAÇÃO
24/Mai/2007 15/Jul/2009

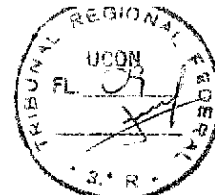
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 042.370.988-77 - MARISOL AVILA RIBEIRO
E-MAIL : MRIBEIRO@TRF3.JUS.BR
ENDEREÇO : RUA PAULINIA, 36 VILA SANTA ISABEL
MUNICÍPIO : 7107 - SÃO PAULO UF: SP CEP: 03432-030
CARGO : DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESIGNAÇÃO DOCUMENTO EXONERAÇÃO DOCUMENTO PERÍODO(S) GESTÃO
16/Jul/2009 PORT.5792/09 07/Ago/2009 PORT.5792/09 16/Jul/2009 A 06/Ago/2009
PUBLICAÇÃO DESIGNAÇÃO PUBLICAÇÃO EXONERAÇÃO
15/Jul/2009 15/Jul/2009

ENCARREGADO DO SETOR
Maria Aparecida Martins Ollano
Diretora da Secretaria de Planejamento
Orçamento e Finanças

DIRIGENTE DA UNIDADE
Gilberto de Almeida Nunes
Diretor Geral

TRF 3ª Reg UCON

21-Mai-2010-18:42-003744-2/2



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UG : 090029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

EMISSAO: 17/05/2010
PAGINA : 001
REF. : 2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 903.696.108-49 - MARLI MARQUES FERREIRA

E-MAIL : MFERREIR@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA OSCAR FREIRE, 83 -AP 23 CERQUEIRA CESAR

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01426-001

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 371.343.969-91 - SUZANA DE CAMARGO GOMES

E-MAIL : SGOMES@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA CONSELHEIRO BROTERO, 1093/103HIGIENOPOLIS

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01232-010

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL VICE-PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 040.509.778-69 - GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

E-MAIL : GNUNES@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : R. AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 350 AP. 32C - VILA CLEMENTINO

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 04026-040

CARGO : DIRETOR GERAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

03/Ago/2005 ATO 7739

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

02/Ago/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 111.286.118-13 - AMELINO RABELO CUSTODIO

E-MAIL : ACUSTODI@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA MUNICIPAL, 725 - VILA RE

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 03661-000

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA JUDICIARIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

28/Jul/2008 PORT.5134/07 16/Jul/2009 PORT.5792/09

01/Jan/2009 A 15/Jul/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

24/Mai/2007

15/Jul/2009

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 042.370.988-77 - MARISOL AVILA RIBEIRO

E-MAIL : MRIBEIRO@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA PAULINIA, 36

VILA SANTA ISABEL

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 03432-030

CARGO : DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

=====CONTINUA=====

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSÃO: 17/05/2010

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL

PAGINA : 002

UG : 090029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

CONTINUACAO...=====

16/Jul/2009 PORT.5792/09 07/Ago/2009 PORT.5792/09 16/Jul/2009 A 06/Ago/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

15/Jul/2009

15/Jul/2009

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 111.286.118-13 - AMELINO RABELO CUSTODIO

E-MAIL : ACUSTODI@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA MUNICIPAL, 725 - VILA RE

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 03661-000

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA JUDICIARIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

07/Ago/2009 PORT.5134/07

PERIODO(S) GESTAO

07/Ago/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

24/Mai/2007
=====

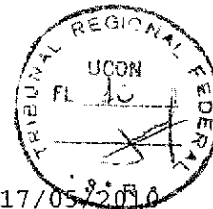


ENCARREGADO DO SETOR

Maria Aparecida Martinez Ciliano
Diretora da Secretaria de Planejamento
Orçamento e Finanças



DIRIGENTE DA UNIDADE
Gliberto de Almeida Nunes
Diretor Geral



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UG : 090047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 17/05/2010

PAGINA : 001

REF. : 2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 903.696.108-49 - MARLI MARQUES FERREIRA

E-MAIL : MFERREIR@TRF3.JUS.BR

ENDereco : RUA OSCAR FREIRE, 83 -AP 23 CERQUEIRA CESAR

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01426-001

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 371.343.969-91 - SUZANA DE CAMARGO GOMES

E-MAIL : SGOMES@TRF3.JUS.BR

ENDereco : RUA CONSELHEIRO BROTERO, 1093/103HIGIENOPOLIS

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01232-010

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL VICE-PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

29/Jun/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 040.509.778-69 - GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

E-MAIL : GNUNES@TRF3.JUS.BR

ENDereco : R. AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 350 AP. 32C - VILA CLEMENTINO

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 04026-040

CARGO : DIRETOR GERAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

03/Ago/2005 ATO 7739

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

02/Ago/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 111.286.118-13 - AMELINO RABELO CUSTODIO

E-MAIL : ACUSTODI@TRF3.JUS.BR

ENDereco : RUA MUNICIPAL, 725 - VILA RE

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 03661-000

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA JUDICIARIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

28/Jul/2008 PORT.5134/07 16/Jul/2009 PORT.5792/09

01/Jan/2009 A 15/Jul/2009

07/Ago/2009 PORT.5134/07

07/Ago/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

15/Jul/2009

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 042.370.988-77 - MARISOL AVILA RIBEIRO

E-MAIL : MRIBEIRO@TRF3.JUS.BR

ENDereco : RUA PAULINIA, 36

VILA SANTA ISABEL

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 03432-030

CARGO : DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

CONTINUA

L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSÃO: 17/05/2010

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL

PAGINA : 002

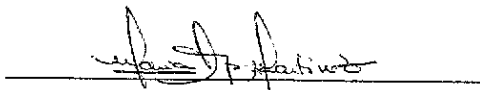
UG : 090047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO-PR.RPV REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

CONTINUAÇÃO...=====

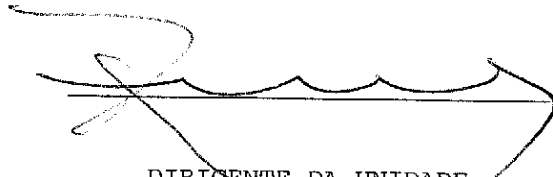
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO(S) GESTÃO
16/Jul/2009	PORT.5792/09	07/Ago/2009	PORT.5792/09	16/Jul/2009 A 06/Ago/2009
PUBLICAÇÃO DESIGNAÇÃO		PUBLICAÇÃO EXONERAÇÃO		
15/Jul/2009		15/Jul/2009		

=====



ENCARREGADO DO SETOR

Maria Aparecida Martinez Ciliano
Diretora da Secretaria de Planejamento
Orçamento e Finanças



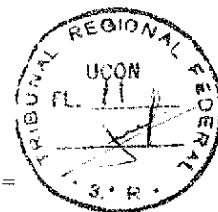
DIRIGENTE DA UNIDADE
Gilberto de Almeida Nunes
Diretor Geral

IAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
10009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
SAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
IG : 090017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
LSTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 29/01/2010

PAGINA : 001

REF. : 2009



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

Q: 001 -

TIPO: TITULAR

ENTE : 135.628.378-01 - RENATA ANDRADE LOTUFO

MAIL : RLOTUFO@JFSP.JUS.BR

DERECO : RUA PEDRO CAMPANA, 168, SÃO PAULO

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 04115-100

CARGO : DIRETORA DO FORO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

/Mai/2007 ATO 10179/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

ENTE : 257.281.718-77 - RAECLER BALDRESA

MAIL : RBALDRES@JFSP.JUS.BR

DERECO : R DR. GABRIEL DOS SANTOS

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01231-010

CARGO : JUIZA FEDERAL DIRETORA DO FORO SUBSTITUTA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

/Mai/2007 ATO 10179/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 002 - DIRETOR(A) DO(A) FORO EM EXERC

TIPO: SUBSTITUTO

ENTE : 128.976.968-00 - RODRIGO ZACHARIAS

MAIL : RZACHAR@JFSP.JUS.BR

DERECO : RUA SEBASTIAO AGOSTINHO LIMA, 466JD ALVORADA

MUNICIPIO : 6607 - JAU

UF: SP CEP: 17210-430

CARGO : DIRETOR DO FORO EM EXERCÍCIO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

/Mai/2007 ATO 10179/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

Q: 001 -

TIPO: TITULAR

ENTE : 903.696.108-49 - MARLI MARQUES FERREIRA

MAIL : MFERREIR@TRF3.JUS.BR

DERECO : RUA OSCAR FREIRE, 83 -AP 23 CERQUEIRA CESAR

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01426-001

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

9/Jun/2007

Q: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

ENTE : 371.343.969-91 - SUZANA DE CAMARGO GOMES

MAIL : SGOMES@TRF3.JUS.BR

DERECO : RUA CONSELHEIRO BROTERO, 1093/103HIGIENOPOLIS

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01232-010

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL VICE-PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

Continua...

IAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

100C9.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 29/01/2010

GAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL

PAGINA : 002

IG : 090017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

REF. : 2009

ESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

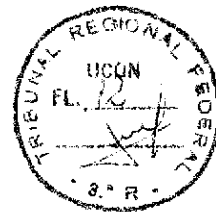
Continuacao...=====

07/Mai/2007 ATA PLEN.147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

/Jun/2007

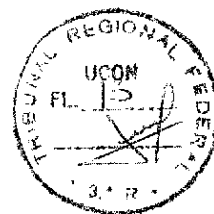


Rosinei Silva
~~Chefe da Secretaria Administrativa~~
ENCARREGADO DO SETOR

RENATA ANDRADE LOTUFO
Juiz Federal Diretora do Foro
DIRIGENTE DA UNIDADE

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
GASTO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
JG : 090015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 18/05/2010
PAGINA : 001
REF. : 2009



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

ENTE : 287.209.890-91 - RENATO TONIASO

E-MAIL : RTONIASS@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA OSWALDO ARANTES FILHO, 423 CHÁCARA CACHOEIRA II

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79040-280

CARGO : JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Nov/2007 10290/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 285.411.111-72 - JEAN MARCOS FERREIRA

E-MAIL : JMFERREI@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA FRANCOLIN, 268

CARANDA BOSQUE II

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79032-180

CARGO : JUIZ FEDERAL VICE-DIRETOR DO FORO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2008 S/N

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

ENTE : 287.209.890-91 - RENATO TONIASO

E-MAIL : RTONIASS@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA OSWALDO ARANTES FILHO, 423 CHÁCARA CACHOEIRA II

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79040-280

CARGO : JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Nov/2007 10290/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 285.411.111-72 - JEAN MARCOS FERREIRA

E-MAIL : JMFERREI@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA FRANCOLIN, 268

CARANDA BOSQUE II

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79032-180

CARGO : JUIZ FEDERAL VICE-DIRETOR DO FORO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Nov/2007 10290/07

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

ENTE : 286.664.371-20 - MAURO DE OLIVEIRA CAVALCANTE

E-MAIL : MOCALVALC@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA LYBIA, NR. 117

GIOCONDO ORSI

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79022-020

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

====Continua...

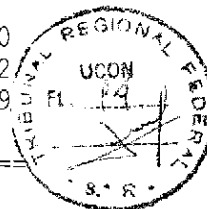
2

SAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS
PGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
JG : 090015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 18/05/2010

PAGINA : 002

REF. : 2009



Continuacao...
DESIGNACAO DOCUMENTO
13/Out/2005 ATO Nº 9276

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -
AGENTE : 322.570.821-68 - JOSE CARLOS FERREIRA DO AMARAL
E-MAIL : JCAMARAL@TRF3.JUS.BR

TIPO: SUBSTITUTO

ENDERECO : RUA SAGITÁRIA, 475

CARANDÁ BOSQUE I

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79032-410

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA EM SUBST

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

07/Jan/2009 0003/2009

07/Jan/2009 0003/2009

07/Jan/2009 A 07/Jan/2009

19/Mar/2009 59/2009

20/Mar/2009 59/2009

19/Mar/2009 A 19/Mar/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -
AGENTE : 227.838.063-04 - ANTONIO CARLOS GONCALVES

TIPO: SUBSTITUTO

E-MAIL : ANTONIOCARLOS@JFRN.JUS.BR

ENDERECO : RUA LUIZA OVANDO, 581

BAIRRO MONTE CASTELO

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79011-010

CARGO : DIRETOR DE SECRETARIA ADMINISTRATIVA EM EXERC

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

27/Abr/2009 PORT83/2009

28/Abr/2009 PORT83/2009

27/Abr/2009 A 27/Abr/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

Q: 001 -
AGENTE : 322.570.821-68 - JOSE CARLOS FERREIRA DO AMARAL
E-MAIL : JCAMARAL@TRF3.JUS.BR

TIPO: SUBSTITUTO

ENDERECO : RUA SAGITÁRIA, 475

CARANDÁ BOSQUE I

MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE

UF: MS CEP: 79032-410

CARGO : DIRETOR DA SECRETARIA ADM EM SUBSTITUIÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Jun/2009 PORT125/2009

05/Jun/2009

PORT125/2009

04/Jun/2009 A 04/Jun/2009

06/Jul/2009 PORT147/2009

24/Jul/2009

PORT147/2009

06/Jul/2009 A 23/Jul/2009

20/Ago/2009 PORT212/2009

21/Ago/2009

PORT212/2009

20/Ago/2009 A 20/Ago/2009

03/Set/2009 PORT227/2009

04/Set/2009

PORT227/2009

03/Set/2009 A 03/Set/2009

17/Set/2009 PORT227/2009

18/Set/2009

PORT227/2009

17/Set/2009 A 17/Set/2009

16/Nov/2009 PORT262/2009

25/Nov/2009

PORT262/2009

16/Nov/2009 A 24/Nov/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

Q: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 903.696.108-49 - MARLI MARQUES FERREIRA

E-MAIL : MFERREIR@TRF3.JUS.BR

ENDERECO : RUA OSCAR FREIRE, 83 -AP 23

CERQUEIRA CESAR

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

UF: SP CEP: 01426-001

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 ATA PLEN 147

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

Continua...

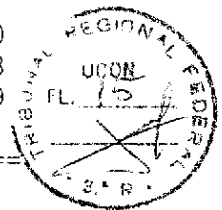
4

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
GASTO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
CUSTO : 090015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
CUSTO : 00001 - TESOURO NACIONAL

EMISSAO: 18/05/2010

PAGINA : 003

REF. : 2009



Continuacao...
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Jun/2007

REQ: 001 -
AGENTE : 371.343.969-91 - SUZANA DE CAMARGO GOMES
MAIL : SGOMES@TRF3.JUS.BR

TIPO: SUBSTITUTO

ENDERECO : RUA CONSELHEIRO BROTERO, 1093/103HIGIENOPOLIS
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO

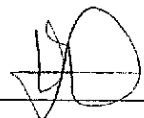
UF: SP CEP: 01232-010

CARGO : DESEMBARGADORA FEDERAL VICE-PRESIDENTE
SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

02/Mai/2007 ATA PLEN 147
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Jun/2007


Rony Anderson Guterres
Supervisor da Seção Financeira
ENCARREGADO DO SETOR

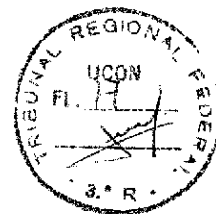

Renato Toniasso
Juiz Federal Diretor do Foro
DIRETOR DA UNIDADE



JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

II - RELATÓRIO DE GESTÃO

PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009



PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

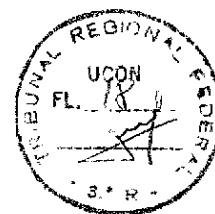


RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2009

6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO (SP/MS)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

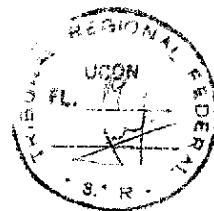
Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

São Paulo, 18/03/10

62

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CI – Controle Interno
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CJF – Conselho da Justiça Federal
CM – Central de Mandados
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
DAPO – Divisão de Processos Funcionais
DOE – Diário Oficial do Estado
DN – Decisão Normativa
EF Virtual – Execução Fiscal Virtual
GEDPRO – Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais;
JEF/SP – Juizado Especial Federal de São Paulo
JEF/MS – Juizado Especial Federal de Mato Grosso do Sul
JF– Justiça Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
MS – Mato Grosso do Sul
PLOA – Proposta de Lei Orçamentária Anual
RES - Resolução
RI – Regimento Interno
RPV – Requisitório de Pequeno Valor
SEGE – Secretaria de Gestão de Pessoas
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SIGJUS – Sistema Integrado de Gestão da Justiça Federal
SJ/MS – Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SJ/SP – Seção Judiciária de São Paulo
STJ – Superior Tribunal de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

STF – Supremo Tribunal Federal

TI – Tecnologia de Informática

TCU – Tribunal de Contas da União

TJ/SP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TRF3 – Tribunal Regional Federal da Terceira Região

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidades Jurisdicionadas

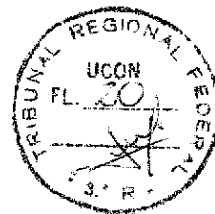
USP – Universidade de São Paulo

VPI – Vantagem pecuniária individual

**LISTA DE QUADROS DA PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES**

(Anexos I A à XVI B)

- Anexo I A – Programação de Despesas Correntes e de Capital
- Anexo I B – Programação de Despesas e Reservas de Contingência
- Anexo II A – Programação Orçamentária Precatório/RPV – 12104
- Anexo II B – Programação de Despesas e Reservas de Contingência Precatório/RPV-12104
- Anexo III – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – 2009
- Anexo IV A – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – 2009
- Anexo IV B – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – 2009
- Anexo V – Despesas por Modalidade de Contratação - Consolidado
- Anexo VI A – Execução Orçamentária de Créditos Originários Consolidado
- Anexo VI B – Exec. Orç. de Créditos Originários e Recebidos por Movimentação
- Anexo VI C – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas SJ/SP
- Anexo VI D – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas SJ/MS
- Anexo VII – Exec. Orç. De Créditos Originários Precatório/RPV-12104
- Anexo VIII – Execução Orçamentária de Créditos Originários Precatório/RPV-12104-
- Anexo IX – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação –
- Anexo X A – Exec. Orç. de Créditos Recebidos por Movimentação Precatório/RPV-Destaque
- Anexo X B – Exec. Orç. De Créditos Recebidos por Movimentação Precatório/RPV-Destaque
- Anexo XI A – Identificação do Programa do Governo – TRF 3ª Região
- Anexo XI B – Identificação do Programa do Governo – Seções Judiciárias
- Anexo XII A – Execução Física das Ações Realizadas pelo TRF 3ª Região
- Anexo XII B – Execução Física das Ações Realizadas pelas Seções Judiciárias
- Anexo XIII A – Execução Física das Ações realizadas pela UJ – 12104
- Anexo XIII B – Execução Física das Ações realizadas pela UJ – Entidade
- Anexo XIV - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Anexo XV – Pagamento de Restos a Pagar - Consolidado
- Anexo XVI A - Pagamento de Restos a Pagar RPV e Precatório
- Anexo XVI B- Pagamento de Restos a Pagar RPV e Precatório – Entidades



SUMÁRIO

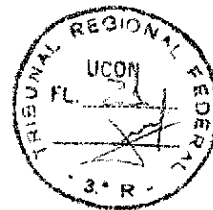
DESCRIÇÃO	FOLHAS
1. <u>Introdução</u>	8
2. <u>Identificação da Unidade Jurisdicionada</u>	12
3. <u>Informações sobre a Gestão Orçamentária</u>	13
4. <u>Responsabilidades Institucionais</u>	13
5. <u>. Competência</u>	13
6. <u>. Objetivos estratégicos</u>	14
7. <u>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</u>	19
8. <u>. Análise do mapa/plano estratégico</u>	20
9. <u>. Plano de Ação</u>	22
10. <u>Programas sob a responsabilidade da unidade</u>	24
11. <u>. Relação dos programas e suas principais ações</u>	25
12. <u>. Programa Prestação Jurisdicional - principais ações</u>	25
13. <u>. Programa Previdência de Inativos e pensionistas</u>	48
14. <u>. Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais</u>	49
15. <u>. Considerações sobre metas físicas e financeiras</u>	51
16. <u>Desempenho Operacional</u>	52
17. <u>. Evolução das receitas e despesas</u>	53
18. <u>. Indicadores de desempenho</u>	60
19. <u>. Análise de desempenho</u>	66
20. <u>Programação Orçamentária e Execução orçamentária</u>	68
21. <u>. Programação Orçamentária</u>	68
22. <u>. Execução Orçamentária</u>	72
23. <u>Indicadores Institucionais</u>	87
24. <u>. Informações sobre recursos humanos</u>	97
25. <u>. Composição dos recursos humanos</u>	97
26. <u>. Informações sobre contratos de terceirização</u>	98
27. <u>. Análise crítica da situação dos recursos humanos</u>	98
28. <u>Informações de Passivos por Insuficiência de créditos ou recursos</u>	103
29. <u>. Informações sobre Restos a Pagar</u>	103

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

30. <u>Providências para cumprimento das recomendações e determinações do TCU</u>	105
31. <u>Atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria, Reforma e Pensão</u>	122
32. <u>Declarações das áreas Responsáveis referentes a contratos</u>	133
33. <u>Informações contábeis da gestão</u>	137
34. <u>. Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada</u>	137
35. <u>Percentual das Funções Comissionadas e Cargos em Comissão</u>	138
36. <u>Conclusão</u>	139

Anexos I a XVI: Quadros da Programação e Execução Orçamentária

6



INTRODUÇÃO –

O presente Relatório de Gestão apresenta uma visão sintética das ações implementadas e dos resultados alcançados pela JF da 3ª Região no exercício financeiro de 2009, enfatizando o gerenciamento dos recursos orçamentários destinados ao TRF3, SJ/SP e SJ/MS, em consonância com as diretrizes definidas pela DN TCU nº 100/2009.

O relatório contempla informações de identificação das UJs integrantes da 3ª Região e das respectivas gestões orçamentárias. Estão também registradas informações sobre recursos humanos; reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; inscrições de restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; transferências; providências adotadas face às determinações e recomendações do TCU; dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão, declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizados no SIASG e no SICONV, declaração do contador responsável pela UJ atestando que os demonstrativos contábeis e o demonstrativo levantado por UG responsável refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta relatório de gestão e quantidade percentual das funções comissionadas e cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União. Ressalve-se que os itens 6 a 10, da parte A, do Anexo II, da DN nº 100/2009 não se aplicam à realidade da Unidade, bem como o item 4, da parte B, do mesmo anexo.

É importante ressaltar que a JF da 3ª Região tem priorizado ações para concretizar verdadeiramente o direito fundamental de acesso à justiça e tornar a prestação jurisdicional mais célere. Com base nessas diretrizes foi construído, de forma participativa, por intermédio da Res. nº 86, de 16/12/09, o Planejamento Estratégico para o quinquênio de 2010/2014, demarcando como missão “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”.

Dos projetos e atividades desenvolvidas no exercício de 2009, alicerces do Planejamento Estratégico, destacamos, primeiramente, as ações que contribuíram para a ampliação da prestação jurisdicional e para a modernização da Justiça.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

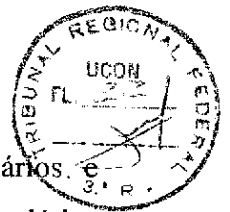
Na área judiciária, observam-se as sempre crescentes estatísticas de produtividade, ressaltando-se o programa de conciliação, definitivamente consolidado no âmbito do TRF 3ª Região, que resultou no atendimento de 24.178 pessoas e 17.619 audiências realizadas, das quais 8.076 alcançaram acordos, e o empenho em atingir a Meta 2, redundando no julgamento de 88.214 processos mais antigos, em tramitação no Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição. Garantindo que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos, no ano de 2009 foram pagos 30.958 precatórios e 172.122 Requisições de Pequeno Valor, atendendo 214.725 beneficiários.

Com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir o acesso à Justiça, destacaram-se o projeto “Expedição da Cidadania”; a realização de JEFs em SP e MS, na modalidade itinerante; a instalação de uma unidade descentralizada do JEF de SP no Largo São Francisco, como parte do Acordo de Cooperação Acadêmica celebrado com a USP, e o funcionamento descentralizado do TRF3 na Subseção Judiciária de Campo Grande/MS. A Ouvidoria Geral da 3ª Região, meio de intercomunicação permanente do cidadão com o Poder Judiciário da 3ª Região, recepcionou 1665 manifestações válidas, das quais 91,6% foram concluídas.

Quanto às soluções tecnológicas para execução das atividades administrativas e judiciais, o TRF3 iniciou o processo 100% eletrônico, com a implantação do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais, acessíveis via internet a todos os advogados e partes interessadas. Também foi implementada a última fase do sistema de preenchimento e envio de ofícios requisitórios por meio eletrônico. O Programa de Exec. Fiscal Virtual já está em utilização em 12 Varas Federais de Exec. Fiscal em SP. Ainda nessa seara, merece realce o sistema de numeração única e código de barras para autuação dos feitos ajuizados na JF da 3ª Região.

Para fortalecer e harmonizar as relações institucionais, foram formalizadas parcerias importantes no sentido de informatização, integração e compartilhamento de estrutura entre a JF da 3ª Região e, dentre outros, o CNJ; o CJF; o TJ/SP; a Procuradoria Regional da República; o Ministério da Previdência Social e a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

6



Na busca da eficiência dos processos de trabalho judiciários administrativos, foi inaugurada a CM cíveis, de execuções fiscais e previdenciários unificada.

Fruto do esforço pela busca de estrutura física adequada à população, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da JF da 3ª Região, foram as reformas efetuadas no edifício-sede do TRF3 e nos Fóruns Federais de Araçatuba; Presidente Prudente; São Bernardo do Campo; Santos e São José do Rio Preto; as inaugurações das novas sedes da Justiça Federal nos municípios de Ponta Porã/MS, Corumbá/MS e Bauru/SP e o início da construção das novas sedes para abrigar as Subseções Judiciárias de São José dos Campos/SP e Três Lagoas/MS.

Oportuno, alfim, mencionar as ações de aperfeiçoamento das atividades profissionais e interação entre os magistrados e deles com os demais segmentos sociais, e de capacitação de servidores, mantendo elevados os níveis de comprometimento e motivação, imprescindíveis à consecução da missão institucional.

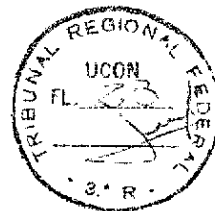
No tema da responsabilidade socioambiental, foram promovidas ações concretas visando o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, e disseminadas boas práticas para melhoria da gestão dos recursos ambientais e materiais.

Para o exercício de 2010 rumar-se-a para a expansão da estrutura física, organizacional e modernização da JF da 3ª Região buscando, por meio dos Processos Eletrônicos (GEDPRO; Peticionamento Eletrônico; Exec. Fiscal Virtual), do SIGJUS e do projeto de Conciliação, diminuir em 4% a taxa de congestionamento no 1º e 2º Graus; da elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, da atualização tecnológica de hardware e da modernização tecnológica de Administração de Redes, aumentar em 40% o atendimento aos padrões mínimos de TI, em 30% as demandas evolutivas dos sistemas e ampliar para 95% o tempo de disponibilidade dos serviços de TI; do Projeto Segurança, aumentar para 5 o número de unidades judiciárias com segurança armada e eletrônica; da Adaptação dos prédios às normas de acessibilidade e aquisição, construção ou reforma de edifícios, aumentar para 50% o nível de satisfação dos magistrados, servidores e usuários com as instalações físicas; da racionalização e padronização dos trâmites administrativos, aumentar em 50% a quantidade de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

do incentivo à responsabilidade socioambiental, diminuir em 5% o consumo “per capita” de papel, água e energia e aumentar para 4 o número de programas sociais a serem realizados.

Assim, a JF da 3ª Região, com essas ações, dentre outras, promove a transparência pública na gestão dos recursos alocados a este Órgão, e cumpre seu papel social, criando uma nova realidade no serviço público, dentro do contexto exigido pela sociedade no deslinde de suas demandas legítimas.



Identificação das UJ no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Conselho da Justiça Federal		Código SIORG: -
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora		
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 3ª Região		
Denominação abreviada: TRF 3ª Região		
Código SIORG:	Código LOA: 12104	Código SIAFI: 090029
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Justiça Federal		Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato: (11) 3012-1461		PABX: (11) 3012-1000
Endereço eletrônico: presidencia@trf3.jus.br		
Página da Internet: http://www.trf3.jus.br		
Endereço Postal: Avenida Paulista, 1842 - Torre Sul – Cerqueira César CEP: 01310-936 São Paulo/SP		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo	ativa	-
Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	ativa	-
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Artigos 106 a 109 da Constituição Federal Art. 27, §§ 6º e 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 Decreto-Lei n.º 384, de 26/12/1968 Lei n.º 7.727 de 09/01/1989 Leis n.º 5.010 de 30/5/1996 Lei n.º 11.798 de 29/10/2008		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
RI do TRF da 3ª Região, publicado no DOE de São Paulo, em 14/04/1992, Caderno 1, págs. 74/85, acompanhado dos textos das Emendas Regimentais n.ºs 1 a 10 e dos Assentos Regimentais n.ºs 1/99; 2/99; 3/2000 e 4/2003		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
CLIPPING ON-LINE, disponível em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=482 DIÁRIO ELETRÔNICO, disponível em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/fileadmin/docs/dedi/Boletim_Interno_INFORMATIVO_JURÍDICO,-disponível-em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=376 Jornal, disponível em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=1435 JORNAL EMAG@ZINE, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1245 Notícias, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=11 REVISTA ACADÊMICA, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1262 REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (publicação		

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

bimestral), São Paulo, SP – Brasil, 1990 - ISSN 1414-0586
REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL, disponível em:
<http://revistaweb.trf3.jus.br/lpbin22/lpext.dll?f=templates&fn=main-h.htm&2.0>
REVISTA EMAG@ZINE, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1236>
VIA LEGAL, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=142>

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
090035	Orçamentária
090029	Executora
090047	Executora - Sentenças Judiciais
090017	Executora
090015	Executora

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

a) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

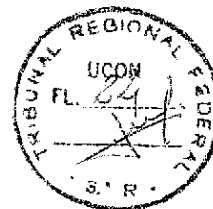
I. COMPETÊNCIA

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região é um dos cinco Tribunais Regionais Federais criados pelo art. 27, §§ 6º e 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Sua composição inicial foi prevista na Lei nº 7.727/89 e sua instalação ocorreu no dia 30 de março de 1989.

Os arts. 106 a 109 da Constituição Federal, as Leis nºs 5.010 de 30/5/1996 e 11.798 de 29/10/2008 e o Decreto-Lei nº 384 de 26/12/1968 prevêm a composição, organização e competência da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus. A RES nº 01 do Tribunal Federal de Recursos, de 06/10/1988, estabeleceu que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região teria sede na cidade de São Paulo e jurisdição sobre as Seções Judiciárias no Estado de São Paulo e MS.

A estrutura organizacional da Justiça Federal da Terceira Região está descrita no RI do TRF da 3ª Região, publicado no DOE de São Paulo, em 14/04/1992, Caderno 1, página 74/85, acompanhado dos textos das Emendas Regimentais nºs 01 a 10 e dos Assentos Regimentais nºs 1/99; 2/99; 3/200 e 4/2003.

6



II. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Justiça Federal da 3ª Região é reconhecida na execução das políticas públicas, como instrumento de pacificação e solução dos conflitos; excelência na prestação jurisdicional; exemplo de gestão e respeito pela coisa pública, com postura proativa e de vanguarda. Possui estrutura física centralizada e acessível, tanto em Primeiro quanto em Segundo Grau; utiliza, prioritariamente meios digitais na maioria dos procedimentos de trabalho, com sistemas integrados; dispõe de profissionais comprometidos, gerando um ambiente de trabalho que valoriza a pessoa humana, reconhecendo e estimulando seus talentos, e fomenta ações sustentáveis.

Ao gerenciar e/ou executar programas e ações e cumprir suas atribuições, a JF da 3ª Região, durante o exercício de 2009, priorizou a expansão de sua estrutura física e tecnológica, maximizando a utilização de meios digitais nos processos de trabalho, para atender a real demanda das atividades administrativas e judiciais; padronizou trâmites judiciais e administrativos, modernizando processos, normas e sistemas organizacionais; favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional de Magistrados e servidores, com foco em resultados; incrementou e desenvolveu a gestão sócio-ambiental; realizou parcerias, fortalecendo e harmonizando as relações com outros Órgãos e Instituições e incrementou os processos de conciliação, facilitando o acesso à Justiça Federal da 3ª Região e promovendo a efetividade na prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões judiciais.

Nessa seara, o TRF da 3ª Região e Seções Judiciárias vinculadas estabeleceram projetos e ações, dentre os quais destacamos de forma sintetizada:

- Aprovação do Planejamento Estratégico no âmbito da JF da 3ª Região para o quinquênio de 2010/2014, por intermédio da RES nº 86, de 16 de dezembro de 2009, demarcando como missão “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”. A partir das definições de objetivos e estratégias comuns de atuação, em consonância com o Mapa Estratégico da JF aprovado pela RES CJF nº 73/2009, a expectativa é de que os órgãos do Poder Judiciário caminhem juntos, a fim de entregar à sociedade serviços judiciais de excelência.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

- Projeto “Expedição da Cidadania”, desenvolvido pelo TRF 3ª Região e pela Associação dos Juizes Federais do Brasil, em parceria com outras instituições, levou às chamadas populações tradicionais, instaladas em locais de difícil acesso, não só o Juizado Especial Federal Itinerante como órgãos públicos responsáveis pela efetivação da cidadania e dos direitos civis, com a emissão gratuita de documentos básicos – registro de nascimento, RG, CPF, CTPS, Título de Eleitor, cartão cidadão, carteira de permanência de estrangeiros – bem como os serviços do INSS e informações e palestras nas áreas de saúde preventiva, regularização fundiária e educação previdenciária e nutrição. Desde o lançamento do projeto, o Juizado Especial Federal de Campo Grande/MS fez 700 atendimentos, que resultaram em 360 audiências em Porto Murtinho e 40 audiências no Rio Paraguai, em etapas fluviais, e as demais instituições, 5.132 prestações de serviços, sem contar o atendimento a pessoas que receberam orientações sobre seus direitos.

- Realização de JEFs na modalidade itinerante nos municípios de Pedro de Toledo/SP e Itapirapuã Paulista/SP, ambos municípios de difícil acesso, totalizando 166 atendimentos.

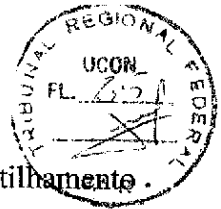
- Instalação de uma unidade descentralizada do JEF de São Paulo no Largo São Francisco, como parte do Acordo de Cooperação Acadêmica celebrado com a USP.

- Antecipação de 4 mil perícias médicas na especialidade ortopedia, em ações propostas no JEF de São Paulo.

- Consolidação do Projeto de Conciliação de ações previdenciárias; do SFH e da Carteira Comercial da CEF, que tramitam em 1ª e 2ª Instâncias, com a integração do Gabinete da Conciliação na estrutura do TRF 3ª Região. Em 2009, incluídos os dados da Semana Nacional de Conciliação, sucedida em São Paulo, foram realizadas 17.619 audiências, das quais 8.076 alcançaram acordos, finalizando definitivamente os litígios; atendidas 24.178 pessoas e homologados R\$ 148.836.980,84 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos).

- Realização de Sessões Extraordinárias na Subseção Judiciária de Campo Grande/MS, com o julgamento de 57 recursos, em atendimento à Emenda Constitucional nº 45/2004, que autoriza os Tribunais Regionais Federais a funcionarem descentralizadamente.

6



▪ Acordos para informatização, integração e compartilhamento de estrutura, destacando-se: 1) o Acordo de cooperação com o TJ/SP para adoção de medidas administrativas pertinentes à transmissão de informações processuais entre os órgãos jurisdicionais de ambos os tribunais por meio eletrônico; 2) a integração do TJ/SP no Sistema de Assistência Judiciária Gratuita, possibilitando aos juízes estaduais que atuam na competência delegada em matéria previdenciária e assistencial a indicação de peritos médicos e assistentes sociais cadastrados em um sistema eletrônico único; 3) o Acordo de cooperação técnica celebrado com o Ministério da Previdência Social visando proporcionar maior celeridade às ações previdenciárias e de execução fiscal, por meio do intercâmbio de informações; 4) o Termo de Cooperação celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, objetivando a implantação, operacionalização e administração do Sistema de Tele-audiências, para realização de audiências criminais à distância e em tempo real; e 5) o Convênio de Cooperação Institucional com a Procuradoria Regional da República para a troca eletrônica de informações e peças processuais, otimizando o julgamento dos feitos judiciais em segundo grau de jurisdição.

▪ Implantação do sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais – GEDPRO no TRF 3ª Região, produzindo documentos processuais eletrônicos, acessíveis via *internet* a todos os advogados e partes interessadas. Nas 6ª, 9ª e 10ª Turmas do Tribunal foram iniciados os trabalhos de sessão de julgamento 100% eletrônica: todo o procedimento de julgamento, desde a criação dos acórdãos até a sua publicação no Diário Eletrônico tem sido realizado sem a utilização de papel.

▪ Programa de EF Virtual – sistema totalmente seguro e que apresenta como vantagem a tecnologia do Gerenciamento Eletrônico de Documentos; criptografia dos dados; *smartcards* com biometria, além da compatibilidade com os sistemas atuais – já está em utilização em 12 Varas Federais de Execução Fiscal em São Paulo. Com a efetivação do programa, 82% do processo é feito por meio eletrônico, oferecendo economia, eficiência, agilidade e transparência.

▪ Implantação do Projeto de Difusão de Imagens possibilitando a realização de julgamento à distância e permitindo a troca de imagens e sons entre o Tribunal e Seções Judiciárias, possibilitando aos advogados, partes e testemunhas

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

sustentarem oralmente os processos sob sua responsabilidade na própria Seção Judiciária em que se iniciou o litígio.

- Implementação da última fase do sistema de preenchimento e envio de ofícios requisitórios por meio eletrônico, alcançando as varas estaduais que atuam por competência delegada no âmbito da 3ª Região. A medida reduz tempo e custos para administração no trâmite dos precatórios e requisições de pequeno valor. No ano de 2009 foram pagos 30.958 precatórios e 172.122 RPVs, atendendo 214.725 beneficiários.

- Inauguração da CM cíveis, de execuções fiscais e previdenciários unificada, uniformizando procedimentos e propiciando maior eficiência e transparência na execução dos trabalhos dos Oficiais de Justiça.

- Regulamentação do sistema de numeração única e código de barras para autuação dos feitos ajuizados na Justiça Federal da 3ª Região, por meio da RES nº 376/2009.

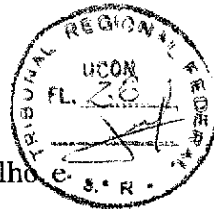
- Participação na Meta 2, consistente na identificação dos processos judiciais mais antigos e adoção de medidas concretas para o julgamento de todos os feitos distribuídos até 31.12.2005, resultando o esforço conjunto da JF da 3ª Região no julgamento de 30.072 (trinta mil e setenta e dois) processos em Primeiro Grau e 58.142 em Segundo Grau.

- Inauguração das novas sedes da Justiça Federal nos municípios de Ponta Porã/MS, Corumbá/MS e Bauru/SP, e lançamento das pedras fundamentais para a construção das novas sedes da Justiça Federal de Três Lagoas/MS e Naviraí/MS.

- Reforma no edifício-sede do TRF 3ª Região e nas edificações dos Fóruns Federais de Araçatuba; Presidente Prudente; São Bernardo do Campo; Santos e São José do Rio Preto e arquivo judicial de São Paulo.

- Início da construção da nova sede para abrigar a Subseção Judiciária de São José dos Campos/SP e do edifício anexo da JF no Município de Campo Grande/MS.

- Assinatura de protocolo de intenções entre o Ministério da Previdência Social, a CEF, o INSS, a Secretaria de Patrimônio da União do Estado de São Paulo e o TRF 3ª Região, para doação de terreno destinado à construção das futuras instalações da Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias em São Paulo. Com a



doação do terreno e a construção do novo espaço haverá integração do trabalho e melhoria na prestação de serviços jurisdicionais.

- Apresentação na Prefeitura Municipal do projeto arquitetônico das novas instalações da Justiça Federal de Campinas/SP, parte do futuro Complexo Administrativo-Judiciário naquela municipalidade, que trará benefícios para todos os cidadãos da região, que contarão com um avançado posto de prestação de serviços públicos federais em local de fácil acesso e infraestrutura adequada.

- Mapeamento do perfil de cada servidor do TRF 3ª Região nas competências identificadas como necessárias à consecução da missão institucional, realizado por meio do “Método Personality de Gerenciamento do Capital Humano”. As informações obtidas subsidiarão a Programação de Eventos de Capacitação para 2010 e servirão de base para a modelagem do sistema de Gestão por Competências.

- Realização de cursos, seminários, simpósios e painéis, pela Escola de Magistrados do TRF 3ª Região, para aperfeiçoamento das atividades profissionais e a interação entre os magistrados e deles com os demais segmentos sociais, atendendo aos interesses e às particularidades do trabalho que desenvolvem, e assinatura de convênio com a Faculdade Cumberland de Direito que possibilitará intercâmbio para juízes federais da 3ª Região na Universidade Samford, no Alabama, E.U.A., a fim de se aperfeiçoarem em curso de mestrado. O trabalho desenvolvido pela EMAG também gerou as publicações das Revistas Acadêmica e Emag@azine.

- Contratação de consultorias e assessoria técnica; serviços técnicos profissionais para treinamento; aquisição de material didático e livros; realização de seminários, congressos, conferências e demais despesas afins, objetivando a promoção, de forma integrada, da qualificação de pessoal das áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, e aumento dos índices e produtividade na prestação jurisdicional.

- Recepção, pela ouvidoria Geral da 3ª Região, meio de intercomunicação permanente do cidadão com o Poder Judiciário da 3ª Região, de 1665 (um mil, seiscentas e sessenta e cinco) manifestações válidas, tendo sido concluídas 91,6% das mensagens registradas.

- Promoção de medidas efetivas pela Comissão de Gestão Ambiental da 3ª Região, reunida com os agentes multiplicadores, por meio de campanhas de orientação e treinamento, visando à educação ambiental e melhoria da gestão dos recursos ambientais e materiais. Com a adoção de boas práticas simples e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

criativas, mas que podem fazer toda a diferença para o meio ambiente, como reutilização de copo plástico descartável; impressão de folhas frente-e-verso; informações por meio eletrônico; uso racional do ar condicionado; desligar as luzes ao final do expediente, entre outras, magistrados, servidores, estagiários e terceirizados foram incentivados, como colaboradores, ao combate ao desperdício e à redução, reutilização e reciclagem de material.

- Lançamento do Boletim Ambiental da Justiça Federal da 3ª Região, uma publicação eletrônica bimestral voltada à divulgação das campanhas da Comissão de Gestão Ambiental.

- Eliminação de 12 lotes de precatórios, 02 de documentos administrativos e 01 de autos de agravo de instrumento, todos com temporalidade cumprida. Após fragmentação, foram entregues ao Instituto Nacional de Preservação Ambiental para fins de reciclagem. As capas em bom estado de conservação foram preservadas e reaproveitadas para a autuação de ações novas (RES nº 211/2009). Foi, também, expedida recomendação pela Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental, para o uso de papel reciclado, exceto quanto aos documentos de guarda permanente.

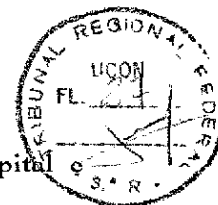
- Programação de ações concretas direcionadas à proteção da infância e juventude, voltadas para os profissionais que atuam na área e demais interessados, com exibição de filmes, palestras e visitas a escolas públicas.

b) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para atender os objetivos e prioridades organizacionais, a JF da 3ª Região, ao longo do exercício de 2009, estabeleceu ações que, implementadas e acompanhadas, visaram atingir os objetivos e metas estipulados na Lei de Orçamento e Plano Plurianual e em Programas e Subprogramas vinculados às atividades duradouras e projetos, voltados à mais ampla e efetiva prestação da jurisdição federal.

Para concretizar esse mister, foi promulgada a Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício de 2009, cabendo, à JF da 3ª Região, o valor total de R\$ 1.465.210.701,49 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e dez mil, setecentos e um

Gr



reais e quarenta e nove centavos), destinado às despesas corrente e de capital disponibilizado por meio das Unidades Orçamentárias (UO) 12.101 e 12.104, a saber: na JF de 1º Grau (12101) a provisão recebida foi de R\$ 1.028.285.834,00 (um bilhão, vinte e oito milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais) e na JF de 2º Grau (12104), R\$ 436.924.867,49 (quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos), além da provisão recebida de R\$ 2.053.479.122,00 (dois bilhões, cinquenta e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e cento e vinte e dois reais) para execução de precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Embora tenha havido sensível restrição na disponibilidade financeira, a escassez de recursos ao longo do exercício não causou maiores obstáculos ao cumprimento das metas estabelecidas, conforme se demonstra no desenvolvimento do presente relatório.

Nada obstante o impacto financeiro restritivo, associado tanto a fatores externos, tais como a conjuntura política e econômica mundial e nacional e os entraves de ordem legal para ampliação do quadro de servidores e terceirizados, e internos, relacionados, dentre outros, à paralisação de servidores; insuficiência de instalações físicas face à crescente demanda do órgão e aumento de doenças ocupacionais, a crença na capacidade de enfrentamento de obstáculos; o planejamento, controle e transparência dos objetivos e resultados alcançados, bem assim o investimento no sistema de tecnologia e na capacitação de servidores e aperfeiçoamento dos magistrados permitiram o alcance de maior eficiência e modernização organizacional pela Justiça Federal da 3ª Região.

Desse modo, as diretrizes norteadoras para a gestão jurisdicional e administrativa da Justiça Federal da 3ª Região sinalizaram o firme propósito de garantir, a médio e longo prazo, maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos; promover melhoria da qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão à justiça.

I. ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

O mapa estratégico da JF da 3ª Região foi construído segundo as seguintes perspectivas: processos internos; fator humano; cliente e orçamento.

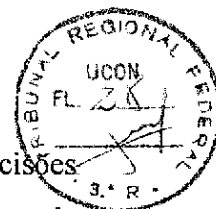
Conforme as quatro perspectivas, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Perspectiva dos processos internos
 - 1) Racionalizar e padronizar os procedimentos administrativos e judiciários
 - 2) Priorizar o julgamento dos processos mais antigos e das matérias passíveis de conciliação
- Perspectiva do fator humano
 - 1) Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance da missão institucional
 - 2) Promover a cultura da qualidade de vida no trabalho
 - 3) Aumentar a participação dos magistrados e servidores nas ações ambientais e sociais
- Perspectiva do cliente
 - 1) Aumentar a satisfação do cliente
 - 2) Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e integração
- Perspectiva do orçamento
 - 1) Racionalizar o uso dos recursos controlando por centro de custo
 - 2) Aprimorar processo de planejamento plurianual

O Plano Estratégico da JF da 3ª Região, que utilizou o “Balanced Scorecard” como base metodológica, foi construído participativamente e levou em consideração as quatro perspectivas acima, criando o necessário equilíbrio entre componentes internos e externos da Unidade e entre indicadores de resultados e de tendência.

Ao adotar os pressupostos do “Balanced Scorecard”, foram extrapolados os limites da prescrição orçamentária, que enfatiza o enfoque financeiro como balizador dos demais fatores. Em lugar desse posicionamento, considerou-se que gerenciar estrategicamente é definir, a partir dos cenários considerados, o estado futuro que se pretende alcançar, levando-se em conta as limitações e potencialidades organizacionais, buscando-se os recursos necessários à consecução do plano.

6



Visa-se, com a definição da estratégia da Unidade, orientar as decisões de natureza estratégica que definirão o processo de desenvolvimento para alcance de níveis de excelência na prestação de serviços.

II. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009

Perspectiva: Processos internos	Objetivo Estratégico: Racionalizar e padronizar os procedimentos administrativos e judiciários
Responsável: Judiciária: Secretaria Judiciária Administrativa: Assessoria de Organização e Métodos	
Diretrizes: Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais Maximizar a utilização de meios digitais nos processos de trabalho	
Iniciativa: Projeto da Secretaria Judiciária e da Assessoria de Organização e Métodos	

Perspectiva: Processos internos	Objetivo Estratégico: Priorizar o julgamento dos processos mais antigos e das matérias passíveis de conciliação
Responsável: Judiciária: Secretaria Judiciária e Gabinete da Conciliação	
Diretriz: Incrementar os processos de conciliação	
Iniciativas: Atuação regular do Gabinete da Conciliação Semana Nacional da conciliação	

Perspectiva: Fator humano	Objetivo Estratégico: Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance da missão institucional
Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas	
Diretrizes: Promover o desenvolvimento pessoal e profissional Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais	
Iniciativas: Sistema de avaliação e acompanhamento de competências Programa permanente de capacitação da 3ª Região Implantação do projeto de avaliação de resultados de capacitação	

Perspectiva: Fator humano	Objetivo Estratégico: Promover a cultura da qualidade de vida no trabalho
Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas Subsecretaria de Assistência Médico-social	
Diretriz: Promover a cultura de qualidade de vida no trabalho	
Iniciativas: Programa de Desenvolvimento de Lideranças Ações de desenvolvimento de equipe Estabelecimento de critérios de movimentação interna	

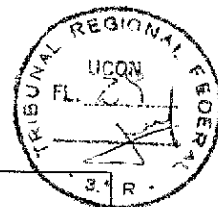
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Exames periódicos de saúde
 Programa de Saúde Ocupacional
 Programa de qualidade vida
 Programa de saúde mental
 Programa de gestão de benefícios

Perspectiva: Fator humano	Objetivo Estratégico: Aumentar a participação dos magistrados e servidores nas ações ambientais e sociais
Responsável: Comissão de Gestão Ambiental Secretaria de Gestão de Pessoas Secretaria da Administração Subsecretaria de Assistência médico-social	
Diretriz: Incrementar e desenvolver a gestão sócio-ambiental	
Iniciativas: Palestras Parceria para coleta de resíduos Licitações com solicitação de certificação de manejo ambiental Medição do resíduo produzido	

Perspectiva: Cliente	Objetivo Estratégico: Aumentar a satisfação do cliente
Responsável: Assessoria de Organização e Métodos Ouvidoria	
Diretrizes: Maximizar a utilização de meios digitais nos processos de trabalho Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais Promover o desenvolvimento pessoal e profissional Incrementar os processos de conciliação	
Iniciativa: Pesquisa em campo sobre satisfação das alterações do elevador do prédio sede do TRF 3ª Região Pesquisa sobre os serviços da Secretaria de Gestão de Pessoas Pesquisa sobre o grau de satisfação com o sistema de abertura de chamados de solicitação de serviços da Secretaria da Administração Pesquisa de satisfação do cliente externo Atividade contínua realizada pela Ouvidoria	

Perspectiva: Cliente	Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e integração
Responsável: Diretoria Geral Assessoria de Organização e Métodos Secretaria de Informática	
Diretrizes: Expandir a estrutura organizacional da Justiça Federal da 3ª Região para atender às suas reais demandas Maximizar a utilização de meios digitais nos processos de trabalho Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais Promover parcerias com as demais instituições	
Iniciativas: Realização de reuniões setoriais Pesquisa do clima organizacional Mudança do layout para facilitar o acesso às informações e serviços disponibilizados Comunicação aos usuários sobre indisponibilidades do sistema Projeto de monitoramento do ambiente	



Perspectiva: Orçamento	Objetivo Estratégico: Racionalizar o uso dos recursos controlando por centro de custo
Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças	
Diretrizes: Expandir a estrutura organizacional da Justiça Federal da 3ª Região para atender às suas reais demandas Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais	
Iniciativa: Planejamento orçamentário dos centros de custos Acompanhamento da elaboração dos planejamentos orçamentários e das alterações orçamentárias	

Perspectiva: Orçamento	Objetivo Estratégico: Aprimorar processo de planejamento plurianual
Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças	
Diretrizes: Expandir a estrutura organizacional da Justiça Federal da 3ª Região para atender às suas reais demandas Modernizar os processos, normas e sistemas organizacionais	
Iniciativa: Ferramentas de acompanhamento de execução orçamentária para os gestores dos centros de custo	

c) PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

São três os programas de trabalho sob a responsabilidade da JF da 3ª Região, constantes da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008:

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos arts. 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.
Objetivos específicos	Atender ao aumento da demanda jurisdicional e dotar a Justiça Federal da 3ª Região de meios para cumprir as atribuições contidas na Constituição Federal.
Gerente do programa	Cesar Asfor Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UG	Marli Marques Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Periodicidade: anual Unidade de medida: percentagem
Público Alvo (beneficiários)	Sociedade

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	a) Observar o limite de 12% (doze por cento) da receita corrente da União para os gastos com inativos e pensionistas, bem assim a relação de 2/1 entre a sua contribuição como empregador e a dos segurados. b) Implementação da correlação efetiva entre contribuições e benefícios, por meio do registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme estabelecido pela Lei nº 9.717/98.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Objetivos específicos	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UG	Marli Marques Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Periodicidade: anual Unidade de medida: percentagem
Público Alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Cumprimento de sentenças judiciais
Objetivos específicos	Cumprir as decisões judiciais relativas a sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as de pequeno valor, devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Gerente do programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UG	Marli Marques Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Esse programa não possui indicador
Público Alvo (beneficiários)	Sociedade

I e II. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES E INDICAÇÃO DAS ÁREAS DA UNIDADE RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Dos programas em referência, foram executadas as seguintes ações:

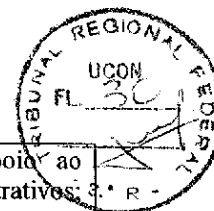
LEGENDA:

- (1) Créditos contingenciados
- (2) Créditos suplementares e disponibilizações
- (3) Restos a Pagar
- (*) Disponível na UG (diferença entre a dotação autorizada e o executado)
- (**) Disponível na UG 090035 (Setorial)

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 2003 - Ações de Informática

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal
-	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2003 - Ações de Informática	SJSP	5.329.396,00		5.324.041,70	
		(*) 5.354,30		(3) 892.717,80	
	SJMS	164.186,00		163.100,64	
		(*) 1.085,36		(3) 4.633,64	
	SEÇÕES	5.493.582,00		5.487.142,34	
				(3) 897.351,44	
	TRIBUNAL	2.543.087,00		2.540.873,17	
		(*) 2.213,83		(3) 884.538,26	
TOTAL		8.036.669,00		8.028.015,51	

TRF 3ª REGIÃO – As atividades realizadas supriram parte das metas de expansão/atualização da plataforma do parque de equipamentos de informática do Tribunal, de padronização e atualização das plataformas de software de rede Microsoft e das estações de trabalho, atualização e ampliação dos recursos de ferramentas de softwares para várias áreas solicitantes e de apoio ao controle projetos e desenvolvimento de sistemas. Os principais contratos celebrados permitiram manter o nível de disponibilidade dos sistemas ao público interno e externo. A locação de equipamentos possibilitou a manutenção dos principais sistemas corporativos durante a migração para os novos equipamentos do TRF 3ª Região.

Destacam-se, no exercício de 2009, as seguintes aquisições: 100 mesas digitalizadoras para o JEF; 50 caixas de som USB; 50 Web Cam; 01 gravador digital; 20 microcomputadores; 01 analisador de rede; 50 Notebooks; 01 CaddProj para DAEG; 01 RadControl Telerik para Portal Estatística; 40 licenças de Manutenção Software VMWare; 01 Interbase 2009; 01 licença tipo “Full Fabric” para interligação switches SAN; 1234 Office Standard 2007; 7427 MS Cal AD; 01 MS Project Server; 20 MS Cal do Project Server; 30 MS Device Cal do Project

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Server; 10 fitas para filmadora digital da EMAG; 109 HDs externos; 50 leitores de código de barras sem fio; 30 Kits Fotocondutores para impressora laser lexmark e352DN; 01 filmadora digital com tripé para EMAG; 20 notebooks; 03 coletores de dados para o setor de patrimônio; 34 scanners; 17 projetores multimídia e tela retrátil; 58 impressoras laser monocromática Lexmark T652DTN e 31 licenças do software Office Standard 2007.

JFSP – As atividades envolvidas garantiram de maneira satisfatória as condições físicas das instalações e equipamentos de informática, mantendo a operacionalidade e funcionalidade das diversas unidades da Seção Judiciária de São Paulo, possibilitando assim, o atendimento jurisdicional à população.

Dentre as principais ações de informática destacam-se a aquisição de equipamentos e materiais de consumo relativos à manutenção de sistemas processuais, administrativos e terminais de auto-atendimento; baterias para notebook; kits de manutenção de impressora Lexmark e licenças de uso dos softwares Novell e Jaws. Foram adquiridas, também, 37 impressoras laser monocromática Lexmark modelo E352DN; 20 notebooks para magistrados e 297 microcomputadores marca Dell Optiplex 760 Desktop. Vigeram no exercício de 2009 os seguintes contratos de serviços e de locação de equipamentos e softwares: manutenção corretiva em terminais de auto-atendimento alfanuméricos; manutenção dos Sistemas Aplicativos de Controle Processual e Administrativo; manutenção de Compartimento de Segurança Modular Sys-Data com peças; manutenção de Equipamento IBM Risc System 600 - J50 e Series 620 e seus componentes com peças; manutenção de Sala Cofre do Fórum Cível em São Paulo; manutenção de software Open Enterprise Server&Prior Maintenance, GW7, Zenworks 7, Acces Manager 3; locação de 1.500 Licenças software Cachê Enterprise e 100 Licenças software Cachê Elite com assistência técnica; locação de licenças Enterprise Concurrente User Multi Server e Elite Multi Server Ambiente Linux Serviço Conexão IP Dedicado; assistência técnica para banco de dados Cachê; implantação, operação e gerenciamento de rede IP Multiserviços com tecnologia MPLS para interligação de redes locais e renovação de licença de uso e suporte técnico upgrade software “Volare”.

JFMS – Em relação às ações e despesas relacionadas à informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, foram



adquiridos 26 microcomputadores; 20 leitores de código de barras; 10 impressoras a laser – médio porte e 02 switch's 48 portas.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2004 - Assistência Médica e Odontológica Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)	SJSP	10.111.350,00		10.109.956,40	
		(*) 1.393,60		(3) 1.535.369,96	
	SJMS	1.090.320,00		1.061.784,46	
		(*) 28.535,54		(3) 25.575,95	
	SEÇÕES	11.201.670,00	9.700	11.171.740,86	10.393
				(3) 1.560.945,91	
TOTAL	TRIBUNAL	5.187.240,00	4.803	5.139.414,85	4.502
		(*) 47.825,15		(3) 1.096.553,49	
		16.388.910,00	14.503	16.311.155,71	14.895

A ação visa proporcionar melhoria na qualidade de saúde dos magistrados ou servidores ativos ou inativos e de suas famílias, por meio da prestação de assistência à saúde física e mental, compreendendo a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, contribuindo assim, para um melhor desempenho funcional e aumento da qualidade e capacidade laborativa dos integrantes do Quadro de Pessoal dos Órgãos componentes da JF da 3ª Região.

Em todas as assistências ofertadas, exceto na área de saúde ocupacional, há participação dos beneficiários no custeio, o que colabora para o fator de co-responsabilização dos custos, evitando-se tratamentos desnecessários. Os

6-
G

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

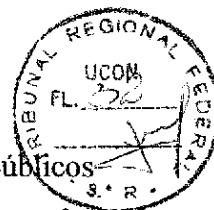
benefícios concedidos têm gerado resultados favoráveis, sendo, inclusive, considerado como atrativos pelo mercado de trabalho e contribuindo para a manutenção do quadro. O sistema de autogestão transparente e o atendimento aos Magistrados, servidores e dependentes que se beneficiaram da assistência médico-odontológica revelaram-se satisfatórios.

Ações realizadas: serviços laboratoriais para exames admissional/periódico; perícias médicas e odontológicas; serviços médico-hospitalares pela Amil (TRF 3ª Região e JFSP/Capital) e UNIMED (JFSP/Interior e JFMS); serviços odontológicos, psicológicos, psiquiátrico, fonoaudiológico e fisioterápico (RPG); assistência hospitalar (dependência química e psiquiatria); aquisição de medicamentos e material de consumo; aquisição e manutenção de equipamentos; reembolso de despesas médicas, odontológicas e psicológicas; saúde ocupacional (médico do trabalho, fisioterapia e ginástica laboral).

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir do requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes. Produto: Crianças de 0 a 6 anos atendida	SJSP	2.596.532,00		2.596.532,00 (3) 345.402,00	
		224.772,00 (*) 23.844,00		200.928,00	
	SEÇÕES	2.821.304,00 (2) 412.471,00	717	2.797.460,00 (3) 345.402,00	941
	TRIBUNAL	830.008,00 (2) 79.048,00 (*) 79.888,00	224	750.120,00	300
TOTAL		3.651.312,00	941	3.547.580,00	1.241



Esta ação objetiva a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde, na assistência materno-infantil, promovendo a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos servidores e magistrados da JF de 1º e 2º Graus, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, possibilitando o atendimento, complementação e formação da educação, bem como aos excepcionais, cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida. A assistência pré-escolar é oferecida mediante participação dos beneficiários no custeio e apresenta triplo benefício:

Em relação aos impúberes contemplados, colabora para que obtenham uma educação anterior ao ensino fundamental e, estando na rede escolar, certamente haverá uma contribuição para o desenvolvimento de suas personalidades e maior integração ao ambiente social. Além disso, possibilita que o responsável opte por uma unidade educacional cujas características mais coadunem com o perfil e desenvolvimento individual de cada infante.

Para os servidores, além da escolha personalizada, a concessão do auxílio colabora para que, durante o expediente, executem suas atividades com tranqüilidade, pois seus dependentes estarão sob os cuidados de equipe técnica treinada.

No que tange ao órgão, evita o absenteísmo.

No ano de 2009 não foram relatadas situações de afastamento ao trabalho por não ter o servidor, com quem deixar os dependentes.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal Direta, Autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da união, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2011 - Auxílio-transporte aos Servidores. Produto: Servidor beneficiado (unidade)	SJSP TRIBUNAL	1.092.399,00	993	1.092.399,00 (3) 216.351,38	944
		597.465,00	639	597.000,00	744
		(*) 465,00		(3) 85.892,21	
TOTAL		1.689.864,00	1.632	1.689.399,00	1.688

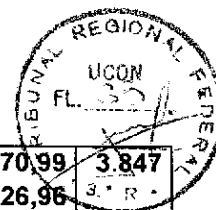
O auxílio-transporte ao magistrado ou servidor, em pecúnia, tem caráter indenizatório e permite o auxílio no custeio das despesas com deslocamentos da residência ao local de trabalho e vice-versa. Saliente-se que na SJ/MS não houve concessão de auxílio-transporte no ano de 2009. Quanto às demais unidades, todos os servidores que utilizaram transporte coletivo e requereram o benefício foram atendidos satisfatoriamente.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores. Produto: Servidor beneficiado (unidade)	SJSP SJMS	26.195.378,00		26.195.378,00 (3) 154.326,96	
		1.951.060,00		1.935.592,99	
		(*) 15.467,01			

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



	SEÇÕES	28.146.438,00	3.570	28.130.970,99	3.847
		(2) 2.870.838,00		(3) 154.326,96	3.ª R.
	TRIBUNAL	13.695.821,00	1.762	13.695.821,00	1.849
		(2) 1.220.861,00		(3) 151.731,06	
TOTAL		41.842.259,00	5.332	41.826.791,99	5.696

Trata-se de atendimento ao art. 22 da Lei nº 8.460/92, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação, em pecúnia, com caráter indenizatório, aos servidores ativos para custeio de despesas com alimentação. O resultado da ação foi plenamente satisfatório, já que 100% dos servidores ativos receberam o benefício, durante todo o exercício, proporcionando-lhes condições adequadas de alimentação.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços do órgão e o pagamento de pessoal ativo.
Descrição	Pagamento de pessoal ativo e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, bem como das despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis e demais despesas necessárias ao funcionamento do órgão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal. Produto: Processo julgado	SJSP	672.298.260,80		672.077.230,44	
		(*) 221.030,36		(3) 14.390.615,61	
	SJMS	52.989.375,20		52.976.059,19	
		(*) 13.316,01		(3) 1.176.733,40	
	SEÇÕES	725.315.636,00	700.000	725.053.289,63	485.972
		(2) 143.890.809,00		(3) 15.567.349,01	
	TRIBUNAL	(**) 28.000,00			
		320.320.984,00	200.000	319.660.735,33	190.175
		(2) 55.455.867,60		(3) 10.996.233,32	
		(**) 39.501,73			
		(*) 620.746,94			
TOTAL		1.045.636.620,00	900.000	1.044.714.024,96	676.147

Obs.: Na Atividade 4257 - TRF, há inclusão do destaque do STF - Acordo de Cooperação - Dotação autorizada R\$ 702.495,60, Liquidado R\$ 609.144,26. No STF corresponde a Atividade 6359, Programa de Trabalho 02061056563590001 - Apreciação e Julgamento de Causas - Nacional.

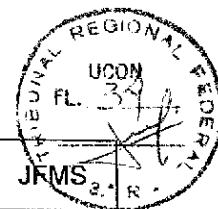
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

A Ação 4257 – “Julgamento de Causas na Justiça Federal” tem como produto o número de processos julgados e visa assegurar as condições necessárias para manutenção e funcionamento dos serviços do órgão, no que concerne às ações de pessoal, administração, infraestrutura, modernização, assessoramento superior, documentação, patrimônio, planejamento, orçamento e controle, assuntos jurídicos, comunicação social, telecomunicações e equipamentos, serviços de transportes e à manutenção, conservação, limpeza e vigilância das diversas unidades da Justiça Federal.

Os recursos alocados nessa atividade também são destinados à remuneração da força de trabalho composta por magistrados e servidores ativos, cujas ações desenvolvidas objetivam o total atendimento da demanda da prestação jurisdicional, com qualidade, celeridade e eficácia.

A força de trabalho da Justiça Federal da 3ª Região está distribuída conforme quadro abaixo:

SERVIDORES/MAGISTRADOS ATIVOS			
SITUAÇÃO FUNCIONAL	TRF 3ª Região	JFSP	JFMS
Servidores Ativos (+)	1870	3.592	273
Servidores cedidos (-)	33	28	2
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	8	1	0
Servidores requisitados (+)	21	21	5
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	0	11	4
Ocupantes do Órgão em Lotação Provisória (-)	11	11	3
Ocupantes de CJ/FC sem Vínculo (+)	20	1	3
Servidores recebidos por remoção (+)	18	-	-
Servidores cedidos por remoção (-)	27	-	-
Magistrados Ativos (+)	40	290	21
Magistrados Convocados (+)	32	9	-
Magistrados Cedidos (-)	-	2	-
TOTAL	1922	3882	301



SITUAÇÃO FUNCIONAL	TRF 3ª Região	JFSP	JFMS
Magistrados Inativos (+)	13	18	1
Servidores Inativos (+)	196	415	12
Pensões Estatutárias (instituidores de pensão) (+)	33	127	3
TOTAL	242	560	16

TRF 3ª REGIÃO – As atividades referentes aos Serviços Administrativos objetivam manter e otimizar o funcionamento das instalações físicas das edificações em uso pelo TRF 3ª Região, preservando sua operacionalidade/funcionalidade, de modo a oferecer as condições necessárias de trabalho e segurança aos Desembargadores, servidores e público usuário.

ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO - Englobam serviços postais; malote integrado; teleprocessamento; processamento de dados; telefonia; serviços gráficos, reprográficos, fotográficos, digitalização, filmagens e outros de registros para acervo e memória. Destaca-se, ainda, a conclusão da reformulação da sinalização das áreas internas, com vista à promoção das comunicações internas e externas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos relativos à área fim.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – Foram contratados serviços essenciais de utilidade pública; seguro; limpeza; desinsetização; copeiragem; transporte vertical, bem como os de manutenção de sistemas e equipamentos; combate a incêndio; reparos e instalações visando a conservação dos imóveis abaixo identificados:

Imóveis pertencentes ao Tribunal, registrados no Patrimônio da UG:

- ☐ Edifício Sede – Torre Sul – Av. Paulista, 1842;
- ☐ (*) Edifício Torre Beta – Al. Ministro Rocha Azevedo, 25;
- ☐ (*) Edifício Elmast Kissajikian – Av. Paulista, 1345;
- (*) Imóveis cedidos à Justiça Federal de São Paulo

Imóveis alugados de terceiros

Para instalar a área administrativa do Tribunal foi providenciada a locação de conjuntos comerciais instalados nos andares térreo, 1º, 11º, 13º, 19º e 22º da Torre Norte do Condomínio Cetenco Plaza, edifício vizinho ao edifício sede.

Ainda para propiciar melhores instalações aos Magistrados, Servidores e Público em geral, o TRF 3ª Região em parceria com a CEF recebeu a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

título de “cessão de uso” 05 (cinco) pavimentos do edifício Funcef Center, localizado à Av. Paulista, 1904, onde foram instalados os Gabinetes da Conciliação, a Escola de Magistrados e a CM Unificada para atender de forma centralizada a Justiça Federal da 3ª Região.

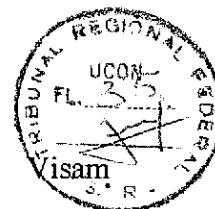
DESPESAS COM MATERIAL – As despesas com material objetivaram equipar os setores com as ferramentas necessárias à operacionalização dos serviços (equipamentos, máquinas e mobiliário), bem como suprir as necessidades de materiais de consumo, suprimentos de informática e demais recursos necessários à realização dos serviços administrativos e judiciários.

No que se refere ao atendimento das necessidades dos setores quanto às informações jurídicas e correlatas, visando possibilitar tanto a prestação jurisdicional como o atendimento direto ao público externo, a Subsecretaria de Documentação e Divulgação, atendendo a Biblioteca e demais setores do Tribunal, realizou as seguintes ações: aquisição de 1338 livros jurídicos e de outras áreas de interesse; 48 assinaturas de periódicos; 06 assinaturas de diários eletrônicos (Diário da Justiça e Diário Oficial da União); atualização de 2335 licenças de uso do dicionário eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa, de acordo com a Nova Reforma Ortográfica e 84 encadernações, atingindo-se 71% (setenta e um) por cento das metas programadas. As limitações orçamentárias estabelecidas à Subsecretaria de Documentação e Divulgação para o exercício de 2009 foram compatíveis com as necessidades de crédito, mormente pela disponibilização do orçamento no início do exercício e próximo do montante estimado.

PROGRAMA DE ESTÁGIO - O Programa de Estágio, coordenado pela SEGE do Tribunal em conjunto com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, disponibilizou 485 vagas, atendendo a todos os setores do Tribunal.

O principal objetivo do programa, que envolve o pagamento de bolsas-auxílio aos estudantes (auxílio-financeiro, auxílio-transporte e taxa de administração), é possibilitar a integração entre empresa e escola, estabelecendo conexões entre o saber acadêmico e a prática. Por um lado, a contratação de estagiários possibilita ao servidor o desenvolvimento de habilidades de supervisão, orientação, relacionamento interpessoal. Por outro, promove justiça de forma preventiva, na medida em que a inclusão social dos estudantes contratados passa, obrigatoriamente, pelo caminho da educação, profissionalização e exercício da cidadania.





ATIVIDADES DE TRANSPORTE E SEGURANÇA -

assegurar as condições necessárias de segurança e transporte para Magistrados e servidores e dar suporte às diversas áreas do TRF 3ª Região para o regular atendimento da demanda administrativa e judicial oriunda dos jurisdicionados.

Foram adquiridos os seguintes materiais de consumo diverso: mangueiras de incêndio; calibrador digital de pneus com filtro regulador de ar de duas saídas; capotas e protetores de caçamba para viaturas S10; sinalizadores em arco composto em *Led*; pneus; chaves extras; coletes balísticos nível II-A dissimulado; 10 aparelhos navegadores GPS; colocação de grades em dois veículos da frota; grades de isolamento externo para o TRF 3ª Região; gandolas, lanternas VEC 157 e 12 pares de botas táticas para uso dos agentes de segurança; fecho eletrônico para armário; malas de alumínio para acomodar kits de armamento não letal; kit monitor remoto para o sistema CFTV e 02 auxiliares de partida para veículos.

Quanto aos materiais permanentes, foram adquiridos veículos para renovação parcial da frota. A utilização da frota ocorreu estritamente para transporte de Desembargadores, Juízes e servidores a serviço do Tribunal; de processos e materiais concernentes a esta Corte, além do atendimento aos ministros do E. STF e STJ.

Também foram contratados serviços de seguro, vigilância e segurança, transporte vertical, manutenção de sistemas e equipamentos de combate a incêndio e modernização/expansão da estação repetidora de radiocomunicação do TRF 3ª Região.

INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - No exercício de 2009, foram pagas indenizações de transporte para 09 Analistas Judiciários, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados, a título de ressarcimento pelas despesas que realizaram em decorrência da utilização de meios próprios de locomoção, nos termos dos arts. 54 a 58 da RES nº004/2008 – C.JF.

JFSP – Os principais contratos firmados no exercício referem-se a serviços prestados por concessionárias e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo.

As despesas com serviços administrativos abrangeram, entre outros, o pagamento de diárias; passagens aéreas e terrestres; pedágios; serviços postais;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

telefonia fixa ou celular; impostos e taxas sobre contratos e serviços; locação de prédios e IPTU; indenizações e ajudas de custo a Magistrados e servidores.

As diárias e passagens foram utilizadas para locomoção, exclusivamente a serviço, de Magistrados e/ou servidores; realização de perícias e avaliações médicas; cumprimento a mandados, alvarás e outros e transporte de material permanente e de consumo e de processos e documentação em geral a outros Fóruns ou Órgãos. O percentual de indenização de transporte a Oficiais de Justiça representou 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) de toda execução orçamentária de 2009.

Estão registrados no patrimônio da unidade 100 veículos em uso, para atendimento às Varas da Capital, interior e Grande São Paulo, nas atividades de entrega, retirada e distribuição diária de malotes com correspondências internas; transporte de Magistrados e servidores entre Fóruns da Capital, Interior e TRF 3ª Região e locomoção de assistentes sociais (Juizado Especial Federal) para realização de perícias locais.

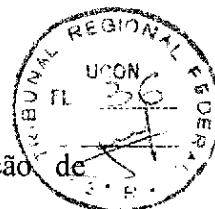
JFMS – Os resultados decorrentes da Ação 4257 – “Julgamento de Causas na Justiça Federal” foram satisfatórios na Seção Judiciária de MS, no exercício de 2009. Do orçamento total alocado, aproximadamente 95% foi comprometido, demonstrando um expressivo nível de atendimento das metas traçadas. Foram adquiridos equipamentos de informática, mobiliários, obras jurídicas, veículos, materiais de expediente diversos, dentre outros, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos Magistrados e servidores, resultando em melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

Os principais contratos administrativos firmados no exercício referem-se à locação de imóveis para instalação da 4ª Subseção Judiciária de MS e para funcionamento do arquivo da 1ª Subseção Judiciária de MS; prestação de serviços de telefonista, de manutenção predial, preventiva e corretiva, de vigilância patrimonial armada e prestação de serviços, com fornecimento de materiais, nas áreas de limpeza, conservação, jardinagem e copeiragem.

As despesas com serviços administrativos abrangeram, entre outros, o pagamento de diárias e passagens a magistrados e servidores; bolsas de estágio; aquisição de materiais de expediente e permanentes; passagens aéreas e despesas de duração continuada (serviços essenciais), tais como energia elétrica, água, telefone,

6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



limpeza e conservação, segurança e vigilância, serviços postais, locação de fotocopiadoras, manutenção de equipamentos, manutenção de *software*, manutenção predial, locação de imóveis, etc.

Estão registrados no patrimônio da unidade 05 (cinco) imóveis (prédio-sede da Justiça Federal em Campo Grande e prédios do Juizado Especial Federal/MS e da 2ª e 5ª Subseção Judiciária de MS) e 19 veículos, utilizados para transporte de magistrados e servidores, exclusivamente a serviço; entrega de documentos diversos em outros órgãos públicos; transporte de materiais de expediente e permanentes para as Subseções Judiciárias do interior do Estado, dentre outros.

O percentual de indenização de transporte a Oficiais de Justiça representou 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) de toda execução orçamentária de 2009.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 4091 - Capacitação de Recursos Humanos

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.
Descrição	Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para a capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
4091 - Capacitação de Recursos Humanos. Produto: Servidor capacitado	SJSP	1.201.656,00		1.188.534,41	
		(*) 13.121,59		(3) 253.335,71	
	SJMS	189.917,00		170.260,89	
		(*) 19.656,11		(3) 540,00	
	SEÇÕES	1.391.573,00	4.551	1.358.795,30	2.467
		(1) 885.367,00		(3) 253.875,71	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

	TRIBUNAL	2.210.509,00 (*) 172.255,09	1.014	2.038.253,91 (3) 482.221,27	1.846
TOTAL		3.602.082,00	5.565	3.397.049,21	4.313

Trata-se de despesas com contratação de consultorias e assessoria técnica; serviços técnicos profissionais para treinamento; aquisição de material didático e livros; realização de seminários, congressos, conferências e demais despesas afins, objetivando a promoção, de forma integrada, da qualificação de pessoal das áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras e aumento dos índices e produtividade na prestação jurisdicional.

TRF 3ª REGIÃO – Foram equacionadas oportunidades de capacitação, de forma a permitir o constante desenvolvimento das competências individuais e a busca pela excelência dos serviços prestados pelo TRF 3ª Região, no cumprimento de sua missão.

Foram realizados treinamentos presenciais e à distância, merecendo destaque pela sua importância para a Unidade os eventos de reciclagem obrigatória e ambientação e desenvolvimento gerencial, esse último visando disseminar o conceito de planejamento estratégico, conforme as diretrizes do CNJ. Foram também elaboradas grades específicas de eventos de capacitação em direito; informática, inclusive instrumental; administração; línguas; engenharia, saúde, qualidade de vida, prevenção de acidentes, cidadania e desenvolvimento pessoal; T&D e instrutoria e segurança. Em continuidade ao Programa de Incentivo à Especialização, foram concedidas 131 (cento e trinta e uma) bolsas de estudo.

Na programação de eventos internos foram priorizados o aproveitamento de servidores cadastrados como instrutores no Banco de Talentos da 3ª Região (58) e a apresentação dos principais temas de interesse do órgão. Foram ministrados 115 cursos por 24 instrutores. Atingiu-se a meta de 100% (cem por cento) de treinamento de servidores recém ingressados e ampliou-se o desenvolvimento de treinamento na modalidade de educação à distância. A meta física estabelecida para o exercício de 2009 foi ultrapassada em 33% (trinta e três por cento).

JFSP - Foram realizadas 108 ações de treinamento no exercício de 2009, dentre cursos regulares, seminários, palestras e congressos, nas áreas Jurídica;



Administrativa; de Recursos Humanos; Gerencial; Operacional e de saúde; além de cursos de idiomas e informática.

JFMS – As modalidades de treinamento utilizadas foram congressos, teleconferências, aulas presenciais, *workshops* e palestras nas áreas jurídica, administrativa, de informática, recursos humanos, CI, contratos, gerencial e financeira. Por meio dos treinamentos houve melhoria da capacidade técnica, da motivação e do comprometimento dos servidores no desenvolvimento de suas atividades, colaborando para atingir o objetivo maior da justiça: o aumento da celeridade na prestação jurisdicional. Importante realçar que o curso para elaboração do Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 3ª Região revelou talentos e futuras lideranças, além de permitir a troca de experiências entre os servidores, possibilitando maior integração entre os órgãos da Justiça Federal da 3ª Região.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.
Descrição	Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requirente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Não há coordenador vinculado
Unidade executora	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
4224 - Assistência a Pessoas Carentes. Produto: Pessoa Assistida	SJSP	23.937.238,15		23.937.235,94	
		(*) 2,21		(3) 9.792.351,35	
	SJMS	1.616.229,85		1.615.868,77	
		(*) 361,08		(3) 554.427,16	
TOTAL		25.553.468,00	44.622	25.553.104,71	129.737
				(3) 10.346.778,51	

Visa assegurar à população carente o direito constitucional de assistência jurídica integral e gratuita e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da CF. A ação envolve despesas com pagamento de honorários efetuados a defensores dativos, peritos, intérpretes e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

curadores especiais nomeados pelo Juízo. Tem vital importância para o Poder Judiciário, visto garantir ao cidadão hipossuficiente o pleno acesso à justiça. No ano de 2009 o benefício da assistência judiciária gratuita propiciou o acesso à proteção da tutela jurisdicional do Estado a uma significativa parcela da população. No final do exercício a ação foi executada com escassez de recursos, não causando, entretanto, maiores obstáculos ao cumprimento das metas estabelecidas.

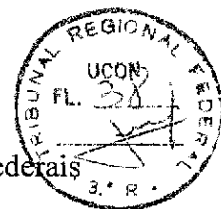
Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Reformar, ampliar e modernizar as instalações de diversas edificações da Justiça Federal, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.
Descrição	Reforma, ampliação e modernização de imóveis da Justiça Federal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidade executora	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal. Produto: Instalação Modernizada	SJSP	1.684.670,00		1.684.639,74	
		(*) 30,26		(3) 1.684.639,74	
	SJMS	353.493,00		297.569,70	
		(*) 55.923,30		(3) 297.569,70	
TOTAL		2.038.163,00	5	1.982.209,44 (3) 1.982.209,44	7

A ação de modernização de instalações da Justiça Federal da 3ª Região visa adequar a estrutura física dos prédios à necessidade do público atendido, garantindo a indispensável segurança física dos Magistrados, servidores e clientes que transitam pelas edificações, bem como do patrimônio e processos judiciais.

JFSP – Destacam-se as intervenções construtivas para adequação dos *layouts*, das instalações prediais e manutenção dos elementos estruturais dos imóveis próprios, bem como a continuidade de reformas de adaptações dos componentes arquitetônicos e estruturais dos Fóruns da capital às adequadas condições de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e funcionamento do sistema de combate a incêndio.



Foram efetuadas reformas em 06 edificações, a saber: Fóruns Federais de Araçatuba; Presidente Prudente; São Bernardo do Campo; Santos e São José do Rio Preto e arquivo judicial de São Paulo.

JFMS – Com o objetivo de evitar transtornos acarretados pela falta e/ou oscilação de energia, tais como prejuízos às atividades de magistrados e servidores ou mesmo possíveis danos em aparelhos e equipamentos, foram iniciados os trabalhos de implantação de infraestrutura do sistema de energia elétrica ininterrupta, no prédio-sede da Justiça Federal em Campo Grande, composta por grupo gerador diesel com potência prime de 405 kva e adequação/ativação da subestação de entrada de energia, bem como sua interligação com a rede elétrica existente no fórum.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal

Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Desenvolver sistemas de integração entre os órgãos judiciais afins, bem como modernizar e agilizar os procedimentos de informação processual nas Unidades da Justiça Federal.
Descrição	Desenvolvimento e implantação de sistemas de acompanhamento e controle da tramitação processual; integração de informações entre os órgãos afins; formação de banco de dados; aquisição de equipamentos, softwares, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas afins.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal. Produto: Sistema Implantado	SJSP TRIBUNAL	2.318.594,00		2.315.796,40	
		(*) 2.797,60		(3) 2.315.796,40	
		4.523.204,00		4.521.374,76	
		(*) 1.829,24		(3) 4.092.939,47	
TOTAL		6.841.798,00	0,00%	6.837.171,16	5,39%
		(1) 232.697,00		(3) 6.408.735,87	
		(2) 5.887.100,00			

A ação visa atender, ampliar e propiciar o desenvolvimento integrado e equilibrado entre todas as áreas da Justiça Federal, de forma sistêmica, baseando-se em projetos com avaliação custo-benefício; estendendo a compatibilização dos equipamentos e permitindo a ampliação, substituição, melhorias e interligações para acesso em programas de reciprocidade com Tribunais Superiores, Seções Judiciárias, entidades credenciadas e usuários em geral.

Com os recursos disponíveis, foram implantados os seguintes sistemas:

1 – PROCESSO ELETRÔNICO

Trata-se de continuidade do Projeto de implantação da rede de longo alcance WAN. O Sistema Eletrônico permitirá a tramitação de processos judiciais, interligando o TRF 3ª Região com suas Seções e Subseções, abrangendo os serviços de comunicação de dados, voz e vídeo conferência entre sua sede e suas unidades.

2 – PROJETO DE EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL

O projeto objetiva a informatização e automação de procedimentos que integrem as entidades exequentes à Justiça Federal, utilizando um modelo tecnológico que aumentará consideravelmente a capacidade do ajuizamento dos processos de Execução Fiscal.

Foram implantados os módulos 6 a 8, além de suporte e adequação de rotinas do sistema dos módulos de 1 a 5. Houve necessidade de aditivo contratual para numeração única e atualização do software Ad-Lib, ambas com recursos do JC. Foram adquiridos 510 microcomputadores; 390 pentes de memória DDR; 01 Licença do software AdLib para EFV, 1000 do Office Pro 2007 e 1735 do Office Standard 2007 para atualização do parque; 01 software para ampliação do storage IBM DS4700 e 154 Pentes de Memória DDR2.

3 – PROJETO DE DIFUSÃO DE IMAGENS

O projeto possibilitará a realização de julgamento à distância, permitindo a troca de imagens e sons entre o Tribunal e Seções Judiciárias, possibilitando aos advogados, partes e testemunhas sustentarem oralmente os processos sob sua responsabilidade na própria Seção Judiciária em que se iniciou o litígio.

4 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos microcomputadores e impressoras para serem ligados à rede de difusão no TRF 3ª Região e Seções Judiciárias, imprescindíveis à

6



conclusão do processo de migração de sistemas para operação do Banco de Dados "Oracle".

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 103D - Construção do Edifício-sede da Justiça Federal em São José dos Campos/SP

Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria de prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.
Descrição	Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de São José dos Campos - SP
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Renata Andrade Lotufo
Unidade executora	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
103D - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos. Produto: Sede construída com 4.000m2	SJSP	2.000.000,00	16,00%	2.000.000,00	16,32%
				(3) 1.063.231,26	
TOTAL		2.000.000,00	16,00%	2.000.000,00	16,32%

O projeto de execução da nova sede para abrigar a Subseção Judiciária de São José dos Campos/SP, em terreno doado à União pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, teve início em 2000 e vem sendo realizado em etapas, com término previsto para dezembro/2010. No exercício de 2009 atingiu-se a meta física de 66% (sessenta e seis por cento) de construção do edifício.

A finalidade da ação é suprir a carência de espaços e instalações físicas, possibilitando o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos e propiciando condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários.

Os projetos foram aperfeiçoados e o custo contratual da execução da obra foi ajustado à dotação orçamentária aprovada, equilibrando-se a aplicação dos recursos alocados.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 103C - Construção de Edifício-sede da Justiça Federal em Três
Lagoas/MS

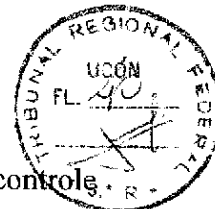
Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.
Descrição	Construção de prédio, com área de 5.035 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Três Lagoas – MS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Renato Toniasso
Unidade executora	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
103C - Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal no Município de Três Lagoas - MS. Produto: Aquisição de Imóvel	SJMS	4.700.000,00	52,00%	4.700.000,00 (3) 4.578.410,05	52,20%
TOTAL		4.700.000,00	52,00%	4.700.000,00	52,20%

Em novembro de 2009 foi iniciada a construção do edifício para abrigar a sede da 3ª Subseção Judiciária de MS, na cidade de Três Lagoas/MS. A execução completa da obra está prevista para novembro de 2010 e objetiva suprir a carência de espaço e instalações para funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos e propiciar condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários. Em dezembro de 2009 já havia sido concluído 15% (quinze por cento) do total da obra (etapas de fundação, blocos e baldrame).

A área total a ser construída é de 5.321 m² dividida nas seguintes configurações:

- SUBSOLO (2.168 m²): garagem com 51 vagas para automóveis e 30 para motos; posto policial com 2 celas para réus; sala com banheiro para motoristas; 2 vagas especiais para Magistrados; hall de acesso aos elevadores e à escada; casa de bombas para sistema de combate à incêndio; casa de bombas de recalque e subestação elétrica, gerador e sistema UPS (telemática).



- PAVIMENTO TÉRREO (1.568,65 m²): hall principal com controle eletrônico; escada de acesso ao pavimento superior; dois elevadores para 8 pessoas, sem casa de máquinas; agência bancária (próxima à entrada principal); auditório com 87 lugares; depósito judicial; salas diversas; serviços gerais (banheiros, copa, refeitório, casa de máquinas, etc).

- PAVIMENTO SUPERIOR (1.585,05 m²): espaço para instalação de 2 (duas) varas.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 103F - Construção de Edifício-anexo da Justiça Federal no Município de Campo Grande/MS

Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Construir anexo ao edifício-sede da Justiça Federal em Campo Grande - MS para atender e receber o público alvo, em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria de prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.
Descrição	Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Campo Grande - MS
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Gustavo Bicalho Ferreira da Silva
Unidade executora	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
103F - Construção de edifício - Anexo da Justiça Federal no Município de Campo Grande - MS.	SJMS	200.000,00	0,84%	148.887,50	0,00
		(*) 51.112,50		(3) 148.887,50	
TOTAL		200.000,00	0,84%	148.887,50	0,00

Será aberto procedimento licitatório, na modalidade concorrência, visando a contratação de empresa para execução da obra, com início previsto para agosto de 2011 e término em agosto de 2013.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 3600 - Reforma do Edifício-sede do TRF da 3ª Região em São Paulo/SP

Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Reformar o edifício-sede para atender e receber o público alvo, em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

	coletiva e a melhoria de prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.
Descrição	Obras de reforma e recuperação da infra-estrutura física do edifício sede, com área de 28.000 metros quadrados, tornando-as apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de São Paulo - SP
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidade executora	12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
3600 - Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP. Produto: Sede construída com 28.000m2	TRIBUNAL	3.000.000,00	8,16%	3.000.000,00	16%
				(3) 2.533.674,78	
TOTAL		3.000.000,00	8,16%	3.000.000,00	16%

A ação visa propiciar estrutura física adequada do edifício sede do TRF 3ª Região, resultando na segurança física de sua população fixa e flutuante, estimada em 2.500 (duas mil e quinhentas) e 5.000 (cinco mil) pessoas/dia, respectivamente, e na melhoria do acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal da 3ª Região, bem como assegurar a manutenção do patrimônio e processos judiciais ali localizados.

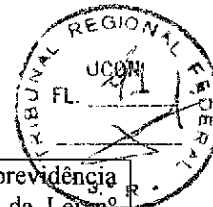
Abrange despesas com projetos de engenharia, arquitetura e complementares; reforma do prédio sede; fiscalização e acompanhamento da obra; instalações e serviços especiais; equipamentos diversos e outros afins.

No exercício de 2009 foram executadas as seguintes etapas: Recomposição e restauração das áreas internas e adaptação das instalações às normas legais; instalação de equipamentos de ar condicionado e reforma nos equipamentos em operação; instalação de tubulações; modernização dos elevadores e substituição das portas corta-fogo.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



	Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	SJSP	106.702.468,95		106.702.466,19	
		(*) 2,76		(3) 115.000,00	
	SJMS	7.774.823,05		7.774.807,35	
		(*) 15,70		(3) 10.000,00	
	SEÇÕES	116.448.183,00		114.477.273,54	
		(2) 24.535.312,00		(3) 125.000,00	
		(**) 1.970.891,00			
	TRIBUNAL	51.227.694,00		48.866.456,36	
		(2) 9.928.035,00		(3) 228.000,00	
		(**) 2.355.890,78			
		(*) 5.346,86			
TOTAL		167.675.877,00		163.343.729,90	

Programa 0089 – Previdência de Inativos e pensionistas da União
Ação 0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Garantir remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de aposentadorias e pensões, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores aos servidores civis inativos dos poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União ou seus pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Justiça Federal de Primeiro Grau
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau 12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
0396 - Pagamento de	SJSP	93.711.143,00		93.702.716,18	
		(*) 8.426,82		(3) 485.692,20	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Aposentadorias e Pensões. Produto: pessoa beneficiada (unidade)	SJMS	3.329.368,00		3.329.351,69	
		(*) 16,31			
	SEÇÕES	97.066.511,00	529	97.032.067,87	577
		(2) 20.729.609,00		(3) 485.692,20	
		(**) 26.000,00			
	TRIBUNAL	39.733.452,00	214	39.707.452,00	242
		(2) 8.747.010,00		(3) 189.353,26	
		(**) 26.000,00			
TOTAL		136.799.963,00	743	136.739.519,87	819

Os recursos alocados na Ação 0396 – “Pagamento de Aposentadorias e Pensões”, que tem como produto o número de pessoas beneficiadas, são destinados às despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e respectivos encargos, assegurando a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus. No exercício de 2009 os servidores e Magistrados inativos e pensionistas receberam seus vencimentos satisfatoriamente.

Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a sentenças judiciais transitadas em julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de sentença transitada em julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidade executora	12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
0005 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional.	TRIBUNAL	1.287.878.649,00		1.280.743.505,58	
		(*) 7.135.143,42			
TOTAL		1.287.878.649,00		1.280.743.505,58	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Esta operação assegura o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios), em cumprimento ao disposto no artigo 100 da CF. Segue tabela demonstrativa da execução:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Nº DE PROC.	VALOR TOTAL R\$
12104 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	3.774	242.317.584,62
24204 – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	14	433.292,24
25201 – BANCO CENTRAL DO BRASIL	41	1.571.433,25
26262 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	38	1.038.843,36
26283 – FUNDAÇÃO UNIV.FED. DE MATO GROSSO DO SUL	1	8.458,09
38201 – FUND.JORGE DUPRAT FIG. DE SEG.E MED. DO TRAB.	9	285.695,22
39252 – DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	4	91.124,27
49201 – INSTITUTO NAC. COL. REFORMA AGRÁRIA – INCRA	93	27.679.652,86
33201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	8.512	103.139.753,41
33904 – FUNDO DO REG. GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.472	904.177.668,26
TOTAL	30.958	1.280.743.505,58

Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

Ação 0625 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (RPV) União e Entidades.

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data de trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários-mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pelo § 1º do art. 17 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Coordenador Nacional da Ação	Marli Marques Ferreira
Unidades executoras	12104 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
0625 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - RPV União e Entidades	TRIBUNAL	765.600.473,00		765.600.473,00	
				(3) 31.535.137,09	
TOTAL		765.600.473,00		765.600.473,00	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Com o fim de informar os pagamentos de sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor em cumprimento ao disposto no artigo 100 da CF e art. 17, parágrafo 1º da Lei nº 10.259/2001, segue o número de processos e respectivos valores, conforme tabela a seguir

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Nº DE PROCESSOS	VALOR TOTAL R\$
12104 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	10.795	170.617.526,00
33904 – FUNDO DO REG. GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	83.953	594.982.947,00
TOTAL	94.748	765.600.473,00

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATINGIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

As metas físicas e financeiras especificadas na LOA, segundo os programas de trabalho da Unidade, encontram-se consolidadas nos quadros abaixo:

A análise concernente ao atingimento das aludidas metas foi efetuada no item 2 da Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009 (Programação Orçamentária e Execução Orçamentária)

METAS FÍSICAS

CONSOLIDADO TRF3 / SJSP / SJMS				
PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA	META REALIZADA	%
0569/2004	Pessoa beneficiada	15.175	14.895	98,15%
0569/2010	Criança atendida	941	1241	131,88%
0569/2011	Servidor beneficiado	1632	1688	103,43%
0569/2012	Servidor beneficiado	5.332	5696	106,83%
0569/4257	Processo julgado	900.000	676.147	75,13%
0569/4091	Servidor capacitado	5.565	2.958	53,15%
0569/3600	Edifício reformado	8,00%	1,27%	15,88%
	(% execução física)			
0569/4224	Pessoa assistida	44.622	77.824	174,41%
0569/1136	Instalação modernizada	5	0	0,00%

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



0569/103D	Edifício reformado (% execução física)	16%	7,65%	47,81%
0569/103C	Edifício reformado (% execução física)	52,20%	1,35%	2,59%
0569/103F	Edifício reformado (% execução física)	0,48%	0,00%	0,00%
0089/0396	Pessoa beneficiada	743	818	110,09%
0569/3757	Sistema implantado (% Exec. Física)	-	0,34%	-

METAS FINANCEIRAS

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$)	EXECUÇÃO FINANCEIRA/ DOTAÇÃO AUTORIZADA (%)
0569/2003	8.036.669,00	6.246.125,81	77,72
0569/2004	16.388.910,00	13.653.656,31	83,31
0569/2010	3.651.312,00	3.202.178,00	87,70
0569/2011	1.689.864,00	1.387.155,41	82,09
0569/2012	41.842.259,00	41.520.733,97	99,23
0569/4257	1.045.636.620,00	1.018.150.442,63	97,37
0569/4091	3.602.082,00	2.660.952,23	73,87
0569/4224	25.553.468,00	15.206.326,20	59,51
0569/1136	2.038.163,00	Não houve execução financeira	-
0569/3757	6.841.798,00	428.435,29	6,26
0659/103-d	2.000.000,00	936.768,74	46,84
0569/103-c	4.700.000,00	121.589,95	2,59
0569/103-f	200.000,00	-	-
0569/3600	3.000.000,00	466.325,22	15,54
0089/0396	136.799.963,00	136.739.519,87	94,46
0569/09HB	167.675,877	162.990.729,90	97,21
0901/0005	1.287.878.649,00	1.280.743.505,58	99,45
0901/0625	765.600.473,00	734.065.335,91	95,88

d) DESEMPENHO OPERACIONAL

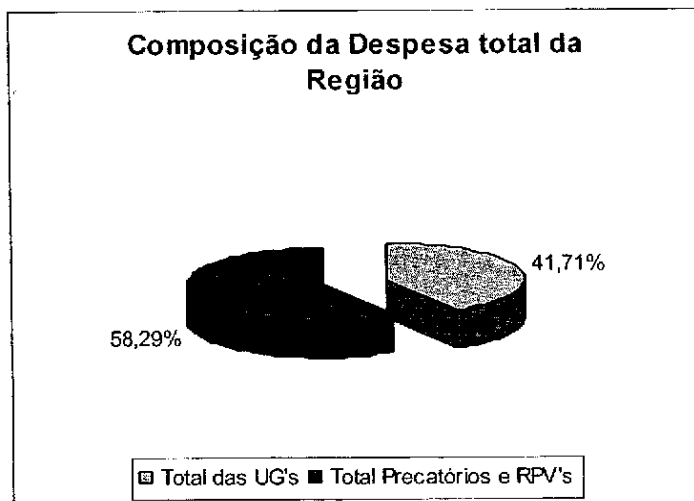
A Justiça Federal da 3ª Região monitorou seu desempenho operacional durante o exercício de 2009, notadamente, quanto ao controle de consumo dos recursos na medida exata da obtenção dos resultados esperados e de sua aplicação estrita aos objetivos propostos.

Para aferição da relação entre os resultados realizados e os planejados pelos gestores, foram estabelecidas metas e indicadores de desempenho, conforme dados expressos nos itens I e II a seguir.

I - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

Demonstra-se, neste tópico, o indicador orçamentário-financeiro que tem como objetivo avaliar o montante de despesas executadas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, comparando as despesas com Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e as demais despesas efetuadas com a sua manutenção.

O total das despesas executadas no exercício de 2009 foi de R\$ 3.510.771.761,80 (três bilhões, quinhentos e dez milhões, setecentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), sendo R\$ 2.046.343.978,58 (dois bilhões, quarenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) referentes aos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, R\$ 1.444.898.268,09 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e nove centavos) Despesas Correntes e R\$ 19.569.515,13 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quinze reais e treze centavos) Despesas de Capital.



O gráfico acima demonstra que 58,29% das despesas executadas em 2009 referem-se aos pagamentos de sentenças judiciais transitadas em julgado – Precatórios e RPVs e – 41,71% às despesas efetuadas com a manutenção da Região – (Pessoal, Custeio e Investimentos).

Taxa da Execução da Despesa em relação ao Orçamento

Disponibilizado.



Visa demonstrar a participação do total da Despesa Realizada, incluindo Precatórios e RPVs, no Orçamento à disposição da Região.

Para apuração deste Indicador, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$N = \frac{DET \times 100}{DD}$$

DD

Onde:

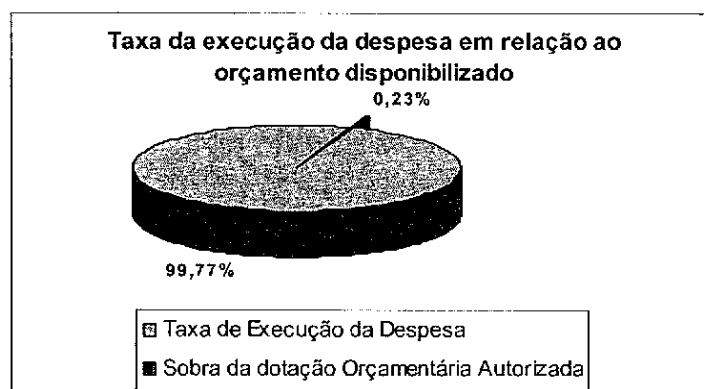
DET = despesa executada total da Região, inclusive Precatórios e RPVs + empenhos a liquidar.

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação indisponibilizada.

$$DET = R\$ 3.510.771.761,80$$

$$DD = R\$ 3.518.689.823,49$$

$$N = 99,77\%$$



O gráfico acima demonstra que a Despesa Realizada atingiu o percentual de 99,77% e o percentual do orçamento não utilizado foi de 0,23%.

Composição da Despesa Total da Região por Grupo de Despesa.

Esse indicador demonstra a composição da Despesa Total executada pela Região em relação aos grupos de despesas de Pessoal e Encargos Sociais; Custeio; Investimentos e Inversões Financeiras.

$$D1 = \frac{DGDn \times 100}{DET}$$

DET

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

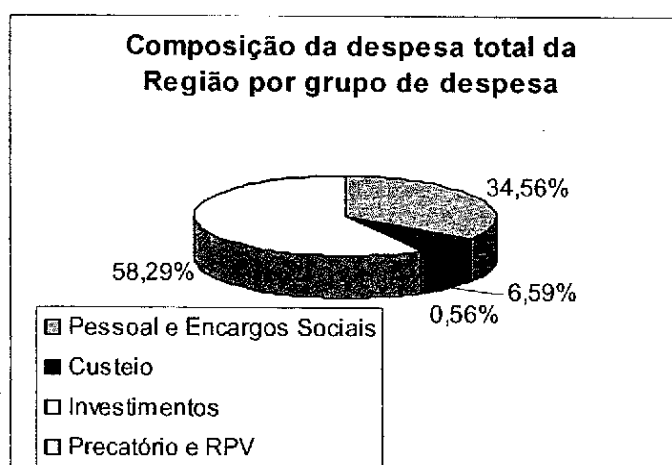
Onde:

DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da Região, inclusive Precatório e

RPV

NATUREZA DA DESPESA	REALIZADO	PERCENTUAL
Pessoal e Encargos Sociais	1.213.393.135,06	34,56%
Custeio	231.505.133,03	6,59%
Investimentos	19.529.515,13	0,56%
Precatórios e RPVs	2.046.343.978,58	58,29%
Total	3.510.771.761,80	100,00%



Os quadros acima demonstram que as despesas referentes a Pessoal, Encargos Sociais, Custeio, Investimentos, Inversões Financeiras, Precatórios e RPVs da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, no exercício de 2009 totalizaram R\$ 3.510.771.761,80 (três bilhão, quinhentos e dez milhões, setecentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e um reis, e oitenta centavos), sendo 58,29% com precatórios e RPVs, 34,56% com despesas de pessoal e encargos sociais; 6,59% com despesas de custeio e 0,56% com despesas de investimentos.

Despesa da Região (exceto Precatórios e RPVs) por habitante:

Esse indicador demonstra o quanto a execução da Despesa representa por habitante da Região.

$$G4 = \frac{DJF}{h}$$



Onde:

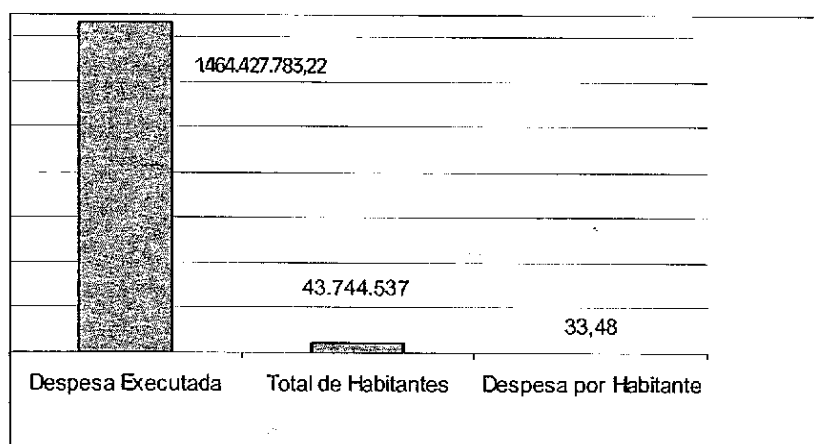
DJF= despesa executada total da Região, excluindo Precatório e RPV

h = quantitativo de habitantes da Região, conforme estimativa divulgada pelo IBGE

DJF= 1.464.427.783,22

h = 43.744.537

G4= R\$ 33,48 por Habitante



Fonte: IBGE, Contagem Estimada da População em 2009.

O total da despesa executada pela Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, no ano de 2009, excluídos Precatórios e RPVs, foi de R\$ 1.464.427.783,22 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos) para uma população estimada de 43.744.537 (quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e trinta e sete), que engloba São Paulo e MS.

Dessa forma, aplicando-se o indicador, obtém-se o valor de R\$ 33,48 (trinta e três reais e quarenta e oito centavos) por habitante da 3ª Região.

Composição da despesa total licitável da Região por Modalidade de Licitação:

Esse indicador apresenta a composição da despesa licitável realizada pela Região por modalidade, dispensa e inexigibilidade de licitação e suprimento de fundos.

$$DI = \frac{DML_n \times 100}{DJFLic}$$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

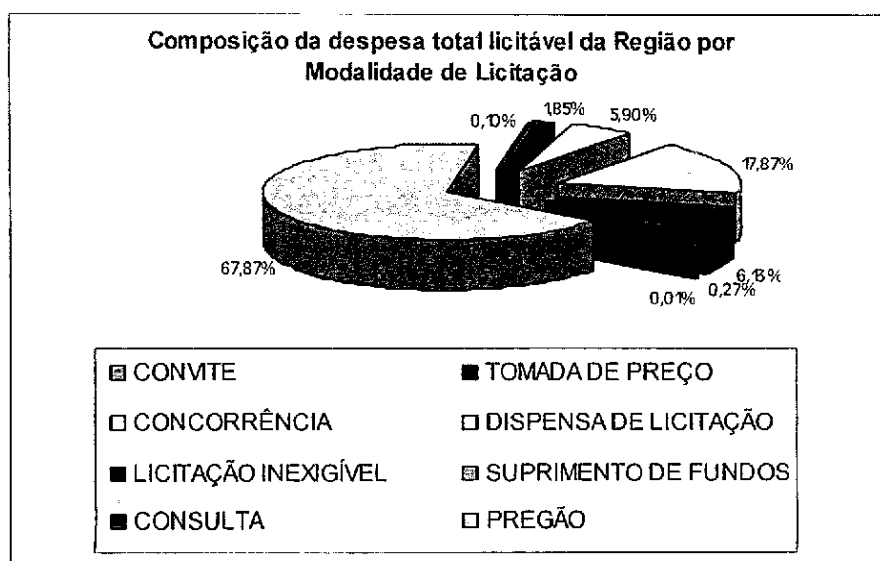
Onde:

DMLn = despesa executada total da Região na modalidade de licitação sob análise.

DJFLic = despesa licitável executada total da Região.

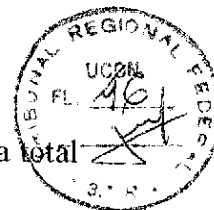
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	090015	090017	090029	TOTAL DA REGIÃO	(%)
CONVITE	82.797,50	1.270,00	77.700,00	161.767,50	0,10%
TOMADA DE PREÇO	297.569,70	1.423.557,90	1.191.959,04	2.913.086,64	1,85%
CONCORRÊNCIA	4.700.000,00	423.361,11	4.179.217,79	9.302.578,90	5,90%
DISPENSA LICIT.	493.485,71	19.462.087,36	8.211.965,60	28.167.538,67	17,87%
LICIT. INEXIGÍVEL	1.105.956,27	5.073.379,39	3.478.612,76	9.657.948,42	6,13%
SUPR. DE FUNDOS	219.637,78	56.136,57	154.052,92	429.827,27	0,27%
CONSULTA	11.926,36	-	-	11.926,36	0,01%
PREGÃO	6.659.133,06	69.471.822,21	30.869.956,83	107.000.912,10	67,87%
TOTAL	13.570.506,38	95.911.614,54	48.163.464,94	157.645.585,86	100,00%

No tópico abaixo é demonstrado o indicador da despesa por modalidade de licitação com relação ao montante das despesas executadas no exercício 2009.



62

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Despesa da Região (exceto Precatórios e RPVs) sobre a despesa total da Justiça Federal.

Esse indicador demonstra a participação da 3ª Região no montante total da despesa executada pela Justiça Federal.

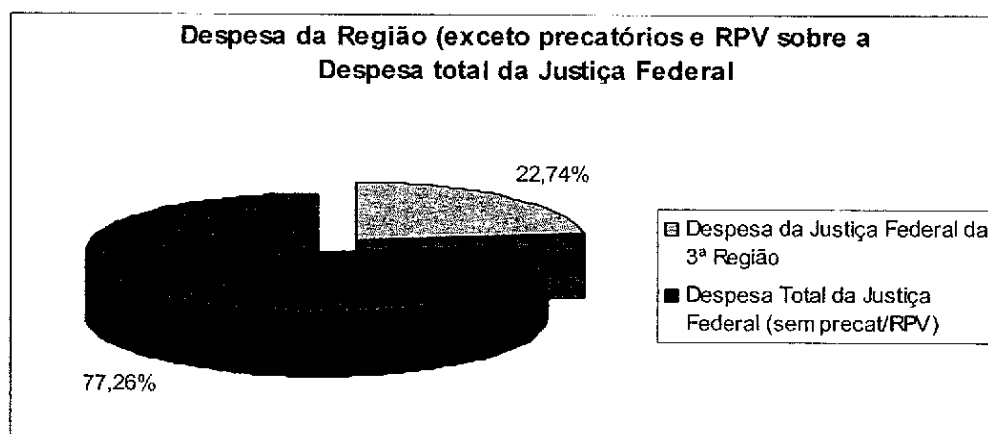
$$G3 = \frac{DJF}{DPJF} \times 100$$

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo Precatório e RPV
 R\$ 1.464.427.783,22 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos).

UNIDADE GESTORA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAIS
090015	68.650.689,73	5.723.521,45	74.374.211,18
090017	943.600.532,84	5.326.393,56	948.926.926,40
090029	432.647.045,52	8.479.600,12	441.126.645,64
TOTAL	1.444.898.268,09	19.529.515,13	1.464.427.783,22

DPJF = valor total da despesa executada pela Justiça Federal (R\$) 6.440.958.037,99



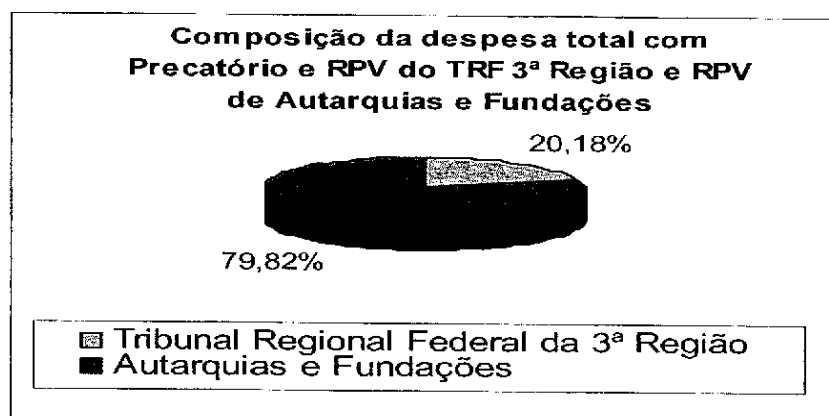
O gráfico acima demonstra que a participação da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região no total da Despesa Executada pela Justiça Federal de todas as regiões, no ano de 2009, foi de 22,74%.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Composição da Despesa com Precatórios e RPVs da Região e RPVs das Autarquias.

A composição de Despesa com Precatórios e RPVs do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e RPVs das Autarquias totalizou R\$ 2.046.343.978,58 (dois bilhões, quarenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado:

UO	ÓRGÃO	VALOR
12.104-TRF-Prec.	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	412.935.110,62
Demais UO	Autarquias e Fundações	1.633.408.867,96
TOTAL		2.046.343.978,58



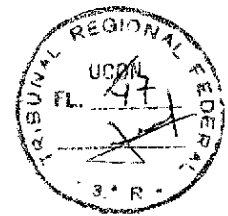
O gráfico acima ilustra em percentuais os totais das despesas com Precatórios e RPVs: De um montante de R\$ 2.046.343.978,58, (dois bilhões, quarenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), 20,18% referem-se às despesas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e 79,82% referem-se às Autarquias e Fundações.

Receitas Geradas Pela Justiça Federal

Este indicador visa aferir o valor das receitas arrecadadas pela Justiça Federal da 3ª Região oriundas de arrecadação de custas judiciais e conversões.

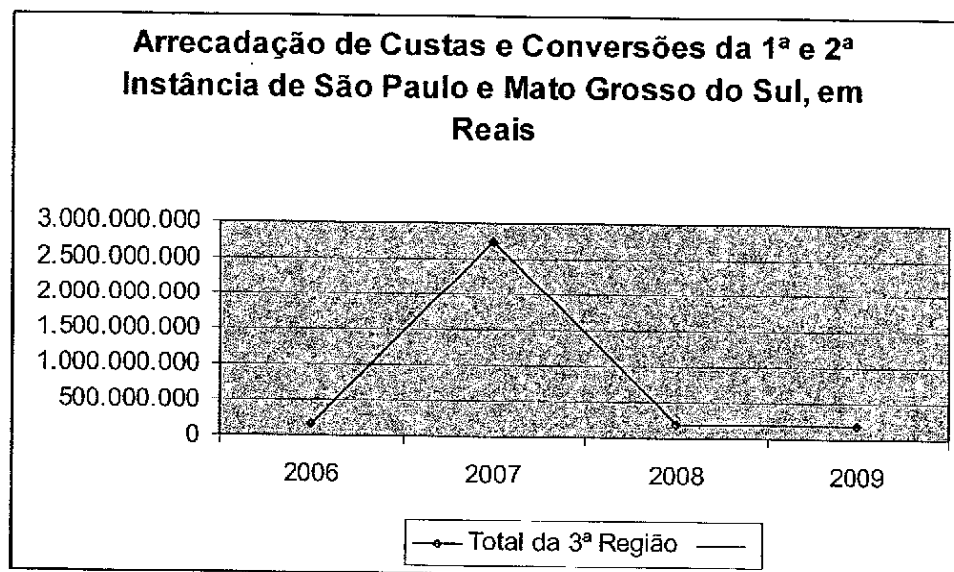
Discriminação da Arrecadação de custas judiciais e conversões dos depósitos judiciais em renda para União – Lei nº 9.289/96

6



Arrecadação de Custas Judiciais, em Reais:

Ano	CUSTAS		SP	MS	Total		
	SP	MS	Conversões	Conversões	SP	MS	3ª Região
2006	15.092.635	306.463	156.276.331	475.234	171.368.966	781.697	172.150.663
2007	15.870.528	374.100	2.725.323.525	4.850.741	2.741.194.053	5.224.841	2.746.418.894
2008	15.454.537	480.051	189.738.416	626.035	205.192.953	1.106.086	206.299.039
2009	14.500.359	406.390	184.647.192	672.605	199.147.551	1.078.995	200.226.546



Total da 3ª Região	
2006	172.150.663
2007	2.746.418.894
2008	206.299.039
2009	200.226.546

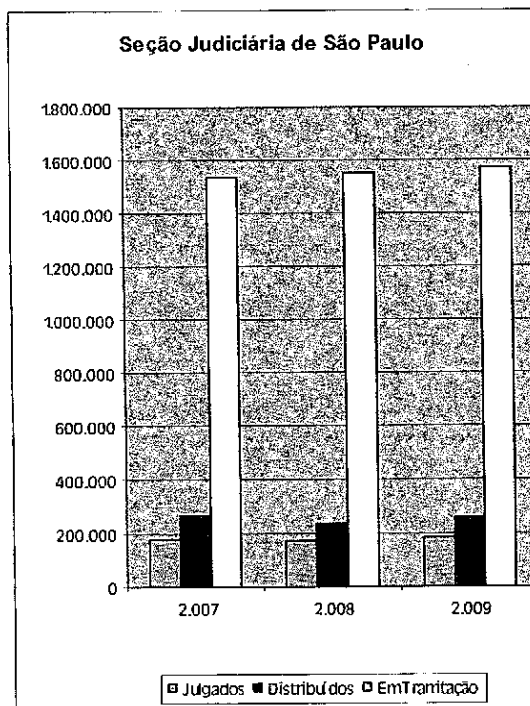
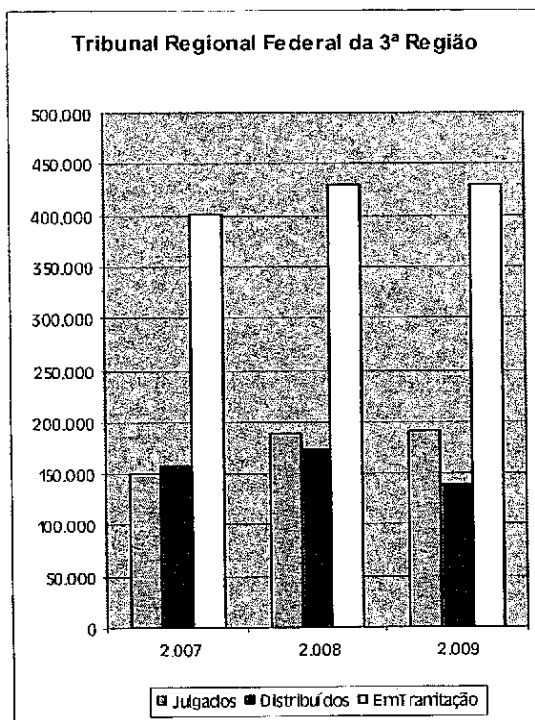
II. INDICADORES DE DESEMPENHO

Objetivando aferir o desempenho da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, apresentamos os seguintes Indicadores de Desempenho:

a) Movimentação Processual da Região.

Movimentação processual: dados extraídos do sistema informatizado alimentado pela área de Estatística do TRF3.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

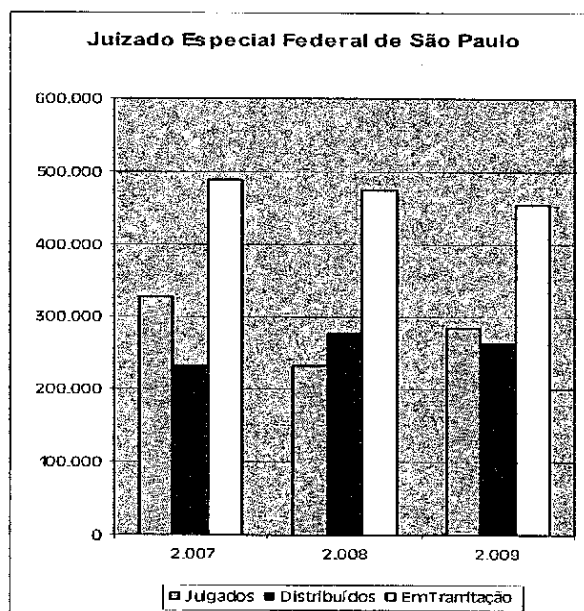
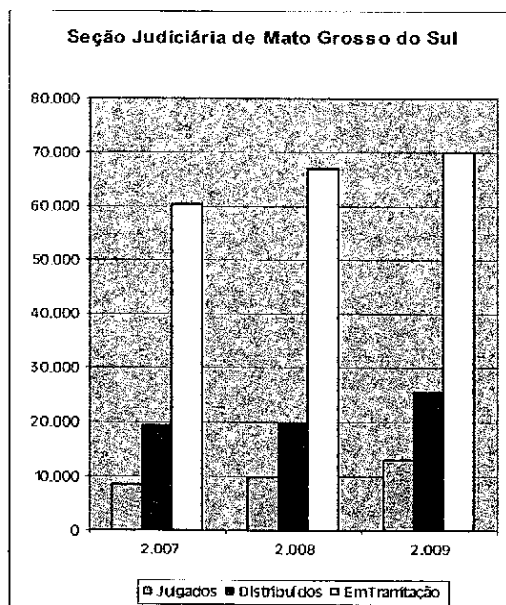
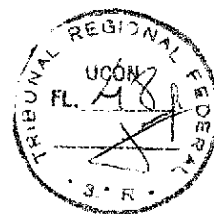


TRF 3ª Região	2.007	2.008	2.009
Julgados	150.797	188.042	190.175
Distribuídos	158.616	172.393	138.884
Em Tramitação	401.099	428.938	428.839

SJSP	2.007	2.008	2.009
Julgados	175.341	170.376	183.568
Distribuídos	265.525	235.127	257.831
Em Tramitação	1.538.907	1.548.671	1.568.918

6

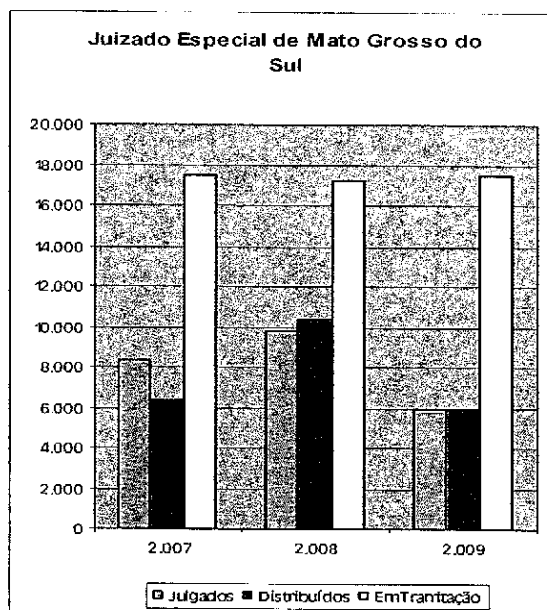
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



SJMS	2.007	2.008	2.009
Julgados	8.459	9.762	13.174
Distribuídos	19.522	19.558	25.476
Em Tramitação	60.316	66.969	69.986

JEF SP	2.007	2.008	2.009
Julgados	326.180	232.347	283.267
Distribuídos	231.616	277.977	262.649
Em Tramitação	488.539	474.225	454.610

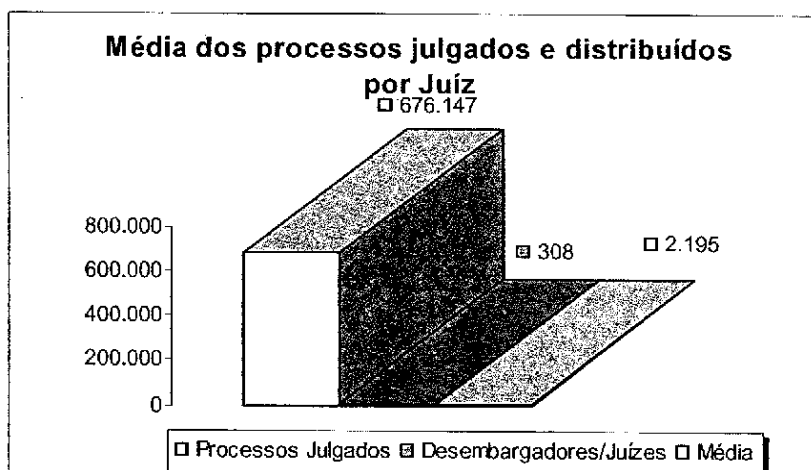
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



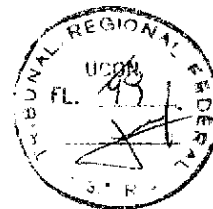
JEF MS	2.007	2.008	2.009
Julgados	8.354	9.780	5.963
Distribuídos	6.332	10.331	5.998
Em Tramitação	17.486	17.232	17.478

b) Média dos Processos Julgados por Juiz.

Neste tópico, demonstramos a média dos processos julgados pelos Desembargadores e Juizes Federais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região.



TRF	190.175
SJSP	183.568
SJMS	13.174
JEFSP	283.267
JEFMS	5.963
Total	676.147
Número de Juizes	308
Média de processos julgados por Desembargador/Juiz	2195

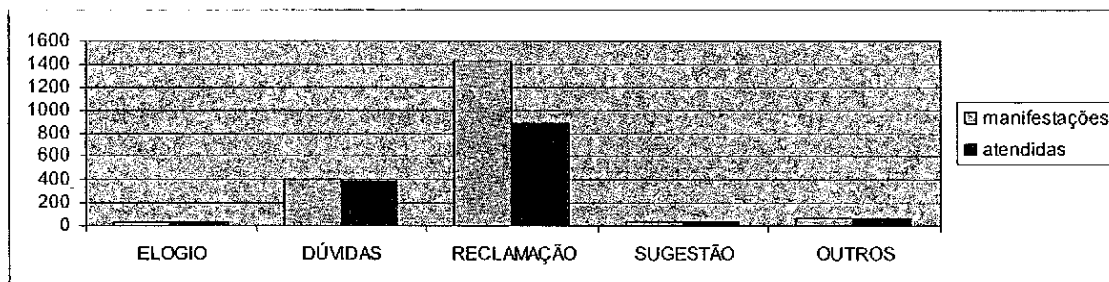


c) Manifestações de Clientes Solucionadas

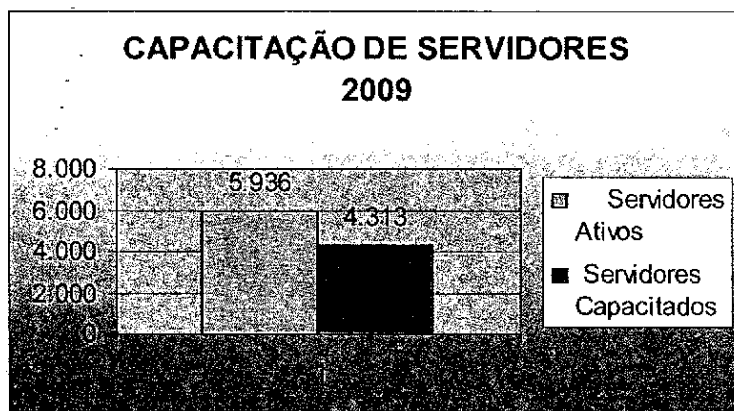
Em caráter ainda experimental, por meio da Ouvidoria-Geral da 3ª Região, foi aplicado indicador “Manifestação de Clientes Solucionadas”, para medição da satisfação do cliente.

O quadro e o gráfico seguintes apresentam o registro das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral da 3ª Região:

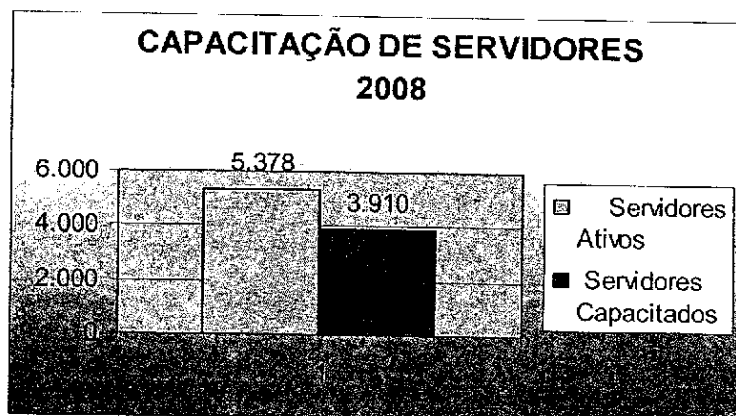
MANIFESTAÇÕES	TOTAL	CONCLUÍDAS	%
ELOGIO	27	27	100%
DÚVIDAS	400	384	96%
RECLAMAÇÃO	1424	885	62%
SUGESTÃO	36	36	100%
OUTROS	65	65	100%
TOTAL	1952	1397	72%



d) Capacitação de servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



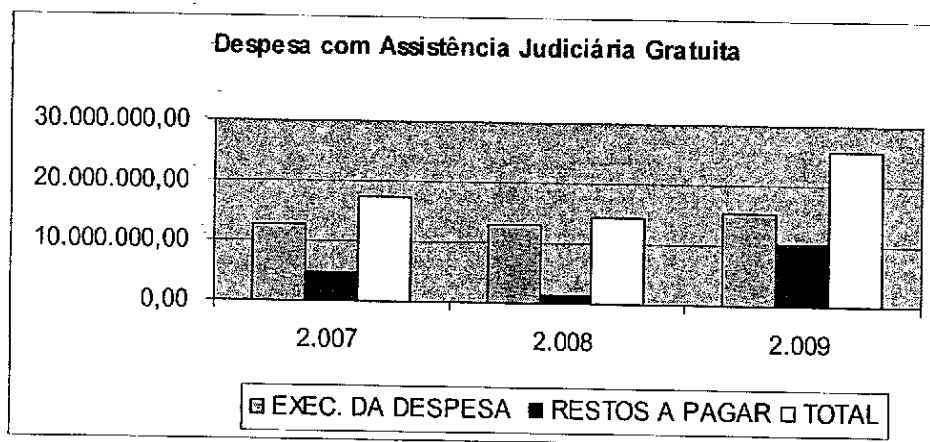
Fonte: SIAFI - 2008 e 2009
 Programa 0569- PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL
 AÇÃO 4257- JULGAMENTO DE CAUSAS
 Ação 4091 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

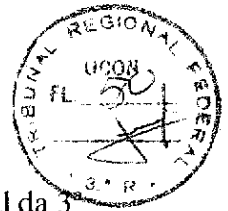
Foram considerados os servidores ativos, requisitados, no Órgão em lotação provisória, ocupantes de CJ/FC sem vínculo e servidores recebidos por remoção

e) Despesas com Assistência Judiciária Gratuita

Este indicador tem como finalidade medir a evolução da despesa efetuada com o custeio da Assistência Judiciária Gratuita, nos últimos três exercícios.

ANO	EXEC. DA DESPESA	RESTOS A PAGAR	TOTAL
2.007	12.627.523,68	4.564.641,53	17.192.165,21
2.008	12.858.928,52	1.449.503,48	14.308.432,00
2.009	15.206.329,20	10.346.778,51	25.553.107,71
TOTAL	40.692.781,40	16.360.923,52	57.053.704,92





III. ANÁLISE DO DESEMPENHO

A partir da análise sistemática do desempenho da Justiça Federal da 3ª Região em função das atividades realizadas, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento, verifica-se que os recursos orçamentários e financeiros têm sido administrados de forma parcimoniosa para superar o grande desafio, hoje, enfrentado pelo Poder Judiciário: a garantia de acessibilidade do cidadão à Justiça e a redução do tempo de tramitação do processo.

No que tange à garantia de acessibilidade do cidadão à Justiça, as medidas implantadas refletem a mudança de paradigmas, da formalidade e impessoalidade do processo judicial, para visar o acesso do cidadão à justiça e à efetividade da prestação jurisdicional.

As dificuldades naturais de implantação de uma nova cultura no Poder Judiciário foram suplantadas pelas práticas judiciais inovadoras consubstanciadas, dentre outros, no “Projeto Expedição da Cidadania”, na realização de Juizados Especiais Federais na modalidade itinerante em municípios de difícil acesso; na realização de Sessões Extraordinárias descentralizadas do TRF 3ª Região, na Subseção Judiciária de Campo Grande/MS e, notadamente, na consolidação do Projeto de Conciliação de ações previdenciárias; do SFH e da Carteira Comercial da CEF, que tramitam em 1ª e 2ª Instâncias.

Na mesma temática, outro aspecto a ser considerado é o alto custo inerente ao processo, que muitas vezes acaba por inviabilizar o acesso do cidadão hipossuficiente ao exercício de seus direitos Constitucional e legalmente conferidos. Superando tal desafio, a Justiça Federal da 3ª Região, no exercício de 2009, propiciou o acesso à proteção da tutela jurisdicional do Estado, por meio do benefício da assistência judiciária gratuita, a 129.737 (cento e vinte e nove mil, setecentos e trinta e sete) hipossuficientes, o que representa uma evolução de 78,58% (setenta e oito inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) em relação ao exercício de 2008.

Vislumbramos, outrossim, da movimentação processual da Justiça Federal da 3ª Região (item “d”, II, “a”), que a distribuição de processos manteve-se estável desde 2008, após crescimento de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) em 2007. Nada obstante, o reflexo da mudança da realidade, visando assegurar uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, indubitavelmente, terá impacto nos resultados da organização a médio e longo prazo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

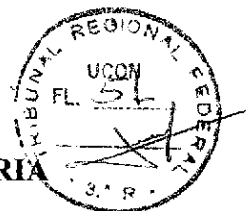
Por sua vez, as inovações tecnológicas para a modernização da Justiça Federal, principalmente por meio da intensificação e aprimoramento do uso da tecnologia da informação e comunicação; da virtualização dos serviços; dos acordos celebrados para informatização, integração e compartilhamento de estrutura com outros Órgãos e da uniformização de procedimentos, foram passos importantes na incessante busca da celeridade no julgamento das causas judiciais.

A proposta de solução para uma justiça célere equaciona também o comprometimento da alta administração e dos servidores com a missão da Justiça Federal da 3ª Região, sem o qual não se implanta o processo de mudança. No mesmo diapasão, a capacitação dos servidores atingiu 72,70% (setenta e dois inteiros e setenta centésimos por cento) dos servidores ativos, requisitados, no Órgão em lotação provisória, ocupantes de CJ/FC sem vínculo e recebidos por remoção, contribuindo para a manutenção de um quadro de pessoal qualificado e preparado para o exercício de suas funções.

Sob a ótica do usuário dos serviços da Justiça Federal da 3ª Região, o registro das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral da 3ª Região, noticiando a conclusão de 91,60% (noventa e um inteiros e sessenta centésimos por cento) das manifestações válidas, evidencia a melhoria do nível de atendimento e, consequentemente, reforça a imagem institucional do Poder Judiciário.

Assim, pode-se afirmar, pelas informações constantes do presente Relatório de Gestão, que a Justiça Federal da 3ª Região desenvolveu suas ações na busca pela excelência dos serviços prestados à sociedade, de acordo com os objetivos e metas estabelecidos na LOA.





PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Apresentamos a seguir análise sobre os Demonstrativos da Programação Orçamentária (UG 090035); Movimentação Orçamentária (Unidades Gestoras 090015, 090017, 090029, 090035 e 090047) e Execução Orçamentária (Unidades Gestoras 090015, 090017, 090029, 090035 e 090047), Execução Orçamentária por Programa de Governo e Execução Física das Ações Realizadas pela UJ, em atendimento ao disposto no item 2 do Anexo da Portaria TCU nº 389/2009 (fls. 21 a 38).

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - ORÇAMENTÁRIO	12104	090035

I) Programação Orçamentária

Programação de Despesas Correntes

Programação de Despesas de Capital

Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência (Anexo I)

Análise Crítica:

TRF 3

A Proposta Orçamentária para o exercício de 2009, solicitada pela Unidade Orçamentária 12104 – TRF 3, incluiu a alocação de recursos para a manutenção da máquina administrativa, no que se refere às despesas de duração continuada; despesas ordinárias; investimentos e continuidade dos projetos em andamento, bem como a inclusão de novas despesas e projetos considerados prioritários pela Administração do Tribunal.

Dentre os projetos novos, destacam-se as aquisições de imóveis destinados à ampliação do Tribunal, nas imediações do edifício sede, localizado na Av. Paulista 1842, Torre Sul – Cerqueira César – São Paulo, totalizando aproximadamente 20.000 m2.

Devido a falta de espaço físico, o Tribunal ocupa salas comerciais alugadas na Torre Norte, do endereço citado acima e necessita de novos espaços para

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

abrigar de forma racional, as áreas fim e meio para execução de suas funções e atividades.

Os projetos de ampliação do Tribunal visam suprimir a carência de espaços e instalações físicas, a fim de proporcionar aos magistrados, servidores e público em geral ambiente adaptado e compatível com as necessidades atuais decorrentes de suas atividades.

Quanto aos projetos em andamento, os recursos solicitados referem-se à continuidade das obras de reforma e readequação do prédio sede, algumas delas já iniciadas nos exercícios anteriores (reforma do sistema de ar condicionado; reforma da cabine primária; fornecimento e instalação de novo grupo gerador e de sistema CFTV).

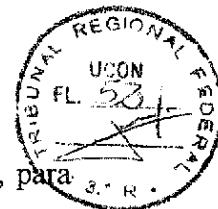
Das Atividades, despesas correntes, foram incluídas despesas para manutenção de natureza administrativa, relacionadas à manutenção e funcionamento de todos os serviços administrativos e judiciários. No que se refere à capacitação de Recursos Humanos, constaram ações para implementação do PNC – Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal e do PNA – Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais, e outros treinamentos para desenvolvimento e atualização das competências básicas e especializadas dos servidores.

Das despesas de capital, foram incluídos investimentos destinados a melhoria da infra-estrutura do Tribunal, relacionadas com aquisições de materiais bibliográficos, renovação da frota de veículos, móveis, equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, eletrônicos e equipamentos em geral.

Das atividades foram computadas as despesas decorrentes da ampliação do Tribunal e estimativa de reajustamento dos contratos vigentes.

Foram incluídos recursos relativos às despesas obrigatórias com pessoal, ativo e inativo, encargos sociais e benefícios assistenciais decorrentes de legislação específica, computada a nomeação dos cargos vagos e despesas de exercícios anteriores de pessoal destinadas ao pagamento de passivos.

A Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – ISIGI – consta da programação da Justiça Federal de Primeiro Grau – 12101 – estando a cargo do CJF a apresentação do relatório consolidado.



Dotação PLOA – Os limites estipulados pelo Poder Executivo, para projetos de obras reformas e aquisições, não contemplaram as aquisições propostas pelo Tribunal. O atendimento restringiu-se ao solicitado para a obra em andamento de Reforma do Edifício Sede. Quanto às demais despesas correntes e de investimento foram mantidos os valores constantes da LOA do exercício de 2008, com incremento do percentual de 11,21% (onze inteiros e vinte e um centésimos por cento). Para despesas com pessoal foi utilizada a metodologia da folha de pagamento correspondente ao mês de abril/2008. Assim, não foram incluídas as projeções de nomeações a partir de abril de 2008 e despesas com passivos de pessoal. Para os benefícios foram consideradas as metas físicas de abril de 2008, desconsiderando as nomeações.

Dotação LOA – A LOA registrou cortes nas despesas correntes nas Ações Capacitação de Recursos Humanos e Ações de Informática, no importe de R\$ 623.036,00 (seiscentos e vinte e três mil e trinta e seis reais) e R\$ 2.843.874,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais), respectivamente. Em Ações de Informática foi solicitado crédito suplementar para recomposição parcial dos cortes ocorridos na LOA, destinado a cobertura dos principais contratos e despesas ordinárias de aquisição de suprimentos de informática.

Quanto ao corte na Ação de Capacitação de Recursos Humanos, não foi efetuada sua recomposição, tendo ocasionado uma redução na programação originalmente prevista. Foram destinados créditos suplementares relativos às despesas com pessoal, para pagamento das nomeações e passivos, entretanto, insuficientes à quitação da dívida.

Não houve alteração significativa em relação à execução da LOA de 2008.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Anexos III e IV)

Análise Crítica:

As descentralizações orçamentárias internas recebidas da UG 090001 CJF, destinadas à Justiça Federal de Primeiro Grau da Terceira Região ocorreram nos limites da aprovação da LOA, considerando a proporcionalidade nos cortes ocorridos

quando da sua aprovação. Foi destinado orçamento para recomposição parcial dos cortes, bem como no decorrer do exercício foram atendidas demandas emergenciais visando suprir a limitação de teto e os cortes efetuados pelo Congresso Nacional. Foi descentralizado orçamento para as obras de acordo com a destinação específica constante da LOA. As descentralizações referentes à Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão e Informação ocorreram de acordo com o plano aprovado pelo CJF, priorizando os projetos nacionais de Inclusão Digital do Poder Judiciário; Implantação da Justiça Virtual; Desenvolvimento de Sistemas Administrativos; Criação e Implantação do Portal da Justiça e Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos. As despesas com pessoal foram descentralizadas destinadas ao pagamento dos servidores e encargos sociais de janeiro a dezembro de 2009, nomeações e o atendimento parcial, referente ao pagamento de passivos das respectivas Seções. Os benefícios sociais atenderam ao quantitativo de servidores em relação ao *per capita* estipulado no Projeto de Lei Orçamentária.

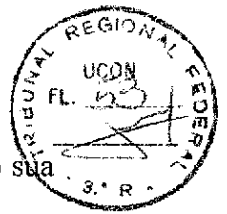
As descentralizações orçamentárias internas concedidas às UGEs 090017 e 090015, Justiça Federal de Primeiro Grau – SJ/SP e Seção Judiciária de MS, respectivamente, ocorreram de forma proporcional, nos limites da aprovação da LOA, sendo atendidas as demandas emergenciais de acordo com as solicitações das Seções e de acordo com a disponibilidade orçamentária.

As descentralizações orçamentárias internas concedidas à UGE 090029, referem-se a Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação – ISIGI, para desenvolvimento e implantação de projetos de sistemas, de rede de informática com posterior interligação entre os órgãos judiciários afins, ampliação e atualização de itens de infra-estrutura. O plano de ação do ISIGI de 2009 foi autorizado pelo CJF

As descentralizações orçamentárias externas recebida da UGE 040001 – STF, foram efetuadas para o cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 37, cujo objeto trata da parceria entre STF e TRF da Terceira Região para ações de gestão administrativa, segurança dos Ministros.

As descentralizações orçamentárias externas concedidas à UGE 090029, destinaram-se ao cumprimento do Protocolo de Cooperação, nos limites da despesa pertencente ao STF.

As descentralizações orçamentárias externas concedidas à UGE 040001- STF, referem-se à devolução parcial do valor concedido, em virtude da



assinatura do Termo de Rescisão do Acordo de Cooperação Técnica encerrando sua vigência em 10 de setembro de 2009.

II) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

(anexos V e VI)

Análise Crítica

TRF 3ª REGIÃO

O contingenciamento de créditos orçamentários ocorrido na Secretaria de Segurança Institucional do TRF 3 não permitiu o incremento das ações no âmbito da segurança, exceto quanto ao Setor de Transportes, com a renovação parcial da frota de veículos oficiais, que são vinculados a essa Secretaria.

As ações de informática programadas para o exercício sofreram atraso, a priori, pelo corte de 50,49% (cinquenta inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) na dotação orçamentária prevista no teto da PO 2009 e, ulteriormente, pela liberação dos recursos do ISIGI pelo CJF no final do exercício. Tais eventos causaram o cancelamento de contratos de manutenção e o atraso nos procedimentos de contratação de serviços e aquisição de materiais e equipamentos.

Dificultaram, também, a execução orçamentária, a definição sobre o projeto do processo eletrônico e a liberação dos recursos do ISIGI, que ocorreram em agosto/2009 e no final do exercício, respectivamente.

SJ/SP

Quanto à execução orçamentária do exercício 2009 foram empenhados 99,97% (noventa e nove inteiros e noventa e sete centésimos por cento) sobre a dotação total recebida de R\$ 949.179.086 (novecentos e quarenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil e oitenta e seis reais), considerando os créditos adicionais.

As sobras ocorridas, que somaram R\$ 252.159,00 (duzentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais), representando apenas 0,03%

6a-
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

(três centésimos por cento) da dotação, estão diluídas entre os vários programas do governo, sobressaindo as sobras de despesas com folha de pagamento; despesas de custeio/atividades e as resultantes de pregões desertos cujas aberturas ocorreram entre 29 e 30/12/2009, impossibilitando a reabsorção do orçamento em outras áreas.

CRÉDITO UTILIZADO (COM E SEM EMPENHO + RP 2009)	R\$ 948.926.926,00
SOBRAS QUE PERMANECERAM EM CRÉDITO DISPONÍVEL EM 31/12/2009	R\$ 252.159,00

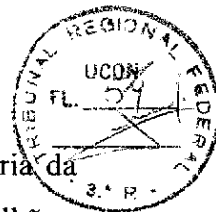
Um aspecto relevante da execução orçamentária de 2009 refere-se a despesas retroativas a exercícios anteriores originadas por repactuações de preços dos contratos de serviços terceirizados.

Para tal fim foram empenhados em 2009 R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Ainda assim a dotação orçamentária de 2009 não foi suficiente para cobertura de todas as repactuações analisadas e autorizadas, restando a empenhar R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) na dotação orçamentária 2010.

Para cobertura parcial das repactuações previstas, foi também necessário oferecer em cancelamento R\$ 2.315.000,00 (dois milhões, trezentos e quinze mil reais) em despesas planejadas em investimento, prejudicando as aquisições de materiais permanentes e equipamentos, representando 62,34% (sessenta e dois inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) da dotação recebida. Para aquisições em material permanente remanesceram R\$ 1.392.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil reais), o que acarretou a exclusão da projeção de aquisição de veículos e equipamentos de segurança e, em parte, da projeção de despesas com equipamentos de informática e mobiliário.

Além das repactuações, o orçamento solicitado na Proposta Orçamentária de 2009 para o Programa de Trabalho Julgamento de Causas (JC Correntes), para as despesas ordinárias e de duração continuada (DDC), foi de R\$ 109.763.923,00 (cento e nove milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e vinte e três reais). Após os cortes efetuados e o teto estabelecido, a dotação recebida para este programa de trabalho (JC-Correntes) foi de R\$ 84.920.278,00 (oitenta e quatro milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e setenta e oito reais).

6



Em 05/08/2009 foi efetuada a segunda reavaliação orçamentária da SJ/SP, aferindo-se um déficit total na aludida ação de R\$ 6.411.662,00 (seis milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e sessenta e dois reais). Foi solicitado orçamento para suprimento do déficit existente, sendo R\$ 2.850.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil) com oferecimento de crédito compensatório de despesas do grupo 4 – material permanente da mesma ação (R\$ 2.315.000,00 – dois milhões e trezentos e quinze mil reais) – e de parte do grupo 3 da ação de capacitação de recursos humanos (R\$ 535.000,00 – quinhentos e trinta e cinco mil reais), mais R\$ 3.561.662,00 (três milhões quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais) sem oferecimento de crédito compensatório. No programa de Trabalho “Capacitação de Recursos Humanos” foi oferecido em cancelamento compensatório o valor de R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil), inicialmente programado para cursos e programas de desenvolvimento gerencial para servidores e Magistrados para o programa de trabalho Julgamento de Causas-Correntes. Em novembro foram oferecidos em cancelamento compensatório mais R\$ 250.367,00 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e sete reais do PT-CRH Correntes para suplementação do JC Capital.

Em 29/09/2009 foi descentralizado o montante de R\$ 5.406.008,00 (cinco milhões, quatrocentos e seis mil e oito reais) sendo R\$ 2.850.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) referente ao crédito oferecido em cancelamento compensatório e R\$ 2.556.008,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e oito reais) referente ao crédito solicitado sem cancelamento compensatório, recursos advindos de reserva do CJF.

Ao final do exercício, todas as despesas de duração continuada da SJ/SP do exercício 2009 estavam ajustadas e cobertas. Remanesceu um saldo orçamentário de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para pagamentos das repactuações solicitadas pelas empresas contratadas.

Além das repactuações, novas despesas estavam previstas pela área do Almoxarifado Central. A área do Almoxarifado teve um rateio anual de R\$ 1.566.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil reais) por conta do déficit orçamentário. Até 30/11/2009 o saldo empenhado computava R\$ 1.124.055,00 (um milhão, cento e vinte e quatro mil e cinquenta e cinco reais), havendo mais R\$ 151.678,00 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e oito reais) em requisições em fase de empenho. Em dezembro/2009 houve solicitação de crédito

adicional de R\$ 490.628,00 (quatrocentos e noventa mil, seiscentos e vinte e oito reais) para despesas de manutenção do estoque de suprimentos de informática e baterias de no-break para os Fóruns Cível e de Execuções Fiscais, no entanto, o mesmo não foi repassado.

As despesas com contratos de duração continuada, cujos valores mensais são estimados (energia elétrica, água e esgoto, digitalização, etc), tiveram uma pequena redução, ficando os valores finais abaixo dos inicialmente previstos.

Mesmo com a economia obtida, não foi possível absorver o déficit existente, uma vez que nos últimos meses houve incremento de despesas ordinárias obrigatórias, tais como renovação de seguro de veículos para toda a frota e do seguro de imóveis dos seguintes prédios: Fórum Cível da Capital, José Bonifácio, República, Araçatuba, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Jose do Rio Preto, administrativo anexo I e II, Campinas, e São Bernardo do Campo.

No que tange à Ação 4224 – “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” foram solicitados na Proposta Orçamentária 2009 R\$ 22.968.000,00 (vinte e dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais). A dotação recebida para a ação foi de R\$ 23.937.235,00 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais), considerando os créditos adicionais recebidos. No entanto, para o exercício 2009 a previsão de execução orçamentária foi de R\$ 31.705.489,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).

Os recursos recebidos para esta ação em 2009 foram utilizados na sua integralidade, sendo que os últimos pagamentos foram efetuados no mês de agosto com a descentralização orçamentária de parte dos recursos necessários para o pagamento das solicitações processadas relativamente ao mês de maio de 2009. Parte do orçamento de 2009 (R\$ 7.528.794,00 – sete milhões, quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais) foi utilizada com despesas de exercícios anteriores (2008), ante a insuficiência de dotação para as despesas correspondentes àquele exercício.

Em novembro de 2009 foram solicitados para pagamento das despesas com honorários de Advogados Dativos, Peritos, Intérpretes, inclusive relativos à competência delegada, R\$ 17.555.722,00 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais) sem oferecimento de crédito em





cancelamento compensatório. Do total solicitado foram recebidos R\$ 9.787.468,00 (nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).

A Administração da SJ/SP não olvidou esforços para redução de despesas no exercício 2009, seja por meio da readequação de contratos de duração continuada, seja limitando a autorização de realização de despesas apenas àquelas imprescindíveis ao andamento de seus serviços.

SJ/MS

Em função dos cortes orçamentários promovidos na Proposta Orçamentária inicial do exercício de 2009, da Seção Judiciária de MS, algumas metas ficaram parcialmente comprometidas, das quais destacamos:

⇒ Implantação de sistema de energia elétrica ininterrupta no prédio da Justiça Federal de Campo Grande

Valor solicitado: R\$ 1.300.000,00

Valor aprovado: R\$ 353.493,00

⇒ Aquisição de equipamentos e materiais permanentes (equipamentos de informática, mobiliários, obras jurídicas, veículos, etc)

Valor solicitado: R\$ 750.000,00

Valor aprovado: R\$ 433.127,00

⇒ Capacitação de Recursos Humanos

Valor solicitado: R\$ 475.001,00

Valor aprovado: R\$ 300.000,00

⇒ Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Valor solicitado: R\$ 1.302.000,00

Valor aprovado: R\$ 626.486,00

Cumpre salientar, entretanto, que, inobstante os cortes orçamentários implementados, não ocorreram prejuízos objetivos às atividades das áreas meio e fim, impondo-se, apenas, a necessidade de reavaliação de algumas metas, sem comprometer o contexto geral.

Ocorreram expressivos investimentos na aquisição de equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras e outros), contribuindo para a modernização do parque de informática.

Também foram adquiridos dois novos veículos, visando o atendimento das necessidades das Subseções Judiciárias de Corumbá e Ponta Porã.

Na área médico-odontológica, procedeu-se à aquisição de equipamentos de suma importância para os consultórios médico e odontológico, o que proporcionará um atendimento de maior qualidade aos servidores.

Em relação às despesas de custeio, notadamente no Programa de Trabalho Julgamento de Causas, é de se esclarecer que o orçamento inicial revelou-se aquém das necessidades do órgão, em decorrência, principalmente, de algumas despesas de caráter continuado que não estavam previstas e que passaram a integrar os gastos mensais.

Dentre elas, podemos destacar a locação do novo prédio da Subseção Judiciária de Corumbá, assim como os novos contratos de prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, de manutenção predial preventiva e corretiva, de manutenção de aparelhos de ar condicionado e de limpeza e conservação.

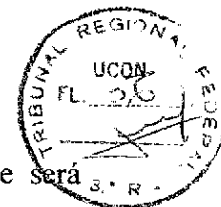
Esses novos contratos, em face de seus valores mais elevados que os anteriormente praticados (motivados pela maior abrangência de seus objetos), acabaram impactando, com certa significância, no orçamento de serviços.

Com efeito, impôs-se a necessidade de suplementação orçamentária, que se deu via crédito adicional, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - com cancelamento compensatório na atividade Capacitação de Recursos Humanos, e via descontingenciamento de recursos por parte do CJF, no montante de R\$ 246.075,00 (duzentos e quarenta e seis mil e setenta e cinco reais), suprimindo satisfatoriamente o déficit.

No tocante aos projetos, destacamos a obra do novo prédio da Subseção de Três Lagoas, cujos recursos alocados (R\$ 4.700.000,00 – quatro milhões e setecentos mil reais) superaram a efetiva necessidade no exercício, uma vez que os serviços encontram-se em sua fase inicial, o que ensejou mínima execução do orçamento (2,58%). O valor remanescente (R\$ 4.578.410,00 – quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil e quatrocentos e dez reais) foi inscrito em Restos a Pagar.

Ainda em relação aos projetos, cabe registrar a obra do anexo ao prédio-sede da Justiça Federal de Campo Grande, que se encontra na fase de elaboração dos projetos legais. O orçamento disponibilizado – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) atendeu satisfatoriamente a programação para o exercício (estabelecida após a divulgação do teto orçamentário). Além dos projetos legais,





foram contratados, também, os serviços de supressão vegetal da área onde será erguida a obra.

Quanto aos benefícios, não foram registrados maiores problemas no atendimento das necessidades. Do total recebido (R\$ 1.090.320,00 – um milhão, noventa mil e trezentos e vinte reais), 97,35% foram executados.

Cabe, entretanto, uma ressalva em relação à atividade Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, cujo parâmetro de cálculo adotado foi de R\$ 90,00 (noventa reais) por servidor ao mês, revelou-se muito aquém da realidade do mercado, tornando insuficientes os recursos inicialmente recebidos, o que ensejou o repasse de crédito adicional.

Mas, independentemente do crédito adicional recebido no final do exercício, algumas medidas de contenção foram antes adotadas, em face da necessidade de redirecionamento dos recursos para as despesas decorrentes do contrato de assistência médico-hospitalar.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação (Anexo IX)

Análise Crítica

A única ocorrência neste item é pertinente ao Termo de Cooperação entre o STF e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com início em abril de 2008 e encerramento em novembro de 2009, relacionado à implantação de 03 postos de vigilantes nas residências dos Ministros do STF, localizadas em São Paulo.

As despesas do exercício 2008 correram por conta do orçamento do TRF da 3ª Região e, em dezembro de 2008, os respectivos valores foram ressarcidos pelo STF.

Já, em janeiro de 2009, o STF repassou integralmente os valores do exercício e, em função do término do Termo de Cooperação em novembro de 2009, a importância excedente foi devolvida àquela Unidade.

Execução Orçamentária por Programa de Governo (Anexo XI)

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Análise Crítica

Em relação ao Projeto de Lei Orçamentária e à LOA de 2009, a Secretaria de Segurança Institucional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região sofreu redução orçamentária, fato que, com exceção da aquisição parcial de veículos para renovação da frota, não proporcionou o incremento das ações desenvolvidas no exercício de 2008.

No tocante ao Setor de Informática, o teto da PO de 2009 sofreu corte de 29,42% (vinte e nove inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), demandando uma revisão geral no planejamento para o exercício.

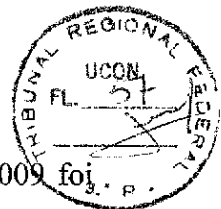
O Orçamento aprovado na nova Ação 2003 (“Ações de Informática”) do Programa de Trabalho 0569 apresentou um corte de 65% (sessenta e cinco por cento) em relação à proposta orçamentária, e de 50,49% (cinquenta inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) quanto ao teto da Programação Orçamentária.

Após solicitação de crédito suplementar, o crédito foi liberado na Ação 4257 (“Julgamento de Causas na Justiça Federal”) do Programa de Trabalho 0569, fato que acarretou maior complexidade na execução orçamentária, notadamente em contratos de Despesa de Duração Continuada que tiveram empenhos iniciais em Ações de Informática e complemento com empenhos no Julgamento de Causas.

Os valores do Programa de Trabalho ISIGI foram contingenciados pelo CJF. Os recursos foram liberados somente no final do exercício e vinculados ao projeto do “Sistema de Processo Eletrônico”. A exceção foi a liberação de R\$ 1.187.394,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), solicitados emergencialmente para projetos e contratos em andamento.

No final do exercício, após repasses de recursos de outras secretarias, o valor total do orçamento da Secretaria de Informática ficou próximo ao da proposta orçamentária inicial. Tais fatos, conjugados à liberação de valor maior que o solicitado para serviços/material de consumo, e menor que o solicitado, para investimento, acarretaram a necessidade de revisão do planejamento inicial.





Para a área de TI, o valor total do orçamento liberado em 2009 foi 27,30% (vinte e sete inteiros e trinta centésimos por cento) maior que o orçamento de 2008 e 36,50% (trinta e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) menor que o orçamento de 2007. Para investimento, o percentual em relação a 2008 foi positivo em 19,20% (dezenove inteiros e vinte centésimos por cento) e, em relação a 2007, foi 71% (setenta e um por cento) menor.

O maior aporte de recursos em 2009 permitiu alavancar alguns projetos planejados e paralisados em razão dos cortes no orçamento do exercício de 2008, mas não a recuperação dos níveis de serviço do ano de 2007.

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ **(Anexo XII)**

Análise Crítica

TRF3

Conforme Demonstrativo do TRF-3ª Região verifica-se a regularidade entre a meta prevista e a meta realizada, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em virtude do contingenciamento houve o cumprimento parcial das metas por parte do Setor de Segurança, tais como: aquisição de coletes balísticos, cofre e equipamentos para detecção de escutas eletrônicas, impactando os objetivos de médio e longo prazo.

Quanto ao programa de trabalho Assistência Pré-Escolar, a meta realizada ficou 34% (trinta e quatro por cento) acima da meta prevista, por conta das alterações na legislação do benefício que estendeu para todos os filhos de servidores e magistrados até 06 anos o benefício da Assistência Pré-Escolar, independente de estarem ou não matriculados em escolas/creches.

SJ/SP

A meta realizada no programa de trabalho Assistência Jurídica a Pessoas Carentes ficou acima do previsto, tanto pelo aumento da demanda de jurisdicionados, como pela inclusão de pagamento de perícias de competência delegada. A meta estabelecida no teto orçamentário 2009 da SJSP computava 41.990

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

pessoas atendidas com dotação de R\$ 8.737.488,00 (oito milhões, setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais). Porém, havendo crédito suplementar, a dotação recebida computou R\$ 23.937.238,00 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais) atingido a meta de 73.463 pessoas atendidas.

A meta realizada do programa de trabalho Capacitação de Recursos Humanos ficou abaixo da prevista, pois a SJSP ofereceu o montante de R\$ 785.367,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais) do PT-CRH em cancelamento compensatório para suplementar outros programas de trabalho de custeio sendo: Julgamento de Causas Correntes e Julgamento de Causas Investimentos (os quais possuíam grandes déficits orçamentários). Tal crédito oferecido em cancelamento compensatório representou uma redução da dotação recebida em CRH de 37%. Já a meta realizada sofreu redução em 62% sobre a meta prevista em razão dos cancelamentos, bem como da contratação de cursos para todos os fóruns e juizados especiais federais do interior, os quais computaram custo com pagamento de diárias em CRH para os servidores e Magistrados participantes.

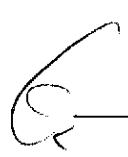
A meta realizada no programa de trabalho Auxílio Transporte ficou próxima da meta prevista com 4,9% abaixo do esperado.

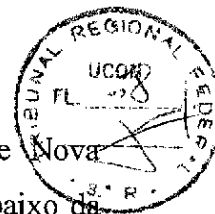
A meta realizada no programa de trabalho Auxílio Alimentação ficou próxima da meta prevista com 6,5% acima do esperado.

A meta realizada no programa de trabalho Assistência Pré-Escolar ficou acima da meta prevista em 32,76% por conta das alterações na legislação do benefício que estendeu para todos os filhos de servidores e magistrados até 06 anos o benefício da Assistência Pré-Escolar, independente de estarem ou não matriculados em escolas/creches.

A meta realizada no programa de trabalho Assistência Médica e Odontológica a Servidor ficou próxima da meta prevista com 6,9% acima do esperado.

A meta realizada no programa de trabalho Pagamento de Aposentadorias e Pensões ficou próxima da meta prevista com 9,4% acima do esperado pois ao final do exercício 2008 o número de inativos eram 528 servidores e magistrados. Ao final do exercício 2009 este quantitativo contabiliza 560 inativos sendo: 433 aposentados e 127 instituidores de pensão.





A meta realizada no programa de trabalho Construção de Nova Edificação para abrigar o Fórum Federal de São José dos Campos ficou abaixo da meta prevista em 52% pois o custo total do projeto original era R\$ 12.043.074,00 (doze milhões, quarenta e três mil e setenta e quatro reais). Em 2009, o projeto básico inicial foi alterado pelo projeto executivo contratado em 2006, alterando a edificação a ser executada em 22,15%. O projeto executivo entregue em 2009 alterou o valor total da obra para R\$ 14.711.020,00 (catorze milhões, setecentos e onze mil e vinte reais) complementando-a com a construção do sistema de climatização e automação predial.

A meta realizada no programa de trabalho Modernização das Instalações ficou acima da meta prevista em 50%. Durante o exercício 2009 a Administração definiu alterações nos planos e projetos de obras e reformas que constavam na Proposta Orçamentária 2009, em número de 04 edificações a um valor total de R\$ 1.484.670,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais) pelos seguintes motivos:

- Fórum Federal Ministro Pedro Lessa/Cível SP (01 edificação) – as adequações de acessibilidade prevista na Proposta Orçamentária 2009 estão sendo feitas por mão-de-obra interna (servidores – engenharia), liberando o orçamento recebido previamente para tais adaptações para utilização em outros prédios;
- Fórum Federal de Santos (01 edificação) – a reforma da fachada externa prevista na Proposta Orçamentária 2009 foi substituída pela reforma hidráulica, pois se verificou necessidade, optando-se primeiramente a executar as adaptações prementes;
- Fórum e Juizado Especial Federal de Campinas (02 edificações) – embora constem às contratações de dois projetos básicos para adaptações a deficientes físicos e adaptações para proteção contra incêndio na Proposta Orçamentária 2009, os proprietários dos imóveis emitiriam laudos/relatórios a respeito de tais adequações e as mesmas serão objeto de futura negociação sobre o valor locatício.

Considerando que todas as obras/reformas inseridas na Proposta Orçamentária 2009 não seriam contratadas com o teto aprovado, o mesmo foi direcionado a necessidades urgentes de reformas em outros prédios.

SJ/MS

PT - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes: a meta realizada (incluída a decorrente de restos a pagar) superou a expectativa de atendimento, num total de 6.301 pessoas carentes atendidas. Fatores como o aumento da demanda de jurisdicionados buscando o Judiciário Federal (em especial o JEF), assim como o aumento dos pagamentos de perícias provenientes da competência delegada, contribuíram para o expressivo aumento dos gastos nesta atividade.

PT – Capacitação de Recursos Humanos: a meta realizada ficou acima da prevista, inobstante o cancelamento compensatório no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o recebimento de crédito adicional no Programa de Trabalho Julgamento de Causas - Correntes. 151 (cento e cinquenta e um) servidores foram atendidos com ações de capacitação, representando um acréscimo de 50% em relação à meta prevista na Proposta Orçamentária, que foi de 100 (cem) servidores.

PT – Auxílio Alimentação: a meta realizada superou em 11% a meta prevista, num total de 276 servidores atendidos.

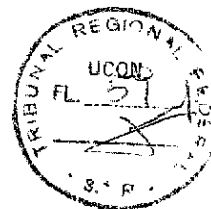
PT – Assistência Pré-Escolar: em termos quantitativos, a meta realizada (66) ficou abaixo da meta prevista (102). Porém, esse fato não se traduz em déficit orçamentário, tendo ocorrido apenas a não confirmação da estimativa de aumento de crianças atendidas.

PT – Assistência Médica e Odontológica a Servidor: a meta realizada ficou próxima da meta prevista, com 5,4% abaixo do esperado.

PT – Pagamento de aposentadorias e pensões: a meta realizada correspondeu exatamente à meta prevista, que foi de 16 (dezesseis) juízes e servidores.

PT – Construção do Novo Fórum Federal de Três Lagoas: a meta realizada ficou aquém da meta prevista, tendo em vista os atrasos ocorridos no início da obra.

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO – PRECATÓRIO/RPV	12104	090047



Programação Orçamentária – Precatórios e RPV

Programação de Despesas Correntes

Programação de Despesas de Capital

**Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de
Contingência
(Anexo II)**

Análise Crítica

Encontram-se alocados na LOA de 2009 da Unidade Orçamentária TRF-3ª Região – 12104 as Ações: Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado de Precatórios, destinados aos pagamentos de Precatórios da União e Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado Requisitórios de Pequeno Valor, destinadas ao pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor da União e das Entidades da Administração Indireta.

UO – Foram incluídos os Precatórios, em cumprimento ao artigo 100 da CF, observada a Lei nº 11.768/08, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, Seção II, que trata das Disposições sobre Débitos Judiciais e a RES 55/2009 do CJF, encaminhado banco de dados contendo os precatórios que deram entrada até 01/07/2008, no Tribunal, respeitada as regras de parcelamento correspondente ao exercício, para inclusão na LOA.

PLOA – Inclusão de acordo com o banco de dados enviado pelo TRF 3ª Região.

LOA – Na execução da LOA de 2009, não houve necessidade de crédito suplementar, tendo sido suficiente os valores alocados. Os saldos orçamentários foram utilizados como fonte de cancelamento para suplementação da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado de Requisitórios de Pequeno Valor, proposta pelo CJF.

Houve total cumprimento no pagamento das dívidas de Precatórios da — União Federal, correspondentes ao exercício de 2009. A execução dos depósitos judiciais ocorreram, com observância a ordem cronológica, em contas individualizadas por beneficiários, em Banco Oficial, registradas no Sistema SIAFI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

no módulo de sentenças judiciais, em cumprimento ao artigo 10 da Lei Complementar 101/2000.

Não há alterações relevantes em relação ao exercício de 2008.

UO – Foram alocadas dotação, de forma estimada, para pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs, correspondentes ao exercício de 2009, da União e das Entidades da Administração Indireta, de acordo com a Lei nº 10.259/200, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, Lei nº 11.768/08, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, Seção II, que trata das Disposições sobre Débitos Judiciais e a RES 55/2009 do CJF.

A fixação da estimativa do montante de inclusão na LOA foi efetuada pela Secretaria de Orçamento Federal.

PLOA – Inclusão efetuada pela Secretaria de Orçamento Federal.

LOA – Na execução da LOA de 2009, durante o exercício houve a necessidade de créditos suplementares, e de utilização de restos a pagar. Quanto aos valores inscritos em restos a pagar em 2009, foram insuficientes para a quitação total, tendo sido utilizado dotação da Lei Orçamentária de 2010. Houve total cumprimento no pagamento das dívidas de Requisitórios de Pequeno Valor de 2009. A execução dos depósitos judiciais ocorreram, com observância a ordem cronológica, em contas individualizadas por beneficiários, em Banco Oficial, registradas no Sistema SIAFI no módulo de sentenças judiciais, em cumprimento ao artigo 10 da Lei Complementar 101/2000.

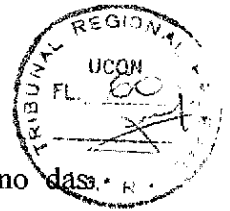
Não há alterações relevantes em relação ao exercício de 2008.

Execução Orçamentária de Créditos Originários

**Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por
Movimentação**

(Anexos VII e VIII)





Recebida - foi recebida a descentralização de crédito externo das Unidades Gestoras: 173057 – Banco Central do Brasil, 113209 – Comissão Nacional de Energia Nuclear, 393003 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, 264001 - Fundação Jorge Duprat, 510002 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social, 154054 – Fundação Universidade Federal de MS, 373001 - INCRA, 510001 - INSS, 153031 – Universidade Federal de São Paulo, para pagamento das sentenças judiciais de precatórios, em que as respectivas entidades foram condenadas ao pagamento e incluídas na Lei Orçamentária de 2009. A descentralização ocorreu de acordo com as disposições contida Seção II, das Disposições sobre Débitos Judiciais, da Lei 11.768/08, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009.

Concedido – foi concedida a descentralização de crédito externa das Unidades Gestoras: 173057 – Banco Central do Brasil, 113209 – Comissão Nacional de Energia Nuclear, 393003 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, 264001 – Fundação Jorge Duprat, 510002 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social, 154054 – Fundação Universidade Federal de MS, 373001 - INCRA, 510001 - INSS, 153031 – Universidade Federal de São Paulo, para a UG Executora 090047 de Sentenças Judiciais do TRF-3ª Região para pagamento das Sentenças Judiciais de Precatório, nos limites exclusivos de suas respectivas dívidas.

Recebida – foi recebida a descentralização de crédito externo da UG 510002 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social, para pagamento das sentenças judiciais de Requisitórios de Pequeno Valor – RPV, em que a referida entidade foi condenada. A descentralização ocorreu de acordo com as disposições contida Seção II, das Disposições sobre Débitos Judiciais, da Lei 11.768/08, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009.

Concedido – foi concedida a descentralização de crédito externa da UG 510002 Fundo do Regime Geral da Previdência Social, para UG 090047 de Sentenças Judiciais do TRF-3ª Região para pagamento das Sentenças Judiciais de RPV, nos limites exclusivos de suas respectivas dívidas.

Observação: As movimentações são liquidas, já abatidos os cancelamentos de dotação orçamentária, utilizados para suplementação das Ações de Sentenças Judiciais, propostos pelo CJF, visando o atendimento dos Tribunais Regionais.

INDICADORES INSTITUCIONAIS

Ao longo do exercício de 2009 foram empreendidos esforços no sentido de identificar o indicador adequado à aferição de metas e resultados, de acordo com os objetivos estratégicos da Justiça Federal da 3ª Região.

Indicador da Visão de Futuro

Visão de futuro: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

INDICADOR: Satisfação da Sociedade

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação da sociedade com os serviços prestados.				
Quem mede	Comitê regional de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anual				
Onde medir	A definir, dependendo da metodologia a ser adotada.				
Por que medir	Conhecer o nível de satisfação da sociedade com os serviços prestados				
Como medir	Avaliações positivas / Total de avaliações				
Situação atual	NM*				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	50%	55%	60%	65%	70%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

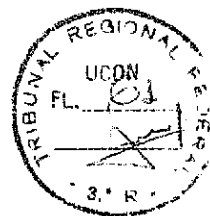
Indicador 01

2.1 Objetivo: Racionalizar e padronizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.				
Quem mede	TRF3 - Secretaria de Administração; SJSP - Núcleo de Compras, Licitações e Contratos; SJMS - Núcleo de Apoio Administrativo.				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF3 - Secretaria de Administração; SJSP - Núcleo de Compras, Licitações e Contratos; SJMS - Núcleo de Apoio Administrativo.				
Por que medir	Melhorar a performance do trâmite do processo de aquisição de bens e serviços				
Como medir	% = processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão/Total de processos de aquisição de bens e serviços Prazo padrão: 135 dias para concurso e concorrência dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; 105 dias para as demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica + preço; 60 dias para as demais tomadas de preço; 50 dias para convites e pregão 8 dias para dispensa e inexigibilidade.				
Situação atual	NM *				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	50%	60%	70%	80%	90%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser revistas após a primeira medição.



Indicador 02

2.1 Objetivo: Racionalizar e padronizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Taxa de congestionamento *					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede a taxa de congestionamento no 1º e 2º graus e nos JEFs				
Quem mede	Seção de Estatística				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF, SJSP e SJMS				
Por que medir	Para aumentar a celeridade dos processos.				
Como medir	1 – [total de processos judiciais baixados / (casos novos + casos pendentes)]				
Situação atual	2º grau = 66%, 1º grau = 74,5%, JEFs = 53,9%, TR = 65,3% (*)				
META	2010 2º grau = 64% 1º grau = 72% JEFs = 52% TR = 63%	2011 2º grau = 61% 1º grau = 70% JEFs = 51% TR = 60%	2012 2º grau = 59% 1º grau = 69% JEFs = 50% TR = 58%	2013 2º grau = 58% 1º grau = 66% JEFs = 48% TR = 56%	2014 2º grau = 56,1% 1º grau = 63,3% JEFs = 45,8% TR = 55,5%

(*) 1º Grau - Dados da "Justiça em Números" de dez/08. Para o 2º Grau, JEF e TR: estatística de julho/09.

Indicador 03

2.1 Objetivo: Racionalizar e padronizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Processos de trabalho padronizados e implantados					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Dentre os processos mapeados e padronizados, quantos foram implantados na 3ª Região				
Quem mede	Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF, SJSP e SJMS				
Por que medir	Para garantir que os processos padronizados sejam implantados				
Como medir	% = Processos implantados/ processos de trabalho mapeados e padronizados				
Situação atual	NM *				
META	2010 Adm: 50% Jud: -	2011 Adm: 80% Jud: -	2012 Adm: 100% Jud: 10%	2013 Adm: 100% Jud: 20%	2014 Adm: 100% Jud: 30%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 04

2.2 Objetivo: Otimizar a gestão de custos operacionais

INDICADOR: Custo médio por processo judicial baixado findo					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Custo médio por processo judicial findo				
Quem mede	Seção de estatística				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF, SJSP e SJMS				
Por que medir	Para otimizar a gestão dos custos operacionais				
Como medir	(Despesa Total – Inativos – Investimentos – Custas Judiciais Arrecadadas) / Processos Baixados Findos				
Situação atual	NM*				
META	2010	2011	2012	2013	2014

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

	-	-	-	-	Linha de base – 10%
--	---	---	---	---	------------------------

(*) Não mensurado. As metas poderão ser revistas após a primeira medição prevista para jan/2010.

Indicador 05

2.3 Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Federal da 3ª Região

INDICADOR: Grau de atendimento pela Justiça Itinerante

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Quantidade de itinerantes realizados pela Justiça Federal da 3ª Região				
Quem mede	Conselho da Justiça Federal da 3ª Região				
Quando medir	Anual				
Onde medir	3ª Região				
Por que medir	Para verificar a disponibilidade da Justiça em propiciar acesso				
Como medir	Número de itinerantes realizados				
Situação atual	3				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	3	3	3	3	3

Indicador 06

2.4 Objetivo: Promover a efetividade na prestação jurisdicional e no cumprimento das decisões judiciais

INDICADOR: Taxa de congestionamento (fase de execução)

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a taxa de congestionamento no 1º Grau na fase de execução				
Quem mede	Setor de estatística				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	SJSP e SJMS				
Por que medir	Para promover a celeridade na fase de execução dos processos judiciais				
Como medir	1 – [total de processos judiciais de execução baixados / (casos novos exec + casos pendentes exec + exec judiciais)]				
Situação atual	93,8* – Conforme dados da Justiça em Números – dez/08				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	89%	87%	85%	83%	79,7%

(*) 1º Grau- Dados da “Justiça em Números” de dez/08. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

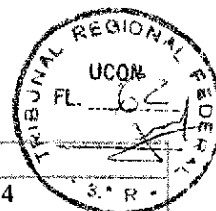
Indicador 07

2.5 Objetivo: Assegurar o exercício da cidadania

INDICADOR: Iniciativas sociais realizadas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Quantidade de ações sociais realizadas				
Quem mede	Áreas de benefícios do TRF e das Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	3ª Região				
Por que medir	Ampliar os programas voltados ao exercício da cidadania				
Como medir	Número de programas sociais realizados				

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Situação atual	4				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	4	5	6	7	8

Indicador 08

2.6 Objetivo: Incentivar a responsabilidade socioambiental

INDICADOR: Consumo de papel, água e energia					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O consumo per capita de papel, água e energia elétrica				
Quem mede	Administração do TRF e Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Verificar o uso racional dos recursos				
Como medir	Variação do consumo <i>per capita</i> utilizada no período em relação ao período anterior				
Situação atual	Dados do TRF3: Papel = 2040 resmas/mês: 2224 pessoas (1824 servidores + 400 estagiários) = 1408 fls./mês <i>per capita</i> Água = 2964 m³/mês: 2580 pessoas (1824 servidores + 400 estagiários + 356 terceirizados) = 1,15m³/mês <i>per capita</i> Energia = 429.453,43kWh/mês : 2580 pessoas (1824 servidores + 400 estagiários + 356 terceirizados) = 166,5kWh/mês <i>per capita</i> Dados da JFMS: Papel = 870 fls./mês <i>per capita</i> Água = 2,36 m³ /mês <i>per capita</i> Energia = 222,52 kWh/mês <i>per capita</i> Dados da JFSP Papel = 634 fls./mês <i>per capita</i>				
META	2010	2011	2012	2013	2014
Per capita	TRF 3 Papel: 1350 fls. mês Água: 1,10m³ mês Energia: 155 kWh mês	TRF 3 Papel: 1250 fls. mês Água: 1,00 m³ mês Energia: 145 kWh mês	TRF 3 Papel: 1150 fls. mês Água: 0,95 m³ mês Energia: 135 kWh mês	TRF 3 Papel: 1100 fls. mês Água: 0,90 m³ mês Energia: 130 kWh mês	TRF 3 Papel: 1056 fls. mês Água: 0,86 m³ mês Energia: 124,9 kWh mês
	JFMS Papel: 820 fls. mês Água: 2,15 m³ mês Energia: 200 kWh mês	JFMS Papel: 790 fls. mês Água: 1,95 m³ mês Energia: 190 kWh mês	JFMS Papel: 740 fls. mês Água: 1,85 m³ mês Energia: 180 kWh mês	JFMS Papel: 700 fls. mês Água: 1,80 m³ mês Energia: 170 kWh mês	JFMS Papel: 653 fls. mês Água: 1,77 m³ mês Energia: 166,9 kWh mês
	JFSP Papel: 600 fls. mês Água: NM* m³ mês Energia: NM* kWh mês	JFSP Papel: 580 fls. mês Água: NM* m³ mês Energia: NM* kWh mês	JFSP Papel: 520 fls. mês Água: NM* m³ mês Energia: NM* kWh mês	JFSP Papel: 500 fls. mês Água: NM* m³ mês Energia: NM* kWh mês	JFSP Papel: 475 fls. mês Água: NM* m³ mês Energia: NM* kWh mês

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição prevista para jan/2010.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Indicador 09

2.7 Objetivo: Garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 3ª Região

INDICADOR: Projetos estratégicos executados no prazo e concluídos						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O quê mede	A porcentagem de projetos estratégicos executados no prazo e concluídos no período					
Quem mede	Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica					
Quando medir	Anual					
Onde medir	3ª Região					
Por quê medir	Para garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 3ª Região					
Como medir	% projetos estratégicos executados no prazo e concluídos / Total de projetos estratégicos					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	90%	90%	90%	90%	90%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição prevista para jan/2010.

Indicador 10

2.8 Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outros órgãos e instituições

INDICADOR: Ações de cooperação técnica						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O quê mede	A porcentagem de ações de cooperação técnica realizadas em parceria					
Quem mede	Administração do TRF e Seções Judiciárias					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Nos órgãos da 3ª Região					
Por quê medir	Para ampliar as parcerias relacionadas aos objetivos estratégicos					
Como medir	% de ações de cooperação técnica realizadas em parceria					
Situação atual	NM *					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	LB.10%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição prevista para jan/2010.

Indicador 11

2.9 Objetivo: Fortalecer a imagem institucional da Justiça Federal da 3ª Região

INDICADOR: Informações positivas na mídia						
Tipo de Indicador	Eficácia					
O quê mede	Quantidade de informações positivas publicadas pela mídia					
Quem mede	Áreas de comunicação social do TRF e Seções Judiciárias					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Na mídia					
Por quê medir	Para verificar a imagem da Justiça Federal da 3ª Região na mídia					
Como medir	Quantidade de matérias positivas / Total de matérias publicadas sobre a Justiça Federal da 3ª Região					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	50%	55%	60%	65%	70%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.



Indicador 12

2.10 Objetivo: Aperfeiçoar a comunicação institucional.

INDICADOR: Satisfação dos magistrados e servidores com a comunicação interna

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A qualidade da comunicação interna				
Quem mede	Áreas de comunicação social do TRF e Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Aumentar o nível de satisfação com a comunicação interna da Justiça Federal da 3ª Região				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas à comunicação interna				
Situação atual	NM*				
META	2010 50%	2011 55%	2012 60%	2013 65%	2014 70%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 13

3.1 Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

INDICADOR: Motivação e comprometimento de magistrados e servidores					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	A porcentagem de motivação e comprometimento de magistrados e servidores				
Quem mede	Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Para maximizar o grau de motivação e comprometimento de magistrados e servidores				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas à motivação e comprometimento de magistrados e servidores				
Situação atual	NM*				
META	2010 50%	2011 55%	2012 60%	2013 65%	2014 70%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 14

3.2 Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

INDICADOR: Capacitação nas competências estratégicas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores treinados nas competências estratégicas em pelo menos 20 horas				
Quem mede	Áreas de Gestão de Pessoas do TRF e Seções Judiciárias e Escola de Magistrados da 3ª Região				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Para desenvolver as competências estratégicas				
Como medir	Nº de magistrados e servidores treinados em competências estratégicas com pelo menos 20 horas / Total de magistrados e servidores				
Situação atual	NM*				
META	2010	2011	2012	2013	2014

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

	70%	75%	80%	90%	100%
--	-----	-----	-----	-----	------

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 15

3.3 Objetivo: Fortalecer a cultura da qualidade de vida

INDICADOR: Clima organizacional						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O que mede	O sentimento dos servidores em relação à qualidade de vida					
Quem mede	Áreas de Saúde e Gestão de Pessoas do TRF e Seções Judiciárias					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Órgãos da 3ª Região					
Por que medir	Melhorar o clima organizacional					
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas à qualidade de vida					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	50%	55%	60%	65%	70%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 16

3.3 Objetivo: Fortalecer a cultura da qualidade de vida

INDICADOR: Fatores de risco						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O que mede	Número de pessoas que apresentam zero fatores de risco em saúde					
Quem mede	Áreas de saúde do TRF e Seções Judiciárias					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Órgãos da 3ª Região					
Por que medir	Para melhorar a qualidade de vida					
Como medir	Quantidade de pessoas com zero fator de risco/nº total de pessoas					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	13%	14%	15%	16%	17%	

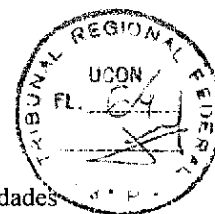
(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição.

Indicador 17

3.4 Objetivo: Adequar a estrutura organizacional e de pessoal à estratégia

INDICADOR: Unidades com estrutura adequada à estratégia						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	Número de alterações feitas na estrutura vinculadas às necessidades estratégicas					
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Órgãos da 3ª Região					
Por que medir	Para verificar a adequação da estrutura à estratégia					
Como medir	Alterações efetuadas na estrutura vinculadas à estratégia / Total de alterações					
Situação atual	100%					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	100%	100%	100%	100%	100%	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Indicador 18

3.5 Objetivo: Garantir a infraestrutura física e tecnológica adequadas a execução das atividades administrativas e judiciais.

INDICADOR: Unidades judiciárias com segurança armada e eletrônica compatível					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Quantidade de unidades com segurança armada e eletrônica compatível				
Quem mede	Áreas de segurança do TRF e Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Aumentar o nível de segurança dos magistrados e servidores				
Como medir	Nº de unidades com segurança armada e eletrônica				
Situação atual	4 (Total atual de unidades: 56)				
META	2010 5	2011 5	2012 6	2013 7	2014 8

Indicador 19

3.5 Objetivo: Garantir a infraestrutura física e tecnológica adequadas a execução das atividades administrativas e judiciais.

INDICADOR: Aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Números de itens atendidos				
Quem mede	Secretaria de Informática				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Secretaria de Informática				
Por que medir	Para proporcionar a estrutura tecnológica adequada à estratégia				
Como medir	% entre os itens atendidos / total de itens especificados na Resolução 90/09-CNJ				
Situação atual	NM*				
META	2010 40%	2011 60%	2012 70%	2013 80%	2014 100%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.

Indicador 20

3.5 Objetivo: Garantir a infraestrutura física e tecnológica adequadas a execução das atividades administrativas e judiciais.

INDICADOR: Satisfação com as instalações físicas					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Satisfação com as instalações físicas				
Quem mede	Áreas de administração do TRF e Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Órgãos da 3ª Região				
Por que medir	Para aumentar a satisfação com as instalações físicas				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas às instalações físicas				
Situação atual	NM*				
META	2010 50%	2011 55%	2012 60%	2013 65%	2014 70%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Indicador 21

3.6 Objetivo: Promover a integração e a permanente evolução dos sistemas informatizados para cumprimento da missão

INDICADOR: Demandas evolutivas dos sistemas da Justiça Federal da 3ª Região						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	Quantidade de demandas atendidas					
Quem mede	Secretaria de Informática					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Secretaria de Informática					
Por que medir	Para proporcionar sistemas adequados ao cumprimento da estratégia					
Como medir	Número de casos em sistemas estratégicos atendidos / Número de casos em sistemas estratégicos demandados					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	30%	40%	50%	60%	70%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.

Indicador 22

3.7 Objetivo: Garantir o acesso e funcionamento de sistemas informatizados essenciais às atividades da Justiça Federal da 3ª Região

INDICADOR: Disponibilidade de serviços de TI						
Tipo de Indicador	Eficácia					
O que mede	Tempo de disponibilidade nos serviços de Tecnologia da Informação					
Quem mede	Secretaria de Informática					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Secretaria de Informática					
Por que medir	Para garantir o acesso aos serviços de TI					
Como medir	1- (Tempo de indisponibilidade de serviços / Tempo total de serviços estipulado para cada sistema)					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	95%	96%	97%	98%	99%	

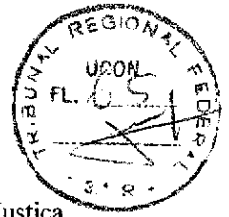
(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.

Indicador 23

3.8 Objetivo: Gerir os recursos orçamentários visando garantir o adequado funcionamento da Justiça Federal da 3ª Região, bem como a execução da estratégia

INDICADOR: Execução do orçamento estratégico em relação ao disponibilizado						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	Execução do orçamento estratégico					
Quem mede	Áreas de planejamento orçamentário do TRF e das Seções Judiciárias					
Quando medir	Anual					
Onde medir	Áreas de planejamento orçamentário					
Por que medir	Para verificar o quanto foi executado em projetos estratégicos em relação ao disponibilizado para tal					
Como medir	Valor executado dos projetos estratégicos / Valor disponibilizado para projetos estratégicos					
Situação atual	NM*					
META	2010	2011	2012	2013	2014	
	100%	100%	100%	100%	100%	

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.



Indicador 24

3.8 Objetivo: Gerir os recursos orçamentários visando garantir o adequado funcionamento da Justiça Federal da 3ª Região, bem como a execução da estratégia

INDICADOR: Execução do orçamento estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O valor destinado ao orçamento estratégico				
Quem mede	Áreas de planejamento orçamentário do TRF e das Seções Judiciárias				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Áreas de planejamento orçamentário				
Por que medir	Para verificar o percentual de aumento destinado aos projetos estratégicos em relação ao valor total				
Como medir	Valor executado dos projetos estratégicos em relação ao período anterior				
Situação atual	NM*				
META	2010	2011	2012	2013	2014
	X + 5%	X + 10%	X + 15%	X + 20%	X + 25%

(*) Não mensurado. As metas poderão ser alteradas após a primeira medição, prevista para jan/2010.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Item 3 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

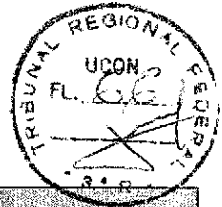
- Composição dos Recursos Humanos – UJ – Justiça Federal da 3ª Região (Consolidada) - Situação em 31/12/2009.

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Membros de Poder/Agentes Públicos	357	358	425
Estatutários	5533	7227	6456
Próprios	5440	5738	6436
Requisitados	93	1489	20
Removidos	14	14	
Celetistas	NA	NA	NA
Cargos de livre provimento	243	247	286
Estatutários	218	128	262
Não Estatutários	25	119	24
Terceirizados	3354	3354	3364
Total	11552	14948	13484

- Composição e custos de Recursos Humanos – UJ – Justiça Federal da 3ª Região (Consolidada) nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

MAGISTRADOS						
TIPOLOGIA	Qtd.	SUBSÍDIOS	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Desembargadores						
2007	43	11.631.323,91	9.306,36	1.059.253,36	573.288,70	0,00
2008	41	11.545.350,95	9.306,36	952.330,97	649.718,65	0,00
2009	40	11.138.406,62	9.306,36	1.393.624,50	621.526,14	0,00
Juizes Convocados						
2007	25	296.360,12	0,00	32.676,07	0,00	0,00
2008	140	328.877,28	0,00	33.292,23	0,00	0,00
2009	32	238.204,88	0,00	33.245,22	0,00	0,00
Juizes Federais						
2007	296	64.819.216,44	0,00	0,00	0,00	4.434,53
2008	298	66.800.919,39	0,00	0,00	0,00	2.520,00
2009	317	71.875.283,95	0,00	0,00	0,00	313.835,82

60



QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
Membros de Poder/ Agentes Públicos								
2007	342	76.239.231,86	22.390.370,05	49.014.832,77	13.923.943,14	368.270,50	1.000.332,56	
2008	387	124.259.265,81	30.834.634,50	64.407.871,00	24.192.946,13	706.219,60	1.314.971,00	
2009	400	98.566.363,86	38.399.308,15	77.298.473,73	19.675.883,95	775.764,23	1.384.930,57	
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	5543	332.038.406,72	64.101.409,04	135.639.909,76	27.505.884,82	8.498.183,84	27.919.697,61	
2008	5719	364.561.514,15	80.285.572,41	178.976.915,25	33.034.960,44	2.714.115,11	29.650.288,71	
2009	5773	397.516.025,83	97.985.888,47	231.430.030,89	42.019.757,53	9.855.674,43	32.284.163,73	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	24	0,00	2.114.522,65	196.175,08	49.764,46	36.515,28	7.080,00	
2008	21	0,00	2.386.831,83	237.775,39	69.199,81	19.057,49	9.680,00	
2009	24	0,00	2.540.900,51	226.874,62	67.858,35	57.865,42	7.360,00	
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	183	0,00	5.323.617,60	501.651,38	174.064,61	208.512,44	546.866,66	
2008	215	43.999,54	4.241.713,41	417.347,07	375.402,71	168.915,43	398.690,81	
2009	80	0,00	2.486.109,67	214.258,38	106.609,10	132.650,49	106.776,70	
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2008	07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo		Qtd.
2007	1468	36.179.038,28	567	10.102.002,58	NA	NA	1216	4.519.051,97
2008	1482	38.132.982,95	563	10.477.424,76	NA	NA	1247	4.894.277,61
2009	1509	42.594.731,37	587	12.756.271,84	NA	NA	1258	5.744.993,26

- Indicadores gerenciais sobre recursos humanos de terceirização de mão-de-obra

Até o exercício de 2009 não foram instituídos indicadores de gestão sobre recursos humanos, no que diz respeito às áreas de terceirização de mão-de-obra, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

- Análise crítica sobre a situação da gestão dos recursos humanos

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o quadro tem-se mostrado insuficiente para atendimento da demanda, entretanto, a quantificação dessa defasagem é dificultada por outros aspectos que disputam com a carência de pessoal, como por exemplo, a institucionalização da gestão de processos e a maior exploração dos recursos tecnológicos, alvos de investimento da Corte no exercício de 2009, cujos resultados deverão ser experimentados a curto e médio prazos, possibilitando aferir com maior precisão a necessidade de ampliação do quadro de pessoal.

A área-meio mostra-se deficitária em relação à evolução do quadro da área-fim e, principalmente frente às demandas originadas pela adoção de uma gestão pública mais moderna e transparente, solicitando da área-meio a implementação de soluções que otimizem o trabalho e agreguem valor aos serviços prestados.

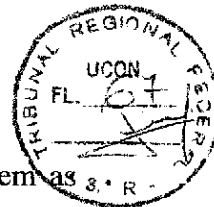
Em 2009, foram ofertadas 3.451 oportunidades de capacitação, com a participação de 1.113 servidores nesses eventos. O programa de capacitação do TRF3ª Região abrange, desde assuntos técnicos, relacionados às diferentes áreas de atuação existentes no órgão, até o desenvolvimento pessoal, o que possibilita o aperfeiçoamento das relações interpessoais, do trabalho em equipe, da liderança de pessoas e do atendimento ao cliente. A importância da participação em ações de capacitação tem sido cada vez mais reconhecida pela alta administração e pelo quadro de pessoal.

Com a mudança nas políticas de gestão e a crescente especialização dos servidores, a estrutura de cargos deverá ser revista nos próximos anos, a fim de acomodar as competências existentes e as que deverão integrar-se ao quadro, mediante o aumento da proporção de cargos de nível superior em relação aos cargos de nível médio e, principalmente, a extinção de cargos de nível auxiliar, uma vez que o uso da tecnologia minimiza a quantidade de atividades operacionais. Novas especialidades deverão ser criadas, tais como nas áreas de arquivologia, comunicação social, tecnologia e informação, entre outras.

A terceirização de algumas atividades, a saber: digitalização, telefonia, limpeza, manutenção e vigilância, do ponto de vista do desenvolvimento e satisfação profissional, é uma alternativa interessante para a administração, já que possibilita focalizar o quadro de pessoal em cargos que permitam agregar valor à prestação jurisdicional.

Na SJ/SP, as relações pessoais ocupam uma considerável parte das atenções e preocupações dos especialistas em recursos humanos. Assim, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

O investimento que a Justiça Federal de São Paulo tem realizado, por meio de todos os Programas de Desenvolvimento, prova a necessidade de profissionais dotados de conhecimento técnico e habilidade humana para atender a uma demanda urgente, imposta pela sociedade, que exige uma Justiça cada vez mais célere.



A SJ/SP possui os programas abaixo relacionados, que traduzem as ações desenvolvidas pelas áreas:

1. Programa de Desenvolvimento Gerencial;
2. Programa de Desenvolvimento do Servidor;
3. Programa de Aprimoramento de Magistrados;
4. Coaching Individual e Grupal destinado aos gerentes e servidores, visando o desenvolvimento funcional e gerencial.;
5. Programa de Desenvolvimento de Equipes, realizado em 08 (oito) ou 10 (dez) encontros, o trabalho é realizado na Unidade de trabalho (varas Federais, Juizados, Área administrativa) e conta com a participação do Gestor;
6. em 2009, foi criado o “Banco de Diretores” e por meio do Programa de Desenvolvimento de Líderes, que será desenvolvido em 2010, vamos capacitar servidores para exercerem o cargo em comissão de Diretor de Secretaria e Gestor Administrativo;
7. a partir de 2010, vamos trabalhar com Avaliação por Competência;

Em abril de 2009, foi estabelecida a estrutura organizacional das Subseções Judiciárias de MS, do Juizado Especial Federal Cível e da Turma Recursal de Campo Grande, bem como dos cargos efetivos, conforme a RES nº 71/CJF-3ªR. Alguns novos cargos efetivos e funções comissionadas foram destinados às áreas fim e meio, melhorando a estrutura e a divisão de trabalho. No entanto, apesar da estruturação, o quadro de pessoal da SJMS ainda se mostra insuficiente para atender a demanda existente.

Esforços têm sido envidados no sentido de melhor qualificar os servidores já que, em 07/01/2009, entrou em exercício, no órgão, a Analista Judiciário, Especialidade – Psicologia Organizacional, que foi designada para exercer a titularidade da Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, criada em setembro de 2008, pela RES nº 345, de 12 de setembro de 2008, do CJF-3ªR.

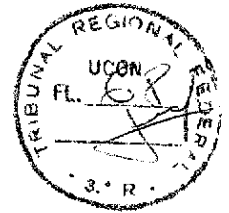
Em 2009, foram ofertadas na SJMS, 22 oportunidades de capacitação, com a participação de 151 servidores e magistrados. Tendo em vista o Programa Nacional de Capacitação, implantado pelo CJF, os gestores e servidores têm reconhecido a importância da participação em ações de capacitação. Pretende-se, em 2010, que mais servidores possam ser qualificados.

No que concerne à área-fim, a evolução do quadro de pessoal da área-meio mostra-se deficitária. Muitas políticas, mais modernas e transparentes, têm sido

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

adotadas, visando à celeridade e à transparência da gestão pública. A exemplo disso, temos as metas do CNJ, oriundas de seu planejamento estratégico, que passou a impor, tanto à área-meio quanto à área-fim, uma série de novas ações, no intuito de agregar valor à prestação dos serviços, impactando nas áreas de gestão de pessoas, de tecnologia e informação, além das áreas de gestão financeira e de contratos.





Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos
(Anexo XIV)

O quadro constante do Anexo contempla as informações contabilizadas no âmbito da UG 090015 associadas à Unidade Jurisdicionada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI na conta 2.1.2.1.11.00, a título de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Ressalta-se que nas Unidades Gestoras 090017, 090029 e 090047 não houve registro de valor na respectiva conta.

Análise Crítica:

Os valores inscritos na referida conta contábil, no exercício 2009, no montante de R\$ 480.642,85 (quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), referem-se a passivos decorrentes da concessão de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, em processos da Justiça Federal de MS e do JEF/MS, gerando, em favor de diversos profissionais, honorários advocatícios, perícias, de tradução e de interpretação.

Assim, considerando que as solicitações de pagamento dos referidos honorários, oriundas das diversas varas da Seção Judiciária de MS, já se encontravam em poder da Seção Financeira ao final do exercício 2009, e que não havia a respectiva disponibilidade de crédito orçamentário, procedeu-se a inscrição do valor a que cada profissional faz jus na conta supramencionada.

Pagamento de Restos a Pagar
(Anexos XV e XVI)

Os quadros constantes dos Anexos XV e XVI contemplam os valores acumulados no exercício 2009 referentes ao pagamento de restos a pagar, das Unidades Gestoras 090015, 090017, 090029 e 090047, estando divididos em duas partes, restos a pagar processados e restos a pagar não processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Análise Crítica:

As circunstâncias mais frequentes que ensejaram a permanência de Restos a Pagar há mais de um exercício financeiro, são as seguintes: problemas de faturamento de concessionárias de serviços públicos que inviabilizam o pagamento,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

retenções preventivas de valores em razão de determinação da MM Juíza Federal Diretora do Foro em processo administrativo de apuração de infração contratual ainda sem decisão definitiva que permita a conversão dos valores em renda da União ou o pagamento ao fornecedor, fornecedores com situação fiscal irregular, impedindo o pagamento, além de situações em que a execução da prestação pelo fornecedor foi postergada por ordem da Administração, no interesse público.

Ressaltamos, que no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região os valores inscritos em restos a pagar relativos ao exercício de 2007 (R\$ 263.772,69 – duzentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos) são referentes ao contrato n.º 04.006.10.2002 firmado com o Consórcio Xerox, CPM e Storagetek para o projeto do sistema EFV – EF Virtual. O projeto previu uma solução completa incluindo hardware, software e serviços. O cronograma do projeto sofreu dilatação e devido a complexidade do objeto contratado o item treinamento não foi totalmente executado ficando para encerramento no exercício de 2010.

E no tocante aos valores inscritos em restos a pagar relativos ao exercício de 2008 são relativos a:

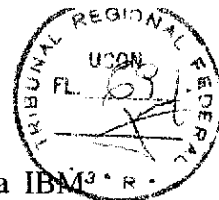
- Materiais entregues com problemas e que a substituição esteve em negociação (R\$ 85.810,10 – oitenta e cinco mil, oitocentos e dez reais e dez centavos);

- Problemas no faturamento da Brasil Telecom referentes a contratos de link, um encerrado e outro iniciado (R\$ 36.193,42 – trinta e seis mil, cento e noventa e três reais e quarenta e dois centavos), que ensejaram notificação à empresa;

- Parcela em atraso do contrato n.º 04.026.10.2006 firmado com a empresa MPS Informática Ltda. cujo objeto é a unificação do sistema de folha de pagamento do Tribunal e Seções Judiciárias de SP e MS;

- Valor referente ao saldo do contrato firmado com a empresa Evoluti, no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), referente a prestação de serviços sob demanda para manutenção evolutiva do software Easy Image de controle de imagens de documentos de Recursos Humanos. O saldo refere-se a serviços contratados durante o exercício de 2008 que ainda não haviam sido entregues;





- Valor referente a licenciamento da ferramentas Rational da IBM (R\$120.085,18 cento e vinte mil, oitenta e cinco reais e dezoito centavos), contrato n.º 05.009.10.2009 firmado com a empresa Ingram Micro Tecnologia e Informática Ltda., referente a prestação de serviços de treinamento de ferramentas integradas Rational para suporte ao processo de desenvolvimento de software (R\$ 177.528,96 – cento e setenta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos), contrato n.º 04.004.10.2009 firmado com a empresa Fóton Informática S.A. e, Consultoria e Mentoring nas ferramentas Rational para o processo de desenvolvimento de software (R\$ 150.000,00 – cento e cinquenta mil reais), contrato n.º 04.003.10.2009 firmado com a empresa TSI Tecnologia e Soluções Inteligentes Ltda – ME. As contratações feitas através de adesão à Ata de Registro de Preços n.º 56/2008, originária do Processo Administrativo n.º 3139/2008 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visavam o desenvolvimento do colaborativo com os demais órgãos da JF do Sistema Único de Controle Processual da JF – e-Jud, que ficou sobrestado no CJF. Devido a este problema as licenças do software não foram recebidas e os serviços não foram executados. Os contratos estão sendo instruídos para encerramento.

Informamos, ainda, que a permanência de valores indicados como restos a pagar não processados há mais de um exercício financeiro está amparada nos Decretos nº(s) 6708/2008 e 7057/2009.

Não houve impacto financeiro no exercício 2009, decorrentes do pagamento de restos a pagar no respectivo exercício pelas UGs 090015, 090017, 090029 e 090047.

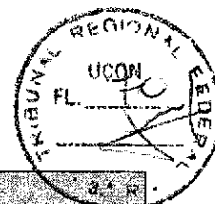
La

Item 11 do Anexo II da DN nº 100-TCU- parte A

Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

Relatório de cumprimento da deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.742/2007-8	194/2009/2	9.3/9.4	DE	Ofício nº 08571/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região que: 9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU; 9.3.2. comunique à Interessada indicada no subitem 9.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.4. alertar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RI/TCU, a respeito da possibilidade de emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada neste Processo, para que sejam submetidos a este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do referido RI;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A interessada foi cientificada do teor da decisão por meio do Ofício 020/2009-SUPS, de 18/02/2009. Foram inseridas novas fichas Sisac (20782411-04-2009-000015-4 e 20782411-04-2009-000016-2), isentas das ilegalidades apontadas e submetidas ao TCU					
Síntese dos resultados obtido					
Novas fichas Sisac foram emitidas, enviadas ao TCU e se encontram aguardando julgamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
É um fator positivo e facilitador, o Acórdão definir com clareza o procedimento adequado a suspender os pagamentos, evitando a continuidade do ato declarado ilegal e a posterior necessidade de reposição dos valores indevidos.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	024.654/2008-5	0195/2009/2	9.3/9.4	DE	Ofício nº 0145/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU; 9.3.2. comunique ao Interessado indicado no subitem 9.1 supra a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.4. alertar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RI/TCU, a respeito da possibilidade de emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada neste Processo, para que seja submetido a este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do referido RI.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Expedição de Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000023-3, com a VPI, nos termos da Lei nº 10698/03, no valor de R\$ 50,88 (proporcionalidade de 85% em relação ao valor total de R\$ 59,87). - Expedição do Memorando nº 083/2009-DIRE/SEHU-TRF 3R, de 04/03/2009, que comunicou a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão 195/2009-TCU-2ª Câmara (foi solicitado à área de folha de pagamento que a VPI fosse paga de forma proporcional ao tempo de contribuição prestado pelo servidor).					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção da Ficha Financeira dentro do prazo determinado pelo Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos foram os normalmente adotados para estes casos, não havendo nenhum impedimento para a correta emissão de atos livre da irregularidades apontadas					

Eu

la

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	Diversos	—	Individual	DI	Diligência nº 1740/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
- Foi solicitado pelo TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de recebimento do Ofício, o envio de cópias dos documentos necessários para suprir omissões e esclarecer inconsistências dos registros de Atos no Sisac, relativas a aposentadorias de servidores do quadro de pessoal deste Tribunal ou a pensões por eles instituídas. (no Ofício, foi esclarecido que os elementos de prova serão juntados aos autos do processo de registro dos Atos e, por esse motivo, só seriam aceitas cópias legíveis e inteiras, bem como, nos casos de documentos que devam comprovar condição particular do servidor inativo, instituidor de pensão ou pensionista, seriam aceitas apenas cópias de documentos oficiais, adequados para comprovar a informação que esclarece a inconsistência e a omissão). Servidores inativos envolvidos: Maria Luiza Ferrara Nacarato, Carlos Roberto Venâncio, Matiko Yamamuro, Isildinha Aparecida Meloni Henrique, Rosali Leite de Moraes, Vania Maria Nunes Moreira, Clory Maria Cidade Wematsu Pensionista: Paulo Celso Mano Moreira da Silva (instituidora: Vera Lucia Perez Mano Moreira da Silva).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Expedição do Memorando nº 112/2009-DIRE/SEHU-TRF 3R, de 26/03/2009, encaminhando à área de CI as cópias dos documentos solicitados, referentes aos servidores inativos e ao pensionista.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Subsecretaria de CI e Auditoria enviou os documentos solicitados ao TCU, pelo Ofício nº 052/09-UCON, de 30 de abril de 2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O cumprimento da solicitação facilitará o julgamento futuro das respectivas fichas, tendo em vista a oportunidade de esclarecimento de eventuais inconsistências existentes.					

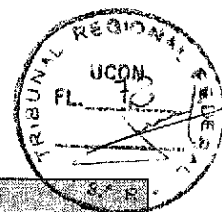


Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	025.172/2008-0	0622/2009/2	9.3/9.4	DE	Ofício nº 0258/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU; 9.3.2. comunique ao Interessados indicados no subitem 9.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.4. alertar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RI/TCU, a respeito da possibilidade de emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada neste Processo, para que sejam submetidos a este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do referido RI.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
1) <u>Nalcia da Silva Paranhos</u>: - Foi comunicado aos servidores o teor do acórdão; - Expedição do Ato nº 9307, de 20/03/2009, publicado em 24/03/2009, retroagindo a 08/12/2000 os efeitos financeiros da inclusão da opção prevista no artigo 2º, da Lei nº 8911/94; expedição do respectivo Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000017-9; - Expedição do Memorando nº 125/2009-DAPO/SEGE-TRF 3R, de 02/04/2009, comunicando a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão 622/2009-TCU-2ª Câmara (foi solicitado à área de folha de pagamento que a VPI – fosse paga de forma proporcional ao tempo de contribuição prestado pela servidora); 2) <u>Wilson Guedes</u>: - Expedição do Ato nº 9295, de 13/03/2009, publicado em 17/03/2009, retroagindo a 08/12/2000 os efeitos financeiros da inclusão da opção prevista no artigo 2º, da Lei nº 8911/94; expedição do respectivo Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000021-7; - Expedição do Memorando nº 125/2009-DAPO/SEGE-TRF 3R, de 02/04/2009, comunicando a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão 622/2009-TCU-2ª Câmara (foi solicitado à área de folha de pagamento que a VPI – fosse paga de forma proporcional ao tempo de contribuição prestado pelo servidor).					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção das Fichas Financeiras dentro do prazo determinado pelo Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo em relação à adoção das providências necessárias é a efetiva comunicação aos interessados de que o efeito suspensivo não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, o que elucida aspectos que poderiam causar eventuais dificuldades aos mesmos.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	024.655/2008-2	0621/2009/2	9.3/9.4	DE	Controle nº 09021-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU; 9.3.2. comunique à Interessada indicada no subitem 9.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.4. alertar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RI/TCU, a respeito da possibilidade de emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada neste Processo, para que sejam submetidos a este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do referido RI.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Foi comunicado aos servidores o teor do acórdão. - Expedição de Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000045-4, com a VPI os termos da Lei nº 10698/03, no valor de R\$ 53,88 (proporcionalidade de 27/30 avos em relação ao valor total de R\$ 59,87) - Expedição do Memorando nº 125/2009-DAPO/SEGE-TRF 3R, de 02/04/2009, comunicando a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão 621/2009-TCU-2ª Câmara (foi solicitado à área de folha de pagamento que a VPI fosse paga de forma proporcional ao tempo de contribuição prestado pela servidora).					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção da Ficha Financeira dentro do prazo determinado pelo Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que o Acórdão detalha os preceitos que regem seu cumprimento, a relação entre a Administração e o servidor fica revestida de maior segurança jurídica, clareza e celeridade.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

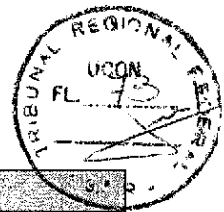


Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	008.122/2008-5	766/2009/2	9.3/9.6	DE/RE	Ofício TCU 09249/2009 de 17/03/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da CF e 262 do RI desta Corte, que faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento decorrente das parcelas impugnadas, contado a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.4. dar ciência à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP, com fundamento no art. 262, § 2º, do RI deste Tribunal, de que poderá proceder a emissão de novos atos para os Srs. Adelino Braz da Silva e Luis Antonio Romero, livres das irregularidades assinaladas, a fim de submetê-los a nova apreciação deste TCU, na forma do artigo 260, caput do RI; 9.5. alertar a JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP de que a incorporação de "quintos" para fins de base de cálculo da média aritmética prevista na Medida Provisória 167, de 19.2.2004, convertida na Lei 10.887, de 18.6.2004, só poderá ser considerada até a data limite de 4.9.2001 – data da edição da MP 2.225-45/2001 -, conforme orientação emanada do Acórdão 2.248/2005-TCU-Plenário; e 9.6. recomendar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP que dê ciência aos Srs. Adelino Braz da Silva e Luis Antonio Romero da presente deliberação, alertando-os que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Expedido Ofício nº 049/2009-SUPS e 022/2009-SUPS/NUAF, de 03.04.2009 e 30.04.2009, respectivamente, para o Núcleo de CI, referente às aposentadorias dos servidores Adelino Braz da Silva e Luis Antônio Romero. - Expedido Ofício nº 046/2009-SUPS, de 31.03.2009 para Adelino Braz da Silva. - Foi determinada a exclusão dos 2º e 3º quintos incorporados, nos proventos do servidor, a partir de 13.03.2009, data da publicação do r. Acórdão. - A VPI instituída pela Lei 10698/03, foi calculada na proporção de 30/35, nos proventos do servidor no mês de Abril/2009. - Expedido Ofício nº 045/2009-SUPS, de 31.03.2009, para Luis Antônio Romero. - Períodos das incorporações de quintos do servidor ocorreram antes de 04.09.2001, tendo sido concedidas da 1ª a 3ª fração de quintos, calculadas sobre a função de Supervisor (FC-5), referente aos períodos de 11.07.1994 a 23.12.1998, de 24.12.1998 a 23.12.1999 e de 24.12.1999 a 22.12.2000, respectivamente. - Foi verificada divergência no preenchimento da ficha SISAC, pois constou 5/5 quando o correto é 3/5, tendo sido preenchida nova ficha.					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção das fichas financeiras dos servidores.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Pedido de dilação de prazo para cumprimento, com relação às alterações da fração de quintos, motivado por questões operacionais do setor responsável pela implementação da medida.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	021.170/2006-1	1918/2009/1	9.1/9.2	DE/C I	Ofício 10455/2009 de 04/05/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 926/2007-TCU- Primeira Câmara;					
9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à JF de 1º e 2º Graus da 1ª Região/SP e ao recorrente.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Expedido Ofício nº 028/2009-SUPS/NUAF, de 19.05.2009, ao Núcleo de CI, referente à aposentadoria do servidor Niroaldo Roberto Pachiega. - Expedido Ofício nº 061/2009-SUPS, de 18.05.2009, ao servidor. - Foi preenchida a ficha SISAC Nº 20782411-04-2009-000024-3, referente à revisão do Ato nº 3536/TRF-3ª Região, de 17.03.1998, publicado no DJU de 24.03.1998, e enviada ao TCU para apreciação					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção da ficha financeira, no prazo determinado pelo acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Maior agilidade no cumprimento, tendo em vista que a matéria de fundo já havia sido decidida no acórdão objeto do mencionado reexame					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	021.170/2006-1	3073/2009/ 1	9.1/9.2	CI	Ofício 11723/2009 de 17/06/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los, por não haver contradição nem omissão a serem corrigidas no Acórdão 1918/2009-TCU- Primeira Câmara;					
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante e à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expedido Ofício nº 054/2009-SUPS/NUAF de 02.07.2009, para o Núcleo de CI.					
Expedido Ofício nº 089/2009-SUPS de 02.07.2009, para Niroaldo Roberto Pachiega.					
Síntese dos resultados obtidos					
Manutenção das providências anteriormente adotadas em cumprimento ao Acórdão 926/2007.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências, no presente caso, foram tomadas quando da comunicação pelo TCU, a este Tribunal, do Acórdão 1918/2009/1 e que remetem ao teor original do Acórdão embargado, já de conhecimento do servidor.					

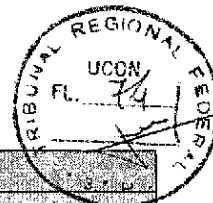
Ca

Ca-

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tip o	Comunicação Expedida
09	22.514/2006	1919/2008/1	9.1/9.2	DE	Ofício 0720/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 929/2007-TCU- Primeira Câmara; 9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP e aos recorrentes					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expedido Ofício nº 032/2009-SUPS/NUAF, de 05.06.2009, ao Núcleo de CI. Expedido(s) Ofício(s), em 03.06.2009, nº (s): nº 069/2009-SUPS à pensionista Gabriela Carvalho Gabriel, nº 070/2009-SUPS à pensionista Leontina da Silva Sales, nº 071/2009-SUPS aos pensionistas Roberto Nunes Proença e Rodrigo de Moura Leite Proença, nº 072/2009-SUPS à pensionista Vandyrá Sant'anna Correa Silva. Foi preenchida a ficha SISAC Nº 20782411-05-2008-000004-5, referente à revisão do Ato nº 8840/2008, da pensionista Vandyrá Sant'anna Correa Silva. Jaira Maria dos Santos Gabriel faleceu em 13.07.2004. Foi cumprido o acórdão (ilegalidade da cumulação de GRG, GADF e quintos, referentes à mesma função) e dada ciência aos servidores/pensionistas. Novas fichas Sisac foram emitidas, isentas das irregularidades apontadas (exclusão das vantagens julgadas ilegais), e submetidas à apreciação do TCU. Relativamente a um dos pensionistas, foi excluída a parcela relativa à vantagem dos quintos e a inclusão da opção pela função comissionada nos proventos, a partir de 13/4/2007 e foi também excluída a vantagem do art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 3º, da Lei nº 8.911/94, a partir de 12/7/1994.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os servidores/pensionistas foram cientificados da deliberação e houve a correção das fichas financeiras, nos termos do decidido no Acórdão 929/2007.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Facilita a adoção de providências, neste e em outros processos, a pacificação da matéria ventilada no					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

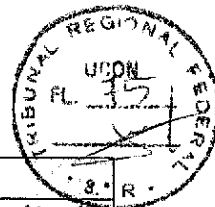


Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	024.657/2008-7	2235/2009/2	9.3/9.4	DE	Ofício nº 0657/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da CF e 262 do RI desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2. dê ciência à interessada desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento; 9.4. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.4.1. a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, via sistema Sisac, escoimado das irregularidades verificadas, nos termos do art. 262, § 2º, do RI; 9.5. determinar ao CI do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que faça constar dos atos encaminhados a este Tribunal a identificação da autoridade responsável pelo atraso na disponibilização dos atos, nos termos da Instrução Normativa 55/2007-TCU (que substituiu a IN 44/2002).					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Foi cientificada a interessada dos termos do acórdão; - Expedição do Ato nº 9543, de 25/08/2009, publicado em 27/08/2009, alterando o Ato nº 4093, de 15/03/1999, publicado em 19/03/1999, que concedeu aposentadoria à servidora, para excluir a opção prevista nos artigos 14, § 2º, e 16, da Lei nº 9421/96, a partir de 19/03/1999, data da concessão inicial; expedição do respectivo Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000041-1; - Expedição do Memorando nº 186/2009-DAPO/SEGE-TRF 3R, de 09/06/2009, comunicando a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão 2235/2009 (foi solicitada à área de folha de pagamento a exclusão da parcela da opção da função comissionada, posto que indevido o seu pagamento).					
Síntese dos resultados obtidos					
Correção da Ficha Financeira dentro do prazo estipulado pelo Acórdão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo são as orientações que visam esclarecer e detalhar os procedimentos internos a serem adotados por este Tribunal, buscando maior celeridade e proporcionando uniformidade de entendimentos.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	007.636/2006-7	2521/2009/1	9.1/9.2	CI	Controle nº 11070-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 2521/2009-TCU-1ª Câmara: (...) 9.1. com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92, conhecer do presente Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Arlindo Rufino para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do Acórdão nº 2578/2007 - TCU - 1ª Câmara; 9.2. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado do respectivo Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. (Acórdão nº 2578/2007-TCU-1ª Câmara: ACORDAM os Ministros do TCU, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Arlindo Rufino, negando registro ao ato de fls. 1/7; 9.2. autorizar o registro dos atos de aposentadoria de Deise Mendroni de Menezes e Namirair Silveira, fls. 8/13 e 14/20, respectivamente, tendo em vista que a impropriedade apontada nestes autos, relativa ao pagamento da parcela denominada "DIF. PESSOAL OPÇÃO DAS", oriunda da aplicação equivocada da Lei nº 9.030/1995, já foi corrigida pela própria Administração; 9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU; 9.4. determinar à JF da 3ª Região/SP que: 9.4.1. se abstenha de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da CF e 262, caput, do RI do TCU; 9.4.2. comunique aos interessados a respeito deste Acórdão, alertando ao Sr. Arlindo Rufino de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido; 9.4.3. proceda ao acompanhamento do Mandado de Segurança nº 251.630 e adote as medidas pertinentes a partir do trânsito em julgado da referida ação; 9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do RI do TCU, alertar ao TRF-3ª Região sobre a possibilidade de emissão de novo ato do interessado, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do RI do TCU.)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Federal da Terceira Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Expedição de Título Declaratório de Inatividade e da ficha SISAC nº 20782403-04-2009-000042-0, excluindo a vantagem denominada "Diferença Pessoal DAS 4,5,6", a qual foi considerada indevida pelo Acórdão nº 2578/2007, a partir de 27/02/1998, data da aposentadoria inicial do servidor. - Expedição do Memorando nº 188/2009-DAPO/SEGE-TRF 3R, de 10/06/2009, comunicando a área de CI sobre as providências adotadas para cumprimento do Acórdão nº 2578/2007, mantido, em parte, pelo Acórdão nº 2521/2009, ambos da 1ª Câmara do TCU, e esclarecendo que a área de folha de pagamento estava providenciando o cálculo dos valores indevidamente percebidos pelo servidor entre a edição do Acórdão nº 2578/2007 e a cassação da medida liminar no Mandado de Segurança nº 251630, que o beneficiava, os quais estão sendo ressarcidos ao Erário, de acordo com o artigo 46, da Lei nº 8112/90, com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001, conforme planilha a ser encaminhada ao TCU.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



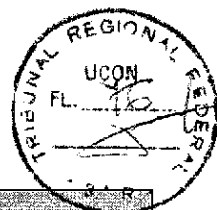
Síntese dos resultados obtidos
Inserção de nova ficha Sisac, isenta das ilegalidades apontadas e correção da ficha financeira, além do ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente, por meio de desconto em folha de pagamento
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
No caso em tela as providências a serem adotadas esbarraram tão-somente na complexidade dos cálculos, por se tratar de caso mais complexo, que exigiu maior detalhamento.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	024.489/2008	2829/2009/2	9.3	DE	Ofício nº 0937/2009-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da CF, e 262, caput, do RI do TCU; 9.3.2. dê ciência deste Acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.3.3. oriente o interessado acerca da possibilidade de opção pela aposentadoria mais vantajosa;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Cientificado o servidor aposentado, do acórdão supra, optou pela aposentadoria da SJ/SP, tendo protocolizado pedido de desaposentação perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, a fim de, oportunamente, averbar o tempo de serviço exercido naquela Corte para melhoria dos seus proventos na JF - Expedido Ofício nº 067/2009-SUPS/NUAF e 069/2009-SUPS/NUAF, de 23/07/2009 e 17. 08.2009, respectivamente, ao Núcleo de CI. - Expedido Ofício nº 88/2009-SUPS de 01.07.2009, ao servidor Raimundo Arcanjo Ribeiro. - O servidor comunicou a desistência do recurso oposto ao Acórdão nº 2829/2009-TCU- 2ª Câmara, optando pela aposentadoria desta Seção Judiciária e apresentando cópia de pedido de desaposentação no TJ/SP. - Conforme r. despacho da MM. Juíza Federal Diretora do Foro, em exercício, de 14.08.2009, foi determinada a continuidade do pagamento dos proventos.					
Síntese dos resultados obtido					
Não mais persiste a acumulação de proventos provenientes de cargos inacumuláveis na atividade					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo neste caso foi a determinação do TCU de que o ex-servidor fosse orientado sobre a opção pela aposentadoria mais vantajosa.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	002.663/2009-6	4767/2009/1	9.3	DE	Ofício 13328/2009 de 10/09/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP que adote medidas, no prazo de 15 (quinze) dias, para: 9.3.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso; 9.3.2. fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Os interessados foram cientificados do teor da decisão (proporcionalização da VPI) . Um dos interessados interpôs pedido de reexame, recebido com efeito suspensivo também quanto ao item 9.3.2 do acórdão recorrido, pendente de apreciação pelo TCU e teve restabelecido o pagamento da VPI em valor integral, até o julgamento do recurso Expedido Ofício nº 084/2009-SUPS/NUAF de 06.10.2009, para o Núcleo de CI. Regularização do Pagamento da VPI, instituída pela Lei 10698/2003, pelo r. despacho do MM. Juiz Federal Diretor do Foro, em exercício, foi determinado a regularização, nos termos da decisão da Egrégia Corte. Expedido Ofícios em 29.09.2009, aos servidores: nº 145/2009-SUPS-Daisy de Cássia Lúcio, nº 146/2009-SUPS-Idarcy Servinskis de Oliveira, nº 147/2009-SUPS-Luiz Ferraz, nº 148/2009-SUPS-Maria Isilda de Jesus Andrade, nº 149/2009-SUPS-Maria José Correa Gomez, nº 150/2009-SUPS-Marli Antonia de Oliveira Teixeira, nº 151/2009-SUPS-Mauro Giorlano, nº 152/2009-SUPS-Péricles Campos de Oliveira, nº 153/2009-SUPS- Sueli Helena da Silva Nunes de Oliveira.					
Síntese dos resultados obtido					
Foram corrigidas as fichas financeiras. Não foram inseridas novas fichas Sisac, tendo em vista tratar-se de vantagem concedida aos servidores em caráter geral (art. 2º, § 2º, IN nº 55/2007).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em função de recurso com efeito suspensivo, interposto pela servidora inativa Sueli Helena da Silva Nunes de Oliveira, pendente de julgamento, a mesma teve restabelecido o pagamento da VPI integral.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

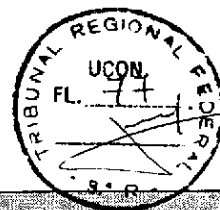


Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	005.128/2009-3	5874/2009/1	9.4/9.6	DE	Controle 14185-TCU/Sefip de 23/10/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP que adote medidas, no prazo de 15 (quinze) dias, para: 9.4.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso; 9.4.2. fazer cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, a ser submetido à apreciação deste Tribunal; (...) 9.6. dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
- Em cumprimento ao acórdão, foi excluída a vantagem julgada ilegal, bem como houve a cientificação da interessada do teor da decisão do TCU. - Expedido Ofício nº 096/2009-SUPS/NUAF de 10.11.2009, para o Núcleo de CI. - Expedido Ofício nº 163/2009-SUPS de 10.11.2009 para ciência da servidora.					
Síntese dos resultados obtido					
Correção da ficha financeira					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fatores técnicos (fechamento antecipado de Folha), acarretaram alguma dificuldade na implementação da determinação.					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	009.260/2007	5787/2009/1	9.1/9.2	DE/C 1	Ofício nº 14063/2009- TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de MS					
Descrição da Deliberação:					
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;					
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao interessado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Apoio Administrativo da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Estão suspensos os efeitos do acórdão 5787/2009/1 por força da liminar concedida nos autos da Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 28.432 Distrito Federal, pelo Ministro Dias Toffoli, STF.					
Providências adotadas na SJ/MS: determinação cumprida pela área de pessoal					
Síntese dos resultados obtido					
Efeitos do acórdão suspensos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
A adoção de providências por este Tribunal encontra-se suspensa por força de medida liminar					

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



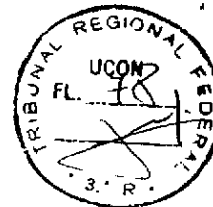
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	018.065/2008	278/2009/2	9.1/9.2	CI	Aviso nº 012-Seses-TCU/2ª Câmara
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Seção Judiciária de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
9.1. com base no contido no artigo 11, da Lei nº 8.443/92, sobrestar o julgamento do presente Processo, até que se conheça o pronunciamento final do STF sobre o Mandado de Segurança nº 27.084-5, que suspendeu, provisoriamente, a eficácia do Acórdão nº 3.032/2007 - 1ª Câmara, proferido por esta Corte de Contas em sede de Pedido de Reexame de interesse do Sr. Rubens Fontes e outros; 9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIP que acompanhe o andamento do MS nº 27.084-5, junto ao STF, de modo a comunicar o resultado do correspondente julgamento de mérito, bem como propor as providências supervenientes que se façam necessárias no âmbito deste Processo; 9.3. comunicar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região o inteiro teor da deliberação ora proferida, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Funcional da Seção Judiciária de São Paulo					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Providências suspensas					
Síntese dos resultados obtido					
Os resultados e providências adotadas por este Tribunal ficaram suspensos em decorrência do Acórdão, que sobrestou o julgamento do TC 018.065/2008 até final julgamento do MS 27.084-5, e suspendeu provisoriamente a eficácia do Acórdão nº 3.032/2007-1ª Câmara, ficando, portanto, sobrestada a revisão das aposentadorias até o julgamento do mérito do MS 27.084-5.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Está sobrestada a revisão das aposentadorias até julgamento final do MS 27.084-5.					

Handwritten signature and initials.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	008.157/2006-4	2186/2009/P	1.4.1	CI	Of. 1493/2009-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
Descrição da Deliberação:					
1.4.1. alertar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que, se porventura houver qualquer parcela de correção monetária sobre o abono variável pendente de pagamento, não caberá fazê-lo doravante, em face do entendimento do STF na Ação Originária nº 1.157					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Pagamentos e Encargos do TRF/3ª Região					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
As determinações foram comunicadas os setores responsáveis e deste Tribunal e da Seção Judiciária de São Paulo e MS e o processo foi arquivado.					
Síntese dos resultados obtido					
Até o presente momento não houve nenhum caso concreto					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve, até o momento, caso concreto que se enquadre na hipótese vertente.					





Item 12 do Anexo II da DN nº 100-TCU - parte A

Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de CI dos dados e informações relativas aos atos de **admissão e desligamento**, bem como aos atos de concessão de **aposentadoria, reforma e pensão**, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Concessão de Aposentadoria (*):

total de aposentadorias de servidores do TRF3 realizadas em 2009: 17

Nome do Servidor	Nº Controle do SISAC
Ruth Gomes Pinto	20782403-04-2009-000006-3
Suzana Maria Castro Baptista	20782403-04-2009-000009-8
José Barreto Pinto	20782403-04-2009-000008-0
Aurelina Erculino Correia	20782403-04-2009-000007-1
Pierre Corrêa de Almeida	20782403-04-2009-000028-4
Rosa Maria Maroso	20782403-04-2009-000031-4
Maria Anuncia Salgado Blanco	20782403-04-2009-000032-2
Mítico Nishi	20782403-04-2009-000030-6
Vladimir Alexandre de Carvalho	20782403-04-2009-000038-1
Takayoshi Kubota	20782403-04-2009-000039-0
Laura Bernardo Benevides	20782403-04-2009-000040-3
Alexandre Gomes Macegosa	20782403-04-2009-000048-9
Rosvany Terezinha Cordeiro	(em processamento)
Heloisa Barros Xavier	20782403-04-2009-000050-0
Imaculada Carratu Genicolo Garcia	20782403-04-2009-000049-7
Ester Marins Gorri Niremborg	20782403-04-2009-000051-9
Ademir Conti	(em processamento)

Concessão de Pensão (*):

total de pensões realizadas em 2009, instituídas por servidores do TRF3 falecidos, em 2009: 05

Nome do Servidor	Nº Controle do SISAC
Instituidora: RF 971 – Leda Regina Vieira (óbito: 19/04/2009)	20782403-05-2009-000002-0
Instituidora: RF 2171 – Dalva Mitsue Taba (óbito: 10/06/2009)	20782403-05-2009-000004-6
Instituidor: RF 1193 – Airton Alexandre do Amaral (óbito: 15/08/2009)	20782403-05-2009-000006-2
Instituidor: RF 1953 – Clovis Victor Protti (óbito: 20/08/2009)	20782403-05-2009-000007-0
Instituidor: RF 1960 – Adherbal Caio de Barros (óbito: 07/08/2009)	20782403-05-2009-000005-4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Admissão (*):

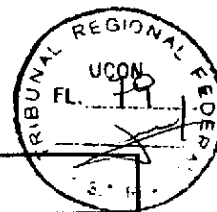
Artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da CF, habilitação em concurso público, Lei nº 10475, de 27 de junho de 2002 e de acordo com as atribuições legais da Presidência do TRF3.

Cargo	Aspectos legais	Número de servidores
Analista Judiciário	Aposentadoria	03
	Exoneração	03
	Falecimento	01
	Lei 9968/00 (primeiro provimento)	06
	Lei 10772/03 (primeiro provimento)	04
	Vacância	07

Cargo	Aspectos legais	Número de servidores
Técnico Judiciário	Aposentadoria	09
	Falecimento	02
	Exoneração	01
	Lei 10772/03 (primeiro provimento)	05
	Vacância	07

RELATÓRIO DOS ATOS DE ADMISSÃO Período de abrangência: 01/01/2009 a 31/12/2009	
Nº DE CONTROLE DO SISAC	NOME
20782403012009000001-5	Ana Patrícia Vieira Chaves Melo
20782403012009000002-3	Milena Castelhana de Lima
20782403012009000003-1	Fernanda de Aquino Guedes Quintella
20782403012009000004-0	Filipe Mattos Pinto de Lima
20782403012009000005-8	Gabriel Rey de França João
20782403012009000006-6	André Barbieri Aidar
20782403012009000007-4	Sharon Zimmermann
20782403012009000008-2	Rodrigo Rodrigues de Farias
20782403012009000009-0	Sidnei José de Brito
20782403012009000010-4	Alberto Bernardo de Alcântara
20782403012009000011-2	Renato de Paula Neves
20782403012009000012-0	Marcelo Ribeiro de Sousa
20782403012009000013-9	Marina Rodrigues Pinheiro Corrêa
20782403012009000014-7	Beatriz Gaiotto Alves
20782403012009000015-5	Alexandre Seara Araujo
20782403012009000016-3	Hayra Taluana Carolina Nery Paranzini Ataliba
20782403012009000017-1	Hector Roberto Eng

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

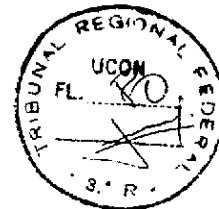


20782403012009000018-0	Bruno Roberto Leal
20782403012009000019-8	Márcio Jeferson da Silva
20782403012009000020-1	Lorine Sgarbi Siqueira
20782403012009000021-0	Fabio Akahoshi Collado
20782403012009000022-8	Kenia Salete Todescato dos Santos Agostinho
20782403012009000023-6	Romulo Saksida Bittencourt de Souza
20782403012009000024-4	Janaina Mendes
20782403012009000025-2	Anderson Rocha Fernandes
20782403012009000026-0	Ana Paula Braga Cocco Silverio
20782403012009000027-9	Erika Santos Oliveira
20782403012009000028-7	Edmilson Gomes da Silva
20782403012009000029-5	Eduardo Werner Siqueira
20782403012009000030-9	Adriana Gomes de Proença
20782403012009000031-7	Tatiana Buoniconti Vasconcelos Marangon
20782403012009000032-5	Jadson de Mesquita Serra
20782403012009000033-3	Andréa de Oliveira Nogueira
20782403012009000034-1	Rosane Moreira Figueredo
20782403012009000035-0	Paula Pião Ferraz
20782403012009000036-8	Marina Rizério Moura dos Santos
20782403012009000037-6	Mariana Duarte Santana
20782403012009000038-4	Deise Akita
20782403012009000039-2	Adriano Gonçalves Souza
20782403012009000040-6	Silmara Afarelli
20782403012009000041-4	Ricardo Martinati
20782403012009000042-2	Gustavo de Moraes Sabbag
20782403012009000043-0	Bacheir Mohamed Zogbi
20782403012009000044-9	Claudia Line Gabarrão Gonçalves
20782403012009000045-7	Rodrigo Coury Souza Meirelles
20782403012009000046-5	Roberto Marcos Carvalho da Silva
20782403012009000047-3	Marcelo Bernardineli
20782403012009000048-1	Adriano Turri Carolino

Er *la*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RELATÓRIO DOS ATOS DE DESLIGAMENTO Período de abrangência: 01/01/2009 a 31/12/2009 CÓDIGO DO ÓRGÃO: 20782403 – TRF-3ª REGIÃO		
Nº DE CONTROLE DO SISAC	TIPO DE DESLIGAMENTO	Nome
20782403-02-2009-000002-2	Posse em outro cargo inacumulável	Christian Keidi Assakura
20782403-02-2009-000003-0	Posse em outro cargo inacumulável	Emerson Carneiro Diniz
20782403-02-2009-000004-9	Exoneração	Thiago Fernandes Martini Pequeno
20782403-02-2009-000005-7	Posse em outro cargo inacumulável	Leonardo Vietri Alves De Godoi
20782403-02-2009-000006-5	Falecimento em atividade	Leda Regina Vieira
20782403-02-2009-000007-3	Posse em outro cargo inacumulável	Fernanda Lie Sugino
20782403-02-2009-000008-1	Posse em outro cargo inacumulável	Julio Cesar De C. Fernandes
20782403-02-2009-000009-0	Posse em outro cargo inacumulável	Hayana Freitas Cedro
20782403-02-2009-000010-3	Exoneração	Fernando Cesar Do Nascimento
20782403-02-2009-000011-1	Falecimento em atividade	Dalva Mitsue Taba
20782403-02-2009-000012-0	Exoneração	Jose Roberto Strang Xavier Filho
20782403-02-2009-000013-8	Posse em outro cargo inacumulável	Juliana Yurie Ono
20782403-02-2009-000014-6	Posse em outro cargo inacumulável	Estela Beraquet Costa
20782403-02-2009-000015-4	Posse em outro cargo inacumulável	Paulo Henrique Maluli Mendes
20782403-02-2009-000017-0	Falecimento em atividade	Adherbal Caio De Barros
20782403-02-2009-000018-9	Falecimento em atividade	Airton Alexandre Do Amaral
20782403-02-2009-000019-7	Posse em outro cargo inacumulável	Bernardo Spinelli De Oliveira
20782403-02-2009-000020-0	Posse em outro cargo inacumulável	Raphael Pechir Fernandes Ferreira
20782403-02-2009-000021-9	Posse em outro cargo inacumulável	Veranilza Maria Dos Santos
20782403-02-2009-000022-7	Posse em outro cargo inacumulável	Sueli Tiemi Torii
20782403-02-2009-000023-5	Posse em outro cargo inacumulável	Maria Luiza Renno Rangel
20782403-02-2009-000024-3	Posse em outro cargo inacumulável	Gabriel Rocha Zenun
20782403-02-2009-000025-1	Posse em outro cargo inacumulável	Sharon Zimmermann
20782403-02-2010-000001-1	Posse em outro cargo inacumulável	Gustavo de Moraes Sabbag
TOTAL	24	



Seção Judiciária de São Paulo

**QUANTITATIVOS DE SERVIDORES DA JF DE SÃO PAULO
DEZEMBRO/2009**

TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS ESTATUTÁRIOS	3594 SERVIDORES
NÚMERO DE SERVIDORES POR CATEGORIA FUNCIONAL	AUXILIAR JUDICIÁRIO: 30 TÉCNICO JUDICIÁRIO: 2104 ANALISTA JUDICIÁRIO: 1460
NÚMERO DE ADMISSÃO DE SERVIDORES	143
CESSÃO DE SERVIDORES PARA OUTROS ÓRGÃOS	4
REQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS	10
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	28
CONCESSÃO DE PENSÃO	9
DESLIGAMENTOS	31

ADMISSÕES - SJSP

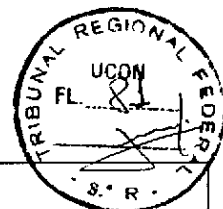
RELATÓRIO REF. AOS ATOS DE ADMISSÕES PUBLICADOS NO ANO DE 2009 /SJSP Período de abrangência : 01/01/2009 a 31/12/2009
--

Nome	Nº de Controle do SISAC	Nome	Nº de Controle do SISAC
Fernando Hwang	20782411-01-2009-01-7	Ana Paula Marques Matarezio	20782411-01-2009-72-6
Fernando Alvarez Prieto	20782411-01-2009-07-6	Ana Cláudia Dias Lima	20782411-01-2009-73-4
Márcio Valverde Martin	20782411-01-2009-08-4	Denise Fernandes da Silva	20782411-01-2009-74-2
Mário Luiz Tromboni	20782411-01-2009-09-2	José Desotti Neto	20782411-01-2009-75-0
Marco Antonio Bueno Cardoso de Sousa	20782411-01-2009-10-6	Gilberto Moreira de Souza Galvão Júnior	20782411-01-2009-76-9
Henrique Moreira Granzoto	20782411-01-2009-11-4	Klayton Luiz Pazim	20782411-01-2009-77-7
Luciana Lamar Franco	20782411-01-2009-12-2	Gabriela Lotti Alves de Sá	20782411-01-2009-78-5
Daniela Miranda de Abreu	20782411-01-2009-13-0	Mariane Valério	20782411-01-2009-79-3
Fábio Aurélio Righetti	20782411-01-2009-14-9	Gustavo Rogério	20782411-01-2009-80-7
Geovana Milholi Borges	20782411-01-2009-15-7	Letícia Daniele Bossonário	20782411-01-2009-81-5
André Luís Esteves Mendes	20782411-01-2009-16-5	Thiago Augusto Bueno	20782411-01-2009-82-3
Paula de Sá Fernandes Costa	20782411-01-2009-17-3	Iara Katayama Kjaer	20782411-01-2009-83-1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Selma Helena Pires Granja	20782411-01-2009-19-0	Andréia Bassiquetti	20782411-01-2009-84-0
Alvaro Martins	20782411-01-2009-20-3	Anderson Souza Ribas	20782411-01-2009-85-8
Giovani Correa Santana	20782411-01-2009-22-0	Carolina Bono Garcia	20782411-01-2009-86-6
Pamela Vasconcellos da Silva	20782411-01-2009-23-8	Fernanda Cristina Freitas Pupim	20782411-01-2009-87-4
Alberto Asche Gomes	20782411-01-2009-24-6	Marco Antonio Martins	20782411-01-2009-88-2
Silvana Guerra Lumelino	20782411-01-2009-25-4	Erica Lopes Silva	20782411-01-2009-89-0
Fernanda Tiomno	20782411-01-2009-26-2	Rafael Fernandes Viana	20782411-01-2009-90-4
Vanessa Morceli dos Anjos de Marchi	20782411-01-2009-27-0	Cristiane Toloi Marinello	20782411-01-2009-91-2
Ana Maria de Barros	20782411-01-2009-28-9	Wesley Sanches Pinho	20782411-01-2009-92-0
Jefferson Fritsch Damásio da Silva	20782411-01-2009-29-7	Maria Isabel El Maerrawi	20782411-01-2009-126-9
Alexandre Garbelini Sanches	20782411-01-2009-30-0	Alexandre Palmeira Elon	20782411-01-2009-127-7
Delfraro Laurentino Neto	20782411-01-2009-31-9	Thyago Brey Bittencourt	20782411-01-2009-128-5
Cristina Vieira Braga Espindola	20782411-01-2009-32-7	Francisco Java de Carvalho Amaral	20782411-01-2009-129-3
Fernanda Lie Sugino	20782411-01-2009-33-5	João Carlos França Peres	20782411-01-2009-130-7
Claudia Lopes Ferreira	20782411-01-2009-34-3	Bianca Lehner Barone	20782411-01-2009-134-0
Tatiana Vasques Martins	20782411-01-2009-35-1	Belini Henrique Martins	20782411-01-2009-135-8
Tonisa Ribeiro Maia	20782411-01-2009-36-0	Henrique Almeida Ribeiro	20782411-01-2009-136-6
Bruno Amado Lia	20782411-01-2009-37-8	Fabiana Sampaio Cardoso de Melo	20782411-01-2009-137-4
Rodolfo Gabriel Vieira Malkov	20782411-01-2009-38-6	Renata Romão Capelini	20782411-01-2009-138-2
Katiane Margiotti Soares	20782411-01-2009-39-4	Sheila Martins da Cunha	20782411-01-2009-139-0
Fábio Alfredo Martins Lopes	20782411-01-2009-40-8	Kássia Angélica Sebalho Souza	20782411-01-2009-140-4
Cleide da Silva Cordeiro	20782411-01-2009-41-6	Sandro Gomes dos Santos	20782411-01-2009-141-2
Euler Juliano	20782411-01-2009-42-4	Nicole Scassiotta Neves	20782411-01-2009-142-0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Vasques			
Filipe Andrade Francisco	20782411-01-2009-43-2	Heloísa dos Santos Reis	20782411-01-2009-143-9
Caroline Rosa França Lalue	20782411-01-2009-44-0	Adilson Cabral de Souza	20782411-01-2009-144-7
Erina Nakahara Nojimoto	20782411-01-2009-45-9	Neli Gomes	20782411-01-2009-145-5
Carlos Lindenberg Ruiz Lanna	20782411-01-2009-46-7	João Maciel de Souza Gonçalves Lopes	20782411-01-2009-146-3
Marcus Vinicius Alves Caetano Chaves	20782411-01-2009-47-5	Paulo Rodrigues dos Santos	20782411-01-2009-147-1
Vanderlei de Souza Silva	20782411-01-2009-48-3	Márcia Chevarria Falcão	20782411-01-2009-148-0
Ana Iris Lobrigati	20782411-01-2009-49-1	Mariluce Silveira Barros	20782411-01-2009-149-8
Aline Pérola Zanetti Rigueti	20782411-01-2009-50-5	Gustavo Hussar Ramalheiro	20782411-01-2009-150-1
João Carlos Carvalho da Silva	20782411-01-2009-51-3	João Paulo Suzuki	20782411-01-2009-151-0
Álvaro Laerte Pinto Pimentel	20782411-01-2009-52-1	Walter Biloría	20782411-01-2009-152-8
Hernane Xavier de Lima	20782411-01-2009-53-0	Juliana Ghiraldelli Mansano	20782411-01-2009-153-6
Paulo Kinouchi	20782411-01-2009-54-8	Deise de Fátima Aziani	20782411-01-2009-154-4
Daniel Paulo Correia de Souza	20782411-01-2009-55-6	Renata Rizzo Flores	20782411-01-2009-155-2
Luís Carlos Martins	20782411-01-2009-56-4	Daniela Roledo Masotti	20782411-01-2009-156-0
Anderson de Aguiar Amaral	20782411-01-2009-57-2	Rachel Ferraz Carpentieri	20782411-01-2009-157-9
Vanessa Marques de Souza Noronha	20782411-01-2009-58-0	Marcelo de Souza Melo	20782411-01-2009-158-7
Regidalva Braz	20782411-01-2009-59-9	Ana Karina Sakuiyama	20782411-01-2009-159-5
João Carlos Deffendi	20782411-01-2009-60-2	Tércio Gomes de Oliveira Júnior	20782411-01-2009-160-9
Ricardo André Ribeiro Barbosa	20782411-01-2009-61-0	Fabiana Falcão Costa	20782411-01-2009-161-7
João Francisco Messias Beluci	20782411-01-2009-62-9	Acácio Luiz Almeida Santos Júnior	20782411-01-2009-162-5
Cícera Valéria Félix	20782411-01-2009-63-7	Felipe Bianco	20782411-01-2009-171-4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

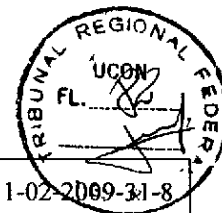
da Silva			
Dayane Raquel de Souza Bomfim	20782411-01-2009-64-5	Fabiana Lígia de Souza Possette Viana	20782411-01-2009-189-7
Maria Antonieta de Souza	20782411-01-2009-65-3	Samuel Bertolino dos Santos	20782411-01-2009-190-0
Paulo José Santana da Silva	20782411-01-2009-66-1	Izabel Cristina Conceição Souza	20782411-01-2009-191-9
Carlos Alberto Marques do Nascimento	20782411-01-2009-67-0	Ingrid Ceres Carvalho Moreira	20782411-01-2009-192-7
Renata Rizzo Flores	20782411-01-2009-68-8	Douglas Stipanich Floriano	20782411-01-2009-193-5
Mauro César Lawall	20782411-01-2009-69-6	Alessandro Parrilla	20782411-01-2009-194-3
Alexandre Aparecido de Carvalho	20782411-01-2009-70-0	Ana Cláudia Dias Lima	20782411-01-2009-73-4
Karoline Moraes Oliveira	20782411-01-2009-71-8	Denise Fernandes da Silva	20782411-01-2009-74-2

DESLIGAMENTOS- SJSP

RELATÓRIO REF. AOS ATOS DE DESLIGAMENTOS PUBLICADOS NO ANO DE 2009 / SJSP Período de abrangência : 01/01/2009 a 31/12/2009

Nome (tipo do desligamento)	Nº Controle do SISAC	Nome (tipo do desligamento)	Nº Controle do SISAC
Paula Maria Amado de Andrade (vacância)	20782411-02-2009-2-4	Luciano Aragão Júnior (falecimento)	20782411-02-2009-24-5
David Guimarães Delcho (vacância)	20782411-02-2009-3-2	Geilson Filho da Costa (falecimento)	20782411-02-2009-25-3
Rafael Borges Pinto (vacância)	20782411-02-2009-5-9	Danilo Gabriel Camargos (exoneração)	20782411-02-2009-26-1
Rodrigo Pedrini Marcos (exoneração)	20782411-02-2009-7-5	Antonio Tadeu da Silva (falecimento)	20782411-02-2009-27-0
Nádia Ferreira Aluz Santos (exoneração)	20782411-02-2009-8-3	Itaici de Oliveira Santos (falecimento)	20782411-02-2009-28-8
Audry Cândida da Silva Wickham (exoneração)	20782411-02-2009-9-1	Francisco Antonio Poli (exoneração)	20782411-02-2009-29-6
Álvaro Gomes dos Reis Neto (exoneração)	20782411-02-2009-10-5	Renata Rizzo Flores (vacância)	20782411-02-2009-30-0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Regina de Paula Neves R. Toledo (exoneração)	20782411-02-2009-11-3	Odyle Cardoso Serejo Gomes (exoneração)	20782411-02-2009-31-8
Mário Luiz Tromboni (vacância)	20782411-02-2009-13-0	Danillo Nunes da Silva (exoneração)	20782411-02-2009-32-6
Neimer Bosco Filipin (vacância)	20782411-02-2009-14-8	Andréia Bassiquetti (vacância)	20782411-02-2009-33-4
Eliane Mitsuko Sato (vacância)	20782411-02-2009-15-6	Evelise Kayoko Oti (vacância)	20782411-02-2009-34-2
Lidiane Maria Oliva Cardoso (vacância)	20782411-02-2009-16-4	Rodolpho Fares Júnior (falecimento)	20782411-02-2009-35-0
Leticia Daniele Bossonário (vacância)	20782411-02-2009-17-2	Patrícia Helena Shimada (vacância)	20782411-02-2010-1-3
Luís Carlos Martins (vacância)	20782411-02-2009-18-0	Luciano Aragão Júnior (falecimento)	20782411-02-2009-24-5
José Desotti Neto (exoneração)	20782411-02-2009-19-9	Geilson Filho da Costa (falecimento)	20782411-02-2009-25-3
Miguel Batista Bispo (falecimento)	20782411-02-2009-20-2	Danilo Gabriel Camargos (exoneração)	20782411-02-2009-26-1
Daniel Augusto Fonseca da Mota (vacância)	20782411-02-2009-22-9	Antonio Tadeu da Silva (falecimento)	20782411-02-2009-27-0
Natália Oliveira Libhaber (vacância)	20782411-02-2009-23-7	Itaici de Oliveira Santos (falecimento)	20782411-02-2009-28-8
Francisco Antonio Poli (exoneração)	20782411-02-2009-29-6		

PENSÕES- SJSP

Nome do Beneficiário	Nome do Servidor Instituidor / Cargo	Nº Controle do SISAC
João Gilberto de Oliveira	Sônia Banzato de Oliveira Analista Judiciário, Área Judiciária	20782411-05-2009-000004-8
Edivan Luiz Ferreira	Genival Rafael de Pontes Analista Judiciário/Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	20782411-05-2009-000003-0
Miguel Merlo Garcia	Lais Fernandes Garcia/Analista Judiciário, Área Judiciária	20782411-05-2009-000011-0
Tamires Batista de Jesus Josefa de Jesus	Miguel Batista Bispo Técnico Judiciário, Área Administrativa	20782411-05-2009-000013-7
Odila Felipe	Domingos Potenza Analista Judiciário, Área Judiciária	20782411-05-2009-000016-1
Anna Thereza de Oliveira Santos Neves Fernanda Luísa de Oliveira	Itaici de Oliveira Santos Técnico Judiciário Área Administrativa	20782411-05-2009-000017-0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

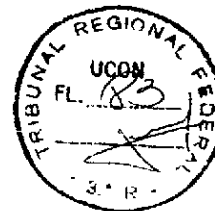
Santos Neves Tito Lívio de Oliveira Santos Torres Anna Candida de Oliveira Santos		
Marilene Motta Fontana de Toledo	Celso Herling de Toledo Analista Judiciário - Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	20782411-05-2009-000018-8
Hamilton Tadeu Dorne e Silva Célia Dorne da Silva	Antonio Tadeu da Silva Analista Judiciário - Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	O TRF 3ª Região, já encaminhou o processo em 29.12.2009, aguardando preenchimento da Ficha SISAC (SP, 11.01.2010)
Miriam Alves Nina Munhoz de Paula	Antonio Gomes Pereira Analista Judiciário, - Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.	O TRF 3ª Região ainda não encaminhou o processo para preenchimento da Ficha SISAC (SP, 11.01.2010)

Fundamento legal § 2.º do art. 9.º da Instrução Normativa n.º 44

APOSENTADORIA - SJSP

RELATÓRIO DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA / SJSP Período de abrangência : 01/01/2009 A 31/12/2009	
Nome do Servidor	Nº Controle do SISAC
Tadayoshi Matsukuma	20782411-02-2009-000021-0
Lourdes dos Santos	20782411-04-2009-000017-0
Lourival Motta	20782411-04-2009-000022-7
Edna Luiza Nobre	20782411-04-2009-000023-5
Priscila Del Nero Silva Barbosa	20782411-04-2009-000025-1
Regina de Fátima Soares Argerich	20782411-04-2009-000027-8
Silvio Natal Sobrinho	20782411-04-2009-000031-6
Joyce Moraes Ferreira Martins	20782411-04-2009-000037-5
Graça Maria Mihoto	20782411-04-2009-000041-3
Maria da Paz Silva da Luz	20782411-04-2009-000030-8
Doralice de Castro	20782411-04-2009-000040-5
Airton de Oliveira Raz	20782411-04-2009-000039-1
Jair de Oliveira Estevez	20782411-04-2009-000033-2
Marisa Aparecida dos Santos	20782411-04-2009-000034-0
Maria Inês de Almeida Madeira	20782411-04-2009-000038-3
Marisa Fernandes de Araújo Rosa	20782411-04-2009-000042-1
Valdomiro Antonio Martins	20782411-04-2009-000035-9
Walmir Guglielmi	20782411-04-2009-000050-2
Verginia Maria Alves	20782411-04-2009-000047-2
Walmir Dias Spindola	20782411-04-2009-000049-9
José Roberto Marotta	20782411-04-2009-000065-0
Maria Helena Osório Pinto	20782411-04-2009-000055-3
Geneci Santiago	20782411-04-2009-000062-6
Valéria Vega Fernandez	20782411-04-2009-000058-8
Rosely Laterza	20782411-04-2009-000060-0
Sonia Maria da Silva	20782411-04-2009-000063-4
Neide de Assis Amorim	20782411-04-2010-000001-1
Neuza Tereza de Jesus	O TRF 3ª Região, ainda não encaminhou o processo para preenchimento da Ficha SISAC (SP, 11.01.2010)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Fundamento legal § 2.º do art. 9.º da Instrução Normativa n.º 44

Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

ADMISSÃO - SJMS

Aspectos Legais: Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

RELATÓRIO DOS ATOS DE ADMISSÃO	
Período de abrangência: 01/01/2009 a 31/12/2009	
Nome do Servidor	Nº Controle do SISAC
Rosivaldo Pereira Mendes	20782411012009002-5
Lucila Emília Linhares Gurski	20782411012009003-3
Iris Inari Bambil Ujiie Lima	20782411012009004-1
Adelaine Aparecida Soares	20782411012009005-0
Sergio Azevedo Capille	20782411012009006-8
Luiz Oliveira Silva	20782411012009018-1
Adriano Nogueira Pinna	20782411012009021-1
Francisco Batista de Almeida Neto	20782411012009093-9
Rafael Pereira Cardozo	20782411012009094-7
Rafael de Freitas Endo	20782411012009095-5
Daniele Pires de Assis	20782411012009096-3
Alvaro Padilha de Oliveira	20782411012009097-1
Juliana Bassaneze Bernardo	20782411012009099-8
Delyana Vidigal Tolentino	20782411012009100-5
Angélica Roseli Barbosa Leite	20782411012009124-2
Denise Alcantara Sant'Ana	20782411012009125-0
Renato de Oliveira Faverão	20782411012009132-3
Dorian Cristiane Cristiane Gerke	20782411012009133-1
José Homero Lima Batos Junior	20782411012009163-3
João Nunes Morais Junior	20782411012009164-1
Ariany Maia dos Santos	20782411012009165-0
Adriane Emilia Mantovani	20782411012009166-8
André Artur Xavier Barbosa	20782411012009167-6
Juliana Martins Prota de Sá Oliveira	20782411012009168-4
Liliane da Silva Almeida	20782411012009169-2
Gabriel Rabelo da Silva	20782411012009170-6

CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS EM 2009: Não houve.

CONCESSÃO DE PENSÃO EM 2009: Não houve.

DESLIGAMENTOS EM 2009: Não houve

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

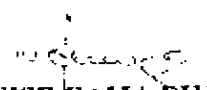


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

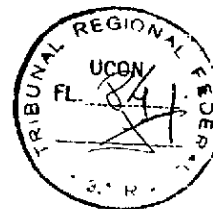
DECLARAÇÃO

EU, MÁRCIA DENISE GAMA DINIZ DANTAS, ASSESSORA TÉCNICA DA DIRETORIA GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS E RESPECTIVOS TERMOS ADITIVOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS (SIASG), CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008. NADA MAIS.

SÃO PAULO, 19 DE JANEIRO DE 2010


MÁRCIA DENISE GAMA DINIZ DANTAS
Assessora Técnica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Ofício nº 01/2010 – NULC
Ref.: ofício nº 09/2010 - NUCI

São Paulo, 08 de janeiro de 2010.

Senhora Supervisora,

Encaminho a declaração atestando que as informações referentes a contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e solicitado através do Ofício nº 09/2010 – NUCI.

Sem mais para o momento, renovo a V.Sa. protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


YAIKA NOVA DE OLIVEIRA ROSA
Diretora do Núcleo de Compras, Licitações e Contratos

Ilma. Sra.
Ana Lucia Caurel Afonso Pereira
Supervisora da Seção de Acompanhamento Contábil
Núcleo de Controle Interno
Justiça Federal de Primeiro Grau
São Paulo

R. 12/01/10
Q 5231

6-61

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao que estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008, declaro que as informações referentes a contratos estão atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.
Declaro também que a Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo não firmou nenhum convênio, contrato ou termo de parceria com repasse financeiro.

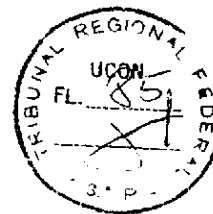
São Paulo, 08 de janeiro de 2010.

Assinatura manuscrita de Jaiika Noval de Oliveira Rosa.
JAIKA NOVAL DE OLIVEIRA ROSA

Diretora do Núcleo de Compras, Licitação e Contratos
Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo

6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

DECLARAÇÃO

Atendendo à determinação da Decisão Normativa do TCU nº 100, de 07/10/2009 - anexo II, tópico "A" - Conteúdo Geral, item 13, DECLARO que os contratos de compra ou contratação de serviços firmados pela Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul no ano de 2009, e seus respectivos aditivos e apostilamentos, foram regularmente disponibilizados e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASGI.

Campo Grande, MS, 04 de janeiro de 2010.


Graziela Ortulan
Diretora do Núcleo de Apoio Administrativo

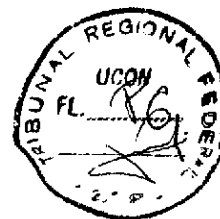
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Parte B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Quadro I	
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	090029
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siazif (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletirá a real situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade judicial mencionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Local: São Paulo	Data: 15 de março de 2010
Contador Responsável: Darival Borges de Lima	CRC nº: 1SP13108390-5



Item 06 da do Anexo II da DN nº 100-TCU – parte C

Quadro demonstrativo das FC's e CJ's – Anexo II
Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados pelos servidores das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os parágrafos 1º e 7º do artigo 5º da Lei nº 11.416, de 15/12/2006.

QUADROS DEMONSTRATIVOS DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMMISSIONADAS DA UJ (JF/ 3ª REGIÃO) (POSIÇÃO EM 31/12/09)

CJ/FC	CARGOS E FUNÇÕES PROVIDOS POR SERVIDORES						REQUISITADOS DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
	QUANTITATIVO			DA CARREIRA				
	EXISTENTES	PROVIDOS	VAGOS	DO QUADRO	REQUISITADOS	REMOVIDOS		
A	B	C	D	E	F	G	H	I
CJ-4	1	1	0	1	0	0	0	0
CJ-3	240	234	6	197	19	4	1	13
CJ-2	78	76	2	64	5	0	0	7
CJ-1	87	87	0	83	0	0	0	4
SUBTOTAL	406	398	8	345	24	4	1	24
FC - 6	89	87	2	85	1	1	0	0
FC - 5	1230	1058	27	1189	13	1	0	0
FC - 4	594	564	30	554	10	0	0	0
FC - 3	1355	1300	55	1284	11	3	2	0
FC - 2	428	388	40	379	6	2	1	0
FC - 1	22	20	2	20	0	0	0	0
SUBTOTAL	3718	3417	156	3511	41	7	1	0
TOTAL GERAL	4124	3815	164	3856	65	11	2	24

	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CJ OU FC					TOTAL
	DA CARREIRA			REQUISITADOS DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO	
	DO QUADRO	REQUISITADOS	REMOVIDOS			
CJ	86,68%	6,03%	1,01%	0,25%	6,03%	100%
	93,72%					
FC	98,57%	1,15%	0,28%	0,08%	0,00%	100%
	100%					
TOTAL DE FC OU CJ	97,37%	1,64%	0,35%	0,10%	0,61%	100%
	99,36%					

CONCLUSÃO

Ao longo do ano de 2009, a JF da 3ª Região estabeleceu ações e metas com o fim de promover o amplo acesso à justiça e a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional. Os resultados alcançados descreveram um sistema de gestão alinhado com os recursos orçamentários colocados à disposição da unidade jurisdicional, levando-se em conta as limitações e potencialidades organizacionais.

Dos fatos relacionados à gestão ocorridos no exercício de 2009, não obstante o impacto financeiro restritivo, ganharam relevo a expansão de estrutura física e tecnológica, a utilização de meios digitais nos processos administrativos e judiciais, o desenvolvimento de políticas sócio-ambientais, a realização de parcerias com outros órgãos e instituições, a consolidação do programa de conciliação e a aprovação do planejamento estratégico.

A gestão do planejamento estratégico, metodologia de administração empresarial que se propõe a maximizar os resultados a serem alcançados pela organização, baseia-se no acompanhamento de projetos, na otimização de processos de trabalho em termos de celeridade processual e simplificação de rotinas e no gerenciamento de dados estatísticos,

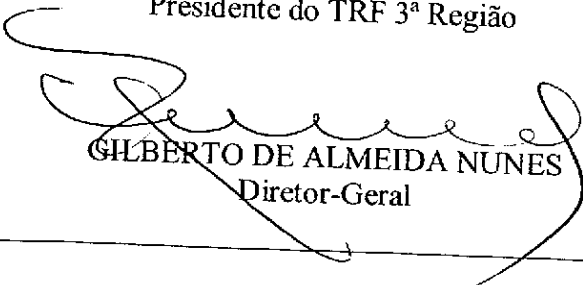
Buscou-se aprimorar o sistema de indicadores de desempenho de modo a traçar com maior exatidão o perfil da organização e auxiliar na identificação de procedimentos que precisem ser alterados, visando alcançar ganhos efetivos de produtividade na prestação jurisdicional e melhoria da qualidade das tarefas executadas.

Com essas ações, procurou-se atingir, na consecução dos objetivos e metas orçamentárias, um crescimento integral da JF da 3ª Região, a fim de embasar a tomada de decisões, o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro.

São Paulo, 18 de março de 2010.



ROBERTO LUIZ RIBEIRO HADDAD
Presidente do TRF 3ª Região



GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral